

**Critérios de Pesquisa:**

**Período:** 01/11/2021 a 30/11/2021

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-18:04
Publ.: DCD 04/11/2021 - 35	PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Caráter eleiçoeiro da proposição. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, relativa ao parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Quero falar sobre o único item que está na pauta desta sessão, a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, que trata dos precatórios, que são dívidas judicialmente reconhecidas, com ação foi transitada em julgado. São dívidas que o Governo Federal tem com instituições, Estados, Municípios, pessoas físicas e jurídicas. Na verdade, essa é a PEC do calote, inclusive na educação. Grande parte dessa dívida é em relação ao FUNDEF, o antigo fundo da educação que deu lugar ao FUNDEB. Então, trata-se do fundo que financia a educação básica. É um calote na educação!

Essa PEC ataca também a vinculação constitucional do orçamento para a educação e a saúde.

Então, haverá também menos recursos para a saúde e para a educação. E haverá a securitização, ou seja, vão ser terceirizados esses créditos. Assim haverá menos recursos para saúde e para educação ao longo de todos os anos.

Alega-se que o objetivo é ter recursos para o Auxílio Brasil. Mentira! Acaba-se com o Bolsa Família e se garante um pouco, uma migalha, apenas para o ano que vem. E como será nos outros anos? Então, além de ser a PEC do calote, essa também é a PEC da farra eleitoreira, porque aloca recursos para emendas do Relator. É o orçamento secreto, eleitoreiro! Isso é um crime, é um absurdo! Além disso, a PEC revê o teto de gastos com a mudança da metodologia. Nós defendemos a revisão da Emenda Constitucional 95, mas para sempre, não para agora apenas, num casuísmo absurdo. Faz-se agora uma revisão, mudando a metodologia, para garantir mais 15 bilhões de reais para este ano e mais 95 bilhões de reais para o ano que vem. É a farra eleitoreira. Isso é um absurdo!

A mesma regra, povo brasileiro, que valeu para a PEC 32, de que quem votar a favor não volta, vale agora. É só inverter: a PEC 23 agora é a PEC 32. Essa é a crueldade deste Governo. Então, a mesma regra vale para a PEC 23: quem votar a favor não volta.

Para resolver a situação de Estados e Municípios em relação à sua dívida há a PEC 15, que possibilita a Estados e Municípios parcelarem as suas dívidas por 20 anos. Vamos acelerar a tramitação da PEC 15, que garante o parcelamento das dívidas que os Municípios e os Estados têm com a União. A PEC 23, não, é farra eleitoreira. É um crime, em plena crise, tirar dinheiro do povo para fazer uma farra eleitoral.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 2/116

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-18:48
Publ.: DCD 04/11/2021 - 47	MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Presidente da República. Caráter eleitoreiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal. Visita do orador ao Município de Pontão, ao ensejo do transcurso dos 36 anos de ocupação da Fazenda Annoni pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, no Estado do Rio Grande do Sul. Congratulações à Diretora do

Instituto Educar, Saleté Campigotto.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem nos assiste pelos canais da *TV Câmara*, a PEC dos Precatórios é conhecida como a "PEC do Calote", a PEC do cheque em branco para o perigoso Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Com essa PEC, o Governo vai ter em torno de 100 bilhões de reais sem destino, sem saber ou sem ter marca de para onde vai. Isso nós entendemos e está muito bem claro. Nós do PT somos contra dar cheque em branco para aquele que não consegue nem administrar o seu cartão corporativo, que já gastou mais de 70 milhões de reais este ano não sei fazendo o quê. Então, é um perigo dar um cheque em branco para o Presidente da República.

No debate sobre o salário emergencial, no início da crise da pandemia, todo mundo sabe que o Presidente Bolsonaro queria 200 reais. Foi esta Câmara que puxou para 600 reais, e ele cortou no sexto mês. Hoje muitos ganham 200 reais, 150 reais, e assim por diante.

Outra coisa é esse novo programa, porque ele quis trocar o nome do programa anterior. O recurso está muito defasado. O mínimo teria que ser mais do que 600 reais. Ele faz isso para fazer politicagem. Não há data para iniciar, mas há data para terminar esse programa: 2022.

Governo Bolsonaro, seja sério, pelo menos aqui no Brasil, porque lá na Europa ninguém te leva por sério!

Há outra questão, Sr. Presidente. Sexta-feira, eu estive no Município de Pontão. Lá foram comemorados 36 de ocupação da Fazenda Annoni, uma das primeiras ocupações puxadas pelo Movimento dos Sem Terra. Ali, 400 famílias vivem onde havia apenas um proprietário antigamente, uma área de quase 10 mil hectares. Também estive no Instituto Educar, que forma técnicos em agropecuária e agrônomos. A escola inaugurou um viveiro para distribuir mudas, para reflorestar o Estado do Rio Grande do Sul.

Meus parabéns ao Instituto Educar. Faz 36 anos que aquela área está na mão dos assentados, que estão produzindo, convivendo; onde as crianças estão indo para a escola, há lugar para lazer, lugar para esporte. E quero aqui parabenizar, em nome da Diretora Saleté Campigotto, todos os educadores e educadoras, e também a Direção da escola.

Gostaria que esses dois discursos fossem divulgados no programa A

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-19:12
Publ.: DCD 04/11/2021 - 53	LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Posicionamento do PT contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Pedido ao Ministério Público de ampliação das investigações sobre o escândalo relacionado a precatórios. Incompetência e corrupção como marcas do Governo do Estado do Acre.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Partido dos Trabalhadores fechou questão contra a "PEC do Calote". Além do calote que dará em pessoas que esperaram anos e anos e tiveram o reconhecimento dos seus ativos em sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive os do FUNDEF, que beneficiam os professores, essa é também a "PEC da Malandragem".

Agora me lembrei do debate que houve aqui, Deputado Joseildo Ramos, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 186. Diziam que a PEC 186 visava aprovar o auxílio emergencial, mas na verdade visava congelar salários.

Então, vamos parar com isso, de fazer aqui esses discursos falsos que estão tentando fazer hoje. Obviamente, o que estão querendo, mais uma vez, são as chamadas RP 9, as emendas de Relator, que redundaram no chamado "tratoração", no orçamento secreto. Falem a verdade para o povo brasileiro. Nós vamos derrubar essa PEC hoje no plenário.

Por falar em precatório, hoje, no Estado do Acre, o Vice-Governador, que assumiu o Governo, na ausência do Governador, demitiu o Procurador-Geral do Estado por conta de um escândalo relacionado a precatórios. Eles, o Governador e o Vice-Governador, não se entendem desde o primeiro ano do mandato.

A situação é muito grave, é gravíssima, diga-se de passagem. Trata-se



de um escândalo que foi denunciado pelo assessor especial do Governador Gladson Cameli, o ex-Procurador-Geral de Justiça Edmar Monteiro, segundo o qual empresas, escritórios de advocacia, estão comprando precatórios com deságio, ou seja, a valores mais baixos, e acelerando a liberação desses precatórios, supostamente com a participação do Procurador-Geral do Estado, com a participação de escritórios de advocacia, supostamente com a participação do Presidente da OAB. De um dos escritórios de advocacia, aliás, a própria Primeira-Dama faz parte. Então, a situação precisa ser investigada.

Vim a esta tribuna para pedir ao Ministério Público Estadual, que, segundo o denunciante, ao que parece, está investigando, que se aprofunde nessas investigações, porque há muita coisa absolutamente estranha nesse fato, que envolve um governo cuja marca é exatamente a corrupção em diversos setores, cuja marca também é a incompetência. Até hoje ele não conseguiu promover a volta às aulas. É um governo que tem 1 bilhão e 700 milhões de reais em caixa hoje e só conseguiu executar, em 3 anos, 138 milhões de reais. É um governo que valoriza, inclusive, a entrada de empresas de Manaus no Estado do Acre. Esse é o Governo da incompetência, é o Governo da corrupção. Portanto, eu peço aos órgãos de controle que investiguem essa situação escabrosa que está acontecendo no Estado do Acre.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

---

Documento 4/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-19:16
Publ.: DCD 04/11/2021 - 55	LUIS MIRANDA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Arquivamento, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, de denúncia apresentada por Roberto Jefferson contra o orador. Informação ao Presidente Jair Bolsonaro, pelo orador e seu irmão, da existência de esquema de corrupção na compra de vacinas no âmbito do Ministério da Saúde.

---

**O SR. LUIS MIRANDA** (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.



Bom, eu venho aqui nesta tarde porque hoje recebi duas notícias que, para mim, foram de extrema importância. Uma delas - e eu agradeço a todos os Parlamentares, principalmente aos partidos - é a de que foi arquivada a denúncia que o PTB - no caso, não posso nem falar que é do PTB, porque duvido que o partido concorde com isso -, que o Roberto Jefferson fez contra a minha pessoa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na votação, a grande maioria foi favorável. Houve apenas um voto contrário, e nós conseguimos arquivar a denúncia feita ao Conselho de Ética, que era escabrosa. É um absurdo, algo completamente descabido querer proibir um Parlamentar da base do Governo de procurar o Presidente da República para informá-lo: "*Presidente, denunciamos à Polícia Federal algo gravíssimo, e o senhor precisa tomar conhecimento dessa denúncia*". Foi o que fizemos. As pessoas acham que fomos ao Presidente e não procuramos os órgãos competentes. Não! O meu irmão avisou a Polícia Federal. Naquele momento, nós entendemos que aquilo era algo grave, que o Presidente da República precisava tomar conhecimento daquela denúncia. Foi só isso o que fizemos.

O meu irmão, ao avisar à Polícia Federal, no mesmo dia foi encaminhado ao Ministério Público Federal, que o escutou. E essa gravação, de alguma forma, em junho, vazou, fazendo com que a CPI o convidasse para prestar depoimento. Quando foi informado à CPI que ele tinha agido, fazendo a denúncia não só à Polícia Federal, mas principalmente ao Presidente da República, foi-lhe questionado: "*Quem o levou ao Presidente da República?*" Ele disse: "*O meu irmão*". "*Então, vamos convidar também o seu irmão*." E o que nós fizemos foi repetir o mesmo dito ao Presidente. Porém, de alguma forma absurda, fomos mal interpretados, para não usar outra palavra, para não dizer que fomos chantageados, colocando-nos dentro do Conselho de Ética, e para não dizer que fui humilhado.

Ao final, o meu irmão inclusive teve que sair do País por causa das ameaças, que duvido muito partam daqueles que nós sabemos quem são. Muitas vezes são anônimos, pessoas apaixonadas que, desconhecendo a verdade, atacam aqueles que a todo momento tentaram ajudar. Foi isto que nós fizemos: tentamos combater a corrupção. E é exatamente por termos feito isso que eu quero agradecer a todos os membros do Conselho de Ética, que, assim como eu, acreditam que o certo é certo, doa a quem doer.

Eu fui eleito para defender o povo, e não para proteger quem quer que seja, o Presidente ou qualquer membro desta Casa, o meu colega do lado. Entre ele, envolvido com corrupção, e o povo brasileiro, eu vou ficar do lado do povo, eu vou ficar do lado certo, mas sem ódio, sem ataque. Nenhum dos senhores viu-me atacar quem quer que seja,



mesmo aqueles que se levantaram contra mim com falsas denúncias e falsas acusações, com *fake news*, colocando a população contra aqueles que só quiseram fazer o correto.

Então, meu muito obrigado aos Parlamentares desta Casa, mas principalmente ao povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 5/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-19:24
Publ.: DCD 04/11/2021 - 57	ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Quadro de inflação, desemprego, fome e mortes decorrentes da Covid-19 no País. Extinção do Programa Bolsa Família e do auxílio emergencial, por irresponsabilidade e incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Posicionamento do PT contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.)** - Presidente, o futuro é incerto, mas o futuro nunca foi tão incerto como neste momento no País. É evidente que a vida do povo brasileiro está cada vez mais dura, cada vez mais difícil: inflação, desemprego, fome, recorde de mortes durante a pandemia de COVID.

A incompetência e a irresponsabilidade de Bolsonaro e de seu Governo levaram ao fim o programa Bolsa Família, assim como o auxílio emergencial, que nós criamos aqui, que só existiu no ano passado e neste ano por decisão do Congresso Nacional, que obrigou o Governo Federal a pagá-lo. O Bolsa Família foi criado pelo ex-Presidente Lula, reagrupando e melhorando programas já existentes, ampliando programas criados em Governos anteriores.

A realidade do dia de amanhã é que a população brasileira não tem garantia, não tem certeza alguma. Fala-se do Auxílio Brasil, fala-se da PEC dos Precatórios - a "PEC do Calote" -, fala-se em alternativas, mas não há nada decidido, não há nada de concreto. Nossa posição, como bancada, como partido, obviamente é contra o calote, é contra a PEC dos Precatórios. Nós temos responsabilidade social, compromisso

com o povo, e estamos aqui decididos e dispostos a votar e a aprovar qualquer tipo de auxílio, qualquer tipo de programa que olhe para os 20 milhões de brasileiros que estão passando fome, que olhe para outros muitos milhões que ainda não estão passando fome, mas que já não conseguem honrar suas contas, a conta do mercado não fecha, o dia a dia da família não flui.

Nós estamos aqui decididos a dar todo o apoio necessário, mas é óbvio que cabe a nós denunciar irresponsabilidades. Decisões que estão sendo articuladas agora poderiam ter sido pensadas há 3 meses, há 6 meses. Estas são as marcas do Bolsonaro: a irresponsabilidade e a incompetência. Ele destruiu um programa como o Bolsa Família, que sempre deu certo. Não era apenas um programa social, mas um programa econômico, que levava dinheiro para as pequenas cidades, para a periferia das grandes metrópoles.

Talvez isso vá ficar marcado na história como uma das grandes irresponsabilidades que Bolsonaro cometeu no período em que foi Presidente.

Sr. Presidente, peço que minha fala fique registrada e conste no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 6/116

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-19:28
Publ.: DCD 04/11/2021 - 58	JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Exigência do pagamento de precatórios ao professorado brasileiro e de retomada do auxílio emergencial. Transcurso do 69º aniversário de criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. Protesto contra o corte de recursos orçamentários das áreas de pesquisa, ciência e tecnologia. Necessidade de avanço da vacinação contra a Covid-19 no Estado do Amazonas.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado,**



Sr. Presidente.

Saúdo os colegas Parlamentares.

Primeiro, manifesto-me contra a PEC 23, a PEC dos Precatórios, do calote que o Governo Federal pretende dar. Estamos aqui para defender os precatórios do FUNDEF. Não aceitamos calote em relação aos recursos dos professores, dos educadores, enfim, da educação. Ao mesmo tempo, cobramos que o Governo providencie recursos para garantir o auxílio emergencial. O Governo Bolsonaro acabou com o Bolsa Família e fala agora do Auxílio Brasil, um novo auxílio, mas não definiu os recursos e quer tirá-los da educação. Ele quer dar esse calote em todo o Brasil.

Sr. Presidente, quero registrar o aniversário de 69 anos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia ocorrido no dia 29 de outubro. A criação do INPA foi um grande salto no conhecimento científico em relação à Amazônia, com estudos na Região Amazônica, os quais contribuíram para a qualidade de vida da população. O INPA é um orgulho para o Brasil, para os servidores, para a ciência. Mas ele também está sendo atacado, como a ciência no Brasil, com corte de recursos, com descaso, com falta de estrutura para a atuação de seus pesquisadores e de todas as instituições do Brasil.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais - SINDSEP e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF denunciam essa situação, esse descaso. O corte de recursos na área de ciência e tecnologia é um crime contra o presente e contra o futuro. Os sindicalistas ainda denunciam o corte de recursos para a pesquisa. É um absurdo o que acontece no Brasil, com um Governo que não acredita no conhecimento, que não investe no setor e, portanto, não constrói um futuro para o seu povo.

Finalizo, Sr. Presidente, com uma preocupação em relação ao Estado do Amazonas: segundo a Secretaria de Saúde, 630 mil pessoas ainda não foram vacinadas, 500 mil pessoas ainda não receberam a segunda dose e, na capital, 270 mil pessoas não receberam a segunda dose. Das internações que acontecem hoje nos hospitais, 80% são em função de pessoas que não foram vacinadas. Além disso, há circulação da variante delta e muitas contaminações.

É necessário e urgente que se faça uma busca ativa; é necessário e urgente que haja ações da Prefeitura e do Governo do Estado para que toda a população possa ser vacinada ou, ao menos, que se atinjam os 70% apontados pelos especialistas como percentual razoável. Dessa forma, poderemos ter mais tranquilidade. Mas hoje estamos muito distantes disso. Há um descaso muito grande, talvez ainda reflexo da ação do Governo Federal, do negacionismo do Presidente, que

contribuiu para esse atraso e para tantas mortes no Estado do Amazonas e no Brasil.

Eu gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

---

Documento 7/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-19:32
Publ.: DCD 04/11/2021 - 59	- PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de votação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para trazer mais uma vez assunto que interessa a todo o País e, principalmente, a uma classe que dedica cada dia da vida à população brasileira, que são os enfermeiros e os técnicos e auxiliares de enfermagem.

O PL 2.564/20, que cria o piso nacional da enfermagem, continua parado no Senado. No ano passado houve uma grande mobilização em defesa desse PL. Mais de 1 milhão de pessoas já manifestaram apoio a ele no portal do Congresso Nacional. Mas, apesar de haver o apoio declarado da maioria dos Senadores, ele continua engavetado na mesa do Presidente Rodrigo Pacheco.

Venho aqui fazer um apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco e aos Senadores para que possam votar esse PL no Senado o mais rapidamente possível, para que ele logo chegue à Câmara dos Deputados. É inadmissível que uma categoria tão importante para o Brasil - enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras -, que salva milhares de vidas todos os dias, continue esperando. Eles foram fundamentais, principalmente na pandemia. Hoje já perdemos mais de 608 mil brasileiros com a pandemia, e esses profissionais ajudaram, trabalharam, doaram a vida nesse período. Muitos deles morreram salvando vidas nesta pandemia e precisam ser reconhecidos.

Um auxiliar de enfermagem, um técnico de enfermagem está ganhando pouco mais de 1 salário mínimo no Brasil. É irrisoriamente absurdo o Congresso não discutir esse assunto. Por isso, mais uma vez - e estou propondo a criação de uma frente parlamentar em defesa do piso nacional -, quero pedir ao Presidente Rodrigo Pacheco para retirar da gaveta esse projeto, a fim de que todos os Deputados e Senadores reconheçam esse clamor que vem das ruas e do povo brasileiro em defesa dessa classe, que, mesmo dedicando a vida para salvar tantos brasileiros, ganha pouco mais de 1 salário mínimo. E lembro que o salário mínimo no Brasil hoje compra menos do que oito botijões de gás.

Deixo este apelo: se não tomarmos providências para votar esse projeto que cria o piso nacional da enfermagem, vamos ter um colapso ainda maior no atendimento do SUS, das Prefeituras e dos postos de saúde em todo o Brasil.

Em defesa da enfermagem, em defesa do Brasil, precisamos e cobramos uma atitude do Presidente Rodrigo Pacheco.

---

Documento 8/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/11/2021-20:00
Publ.: DCD 04/11/2021 - 65	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Defesa da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.**

O Governo de Bolsonaro acabou com o Bolsa Família, acabou com um programa reconhecido internacionalmente como o melhor programa de distribuição de renda do mundo, quer colocar no lugar outro programa, que não tem nenhuma clareza de critério, que não tem nenhuma análise mais profunda, que é o tal do Auxílio Brasil, e ainda vem dizer que o Auxílio Brasil vai aumentar o número de pessoas atendidas. Mentira! O Auxílio Brasil vai reduzir de 38 milhões de pessoas que recebem o Auxílio Emergencial para apenas 17 milhões - 21 milhões

de pessoas não vão receber.

Só que aí vem o Governo e diz: "*Eu não tenho espaço no Orçamento para resolver esse problema, para pagar esse auxílio*", vem propor esta PEC absurda, que é a PEC 23, cujo objetivo é adiar precatórios, que são sentenças consolidadas, transitadas em julgado, e quer jogar isso lá para frente, para o próximo Governo pagar, que ele sabe muito bem que não vai ser ele. Ele sabe muito bem que não vai continuar no Governo, até porque já começou a articular outra PEC, para criar um Senador vitalício para poder ter alguma salvaguarda.

Essa PEC dos Precatórios não resolve o problema. Poderiam muito bem garantir esse Auxílio Brasil com recursos de medida provisória, com crédito extraordinário, com várias outras soluções, até mesmo com a PEC do Deputado Vice-Presidente Marcelo Ramos, que a apresentou e que resolve o problema. Mas o Governo quer mais que isso. Ele quer empurrar para frente os precatórios, quer mudar a forma de cálculo do teto para poder, no ano que vem, ter 100 bilhões de reais para usar na eleição. Esse é o objetivo. Essa PEC é eleitoreira, é um escárnio contra o povo brasileiro. Essa PEC não quer resolver o problema dos mais pobres - ela quer simplesmente garantir ao Governo as condições financeiras para disputar a eleição.

É por isso que nós vamos votar contra. Somos a favor do auxílio, somos a favor dos 600 reais. Vamos defender e vamos lutar para sermos vitoriosos.

Muito obrigado.

---

Documento 9/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-20:04
Publ.: DCD 04/11/2021 - 66	LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Atuação dos partidos oposicionistas contra as medidas sociais adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro. Apoio ao Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal.

---

**O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente**

Gilberto, é uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

Eu quero fazer aqui um resumo do que aconteceu em 3 anos de mandato. Primeiro, quero olhar no olho de cada Deputado, e há Deputado aqui que não está defendendo os precatórios, está defendendo escritórios de advocacia.

Em 2019, quando o Governo Bolsonaro aprovou - ou queria aprovar - todas as reformas de que este País precisa, a Oposição foi contra. Em 2020, vem a pandemia, e o Governo defende empregos e não o "fique em casa", e a Oposição, normalmente, como ela faz, rema contra. De 2020 para 2021, vem a inflação, mas vem inflação no mundo inteiro. E a culpa é de quem? É do Bolsonaro. Em 2021, agora, vem a fome, vem o desemprego. A Oposição mais uma vez pede o auxílio. O auxílio chega, e chega muito mais eficiente, com o Auxílio Brasil, com nove modelos de recebimento, muito mais eficaz, muito mais assertivo do que o Bolsa Família. E aí a Oposição - muitos estão olhando para mim agora - vem, ali no outro lado, no lado em que a Esquerda grita, sempre do contra, e fala: "*É irresponsabilidade fiscal*".

Irresponsabilidade fiscal é o que vocês têm com os brasileiros. Irresponsabilidade fiscal é vocês ficarem preocupados com a reeleição do Presidente Bolsonaro, e não com o bem estar do mais humilde brasileiro, que mora na periferia, que pega ônibus, que pega trem, que está com fome. E é por isso que o Governo Bolsonaro, junto com o Ministério da Cidadania, junto com o Ministro Roma, elaborou, graças a Deus, um plano muito mais eficaz e muito melhor do que o Bolsa Família.

Presidente Gilberto, enquanto nós aqui no plenário, enquanto nós aqui na Câmara dos Deputados estivermos preocupados com uma política partidária, e não com uma política de Estado, nós definitivamente não vamos caminhar para o futuro positivo que esperamos para o nosso País.

A Oposição sempre foi apenas oposição, e oposição por oposição.

Obrigado, Presidente Gilberto.

---

Documento 10/116

130.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 03/11/2021-20:16

Publ.: DCD  
04/11/2021 - 70

EDUARDO BOLSONARO-PSL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Rejeição, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de ação destinada à cassação da chapa Bolsonaro/Mourão. Voto proferido pelo Ministro Carlos Horbach na ação judicial. Anúncio da abertura de processo contra o Relator da CPI da Covid, Senador Renan Calheiros, e a revista Crusoé pela publicação da matéria O bunker do Eduardo Bolsonaro.

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta semana caiu mais uma vez a narrativa daqueles que fazem de tudo para, no tapetão, virar os resultados das eleições ou tentar nos denegrir por ocasião do julgamento da chapa Bolsonaro-Mourão.

Eu vou abrir aspas para ler o voto do Ministro Carlos Horbach, que falou sobre o gabinete do ódio:

*(...) cuja existência, aliás, é posta em cheque pela Polícia Federal, como comprovam os seguintes trechos de documentos acostados ao Inquérito nº 4.781 - o inquérito das fake news.*

*Com os dados disponíveis até o momento, para este analista, não foi possível assegurar se há vínculo real entre os acusados ou se o vínculo estabelecido se dá justamente pelo grande número de seguidores de compartilharem o mesmo viés político. Com base no que foi visto, não se encontrou referência à existência do tal gabinete do ódio ou a alguma coordenação de postagens entre diferentes perfis de pessoas e em relação ao gabinete do ódio, apesar do nome sigla aparecer em diferentes conversas, não foram encontrados outros elementos que confirmem a sua existência de fato e eventuais integrantes.*

Então, quero deixar aqui o parabéns ao Ministro Carlos Horbach, pela serenidade do seu voto.

Isso daqui é o que eu tenho dito, ninguém da Direita ou conservador tem medo que nos investiguem. O problema é que, em tempos estranhos, mesmo sem encontrar nada, podem ficar vazando matérias de conversas ilegais, Deputada Carla Zambelli, como a minha conversa com Allan dos Santos, que foi parar no *Jornal Nacional*. A conversa não tem nada de ilegal, mas ficam ali requeitando para ver se dá algum desgaste político. Por exemplo, faltou essa serenidade à revista Crusoé. Se ela tivesse tido o mínimo de cuidado, se ela tivesse tido zelo na sua investigação jornalística, ela teria percebido que, em novembro de 2019, Allan dos Santos deixou informação disponível para a CPI das Fake News. E, mesmo não sendo da sua obrigação, pois a CPI só investiga as *fake news*, não investigava propriamente a



empresa dele, ele deixou aberto ali quem pagava o aluguel do canal Terça Livre: ele próprio.

Mas a *Crusoé*, Presidente, mais uma vez, o que faz? Faz matéria falando "*o bunker do Eduardo Bolsonaro*". Eles pegaram, Deputada Carla, um trecho, um trequinho de nada. O Allan dos Santos falou o seguinte, provavelmente por chacota: "*Já estou no bunker pago pelo Eduardo Bolsonaro*". Eles pegam esse trecho e tentam me vincular a toda essa narrativa criada por eles próprios. Não sem motivo, Presidente, pois toda narrativa precede uma medida judicial: é para quebrar meu sigilo, é para me expor, é para de repente justificar a apreensão de um celular meu, um esculacho, um mandado de busca e apreensão. No entanto, vários traficantes de drogas estão soltos.

Termino dizendo que vou processar não somente a *Crusoé*, como também o Relator Renan Calheiros, porque cabe a ele, conforme precedente do STF, fazer a guarda desses sigilos que propositalmente, na minha opinião, o Senador vaza para a imprensa para promover, sim, um assassinato de reputações através do "gabinete do ódio".

---

Documento 11/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-20:40
Publ.: DCD 04/11/2021 - 76	- ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Ajuizamento pelo PT de ação perante o Supremo Tribunal Federal contra a portaria do Ministério do Trabalho e Previdência, proibitiva da exigência aos empregados, pelas empresas brasileiras, da apresentação de comprovante de vacina contra a Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos decorrentes do coronavírus. Inconsistência dos dados oficiais do Governo Federal sobre o emprego e desemprego no País. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Aumento da fortuna do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com a valorização do dólar frente ao Real. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, referente à reforma administrativa.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Presidente, Deputados e Deputadas, eu quero inicialmente falar de mais uma portaria negacionista do Governo Jair Bolsonaro, agora

emitida pelo Ministro do Trabalho, o Onyx Lorenzoni, por meio da qual ele proíbe que empresas possam demitir quem não se vacinar e não exige mais o comprovante de vacina.

Nós do Partido dos Trabalhadores, como partido, demos entrada a ação no Supremo Tribunal Federal contra mais essa medida negacionista. Isso só comprova o que a CPI do Senado de fato apurou: muita responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes que o Brasil teve, muitas mortes, centenas de milhares de mortes.

Esse negacionismo continua.

E agora, mesmo que prejudique uma empresa ou um conjunto de trabalhadores, está lá essa portaria negacionista, que esperamos que seja derrubada.

Mas é preciso perguntar hoje: "*Cadê o Paulo Guedes?*" Nós vimos agora que houve uma revisão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no Brasil, e aquele anúncio de 142.000 novos postos de trabalho para 2020 caiu para 75.883, caiu pela metade. O povo brasileiro passa fome, e tudo no Governo Bolsonaro é *fake news*. Até dados oficiais de emprego e desemprego são *fake news* no Governo Bolsonaro.

Hoje está pautada, para que outro vexame possa ser dado, essa proposta que o Governo apoia, a PEC 23, a "PEC do Calote", que ele chama de PEC dos Precatórios. Essa proposta vai mexer no teto, vai mirar o Auxílio Brasil, mas o que ela faz mesmo é lançar uma pá de cal no Bolsa Família. Faz isso no momento em que o Brasil tem 14 milhões de desempregados.

Por isso eu repito a pergunta: "*Cadê o Paulo Guedes?*" Aliás, anda sumido desta Casa. Já foi convocado pela maioria dos Deputados, mas nada de vir aqui explicar como um Ministro, especulando com *offshore* no exterior, conseguiu ganhar, só com o aumento do preço do dólar, 14 mil reais por dia. É um absurdo, para quem ficou 1.000 dias no Governo, comemorar essa fortuna de milhões que esse Paulo Guedes acumulou. Tudo isso mostra o vexame desse Governo.

Nós precisamos derrotar a PEC 23 hoje e, na sequência, derrotar a PEC 32, que trata do desmonte do serviço público.

Muito obrigado, Presidente.

Fora, Bolsonaro!

130.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 03/11/2021-20:44

Publ.: DCD  
04/11/2021 - 77

DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações à Polícia Civil pela prisão de estudantes de medicina suspeitos de falsificação de documentos para ingresso na Universidade de Rio Verde - UniRV, no Estado de Goiás.

---

**O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO. Sem revisão do orador.) -**  
Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos.

Venho a esta tribuna hoje para enaltecer o trabalho da Polícia Civil de Goiás, especialmente na Operação Clandestinus, cumprida pelo 2º Distrito Policial da cidade de Rio Verde.

Sr. Presidente, matéria em mídia nacional divulgou que na última quarta-feira a Polícia Civil prendeu 19 estudantes de medicina. Os suspeitos apresentavam históricos escolares falsos, a fim de participarem de processo de transferência entre faculdades. O ingresso seria por meio da Universidade de Rio Verde, no sudoeste de Goiás. Foram 17 presos em Goianésia; 1 em Formosa; e 1 em Barreiras, na Bahia.

Grande parte dos suspeitos estudava no Paraguai, e por meio da falsificação de documentos buscavam regularizar sua situação nas faculdades brasileiras. As instituições que foram alvo da falsificação informaram que eles nunca estudaram lá. A investigação também aponta que alguns dos suspeitos nem sequer estudavam medicina e já entravam no quinto ou sexto período do curso.

Quero destacar a importância da Universidade de Rio Verde, que identificou as evidências de fraude documental praticada por alguns candidatos no processo de transferência e fez a denúncia à Polícia Civil.

Sr. Presidente, esse pessoal pagava cerca de 80 mil reais para fraudar documentos, cursar medicina e, com isso, atender a população. Alunos nem sequer participaram de algumas matérias da faculdade, mas estavam no internato, atendendo a população e colocando-a em risco com esse exercício ilegal da medicina.

Para finalizar, presto minha justa homenagem ao Dr. Fabiano, o

Delegado responsável, que foi fundamental para essa investigação, que durou 5 meses, desse ato ilegal desses estudantes.

Fica aqui minha homenagem e meu agradecimento aos profissionais que prestam atendimento à saúde das pessoas do País e que tanto sofrem, principalmente nesse período de pandemia.

Muito obrigado.

---

Documento 13/116

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-21:24
Publ.: DCD 04/11/2021 - 88	BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Declaração de voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Arthur Lira.**

Nobres colegas, é uma honra estar neste ringue onde luto pelo Brasil.

Nesta noite, aprovaremos aqui a PEC dos Precatórios, para o bem do Brasil. Com a PEC dos Precatórios, nós apenas parcelaremos o pagamento, em benefício de 17 milhões de brasileiros. Não se vai furar o teto. Qualquer bom senso, o mínimo de bom senso: num momento de pandemia, nós temos que apoiar esta população que merece apoio.

Eu sou da seguinte filosofia: qualquer ministério de assistência social do mundo tem que dar apoio aos seus cidadãos no momento em que é preciso. O auxílio é por um tempo, e não o tempo todo. Auxílio pelo tempo todo é barganha eleitoral, é formar uma população que não irá progredir na vida, estará marginalizada.

Damos o apoio por um tempo, e não o tempo todo. Temos que dar educação, trabalho, para que as pessoas possam progredir. Mas, neste momento, nós precisamos nos lembrar dos 17 milhões de irmãos que foram violentamente penalizados por essa pandemia. Vamos possibilitar os 400 reais mensais, o que é muito bom e muito além do

Bolsa Família, um valor muito mais justo.

Então, peço a todos os colegas bom senso. Não se trata de furar o teto. Temos que ser solidários com a população. Serão permitidos 400 reais através da PEC dos Precatórios, é apenas um prolongamento do pagamento. Em compensação, quantas famílias, quantos me ouvem neste momento - pais, filhos, avós - que estão necessitados?

Cadê o coração que bate em cada um dos Deputados? Não vão ser solidários neste momento? A Oposição muitas vezes faz uma demagogia barata: "*Estamos ao lado dos mais pobres, dos que mais precisam*". A Oposição vai se furtar a apoiar quem precisa? Querem ser classificados de fato como demagogos ou vão votar com o povo que tanto precisa? São 17 milhões de brasileiros que estarão recebendo auxílio de 400 reais com a aprovação da PEC dos Precatórios.

O meu voto é "sim", "sim", "sim".

Grato, nobre Presidente.

---

Documento 14/116

---

130.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/11/2021- CD	23:48
Publ.: DCD - 04/11/2021 - 145	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação do discurso do Deputado Hugo Motta sobre o descaso dos partidos oposicionistas com a população pobre, demonstrado no posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Atuação dos partidos oposicionistas pela redução das desigualdades sociais brasileiras. Contribuição do Governo Jair Bolsonaro para o aumento da inflação, da miséria, do gás de cozinha e de combustíveis no País.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero iniciar a minha rápida fala dizendo que, para mim, é bem desconfortável participar da forma como vou participar neste instante, pelo apreço que tenho pelo Relator, o Deputado Hugo, além da amizade pessoal e

familiar. S.Exa. é do nosso Estado, a Paraíba. Mas, Deputado Hugo, V.Exa. foi muito duro com a Oposição - permita-me dizer-lhe isso -, e V.Exa. sabe do carinho e da consideração que tenho por V.Exa. O Deputado Hugo começou muito jovem na política, e ainda é muito jovem.

É preciso entender que, para engrossarmos a voz, para tentarmos dar carão em alguém, temos que olhar um pouco para trás. Eu nunca participei nem coloquei minha digital quando desmontaram a Previdência Social do oitavo país mais desigual do planeta Terra, que é o Brasil. Eu não participei disso. Eu não coloquei a minha digital quando tentaram aqui, recentemente, congelar o salário dos professores da educação básica. Se não me falha a memória, Deputado Hugo, nós vencemos por 4 votos. Enquanto isso, há um tal de teto duplex, em que algumas autoridades poderosas do Governo Bolsonaro, em canetada que ocorreu no Ministério da Economia, passaram a ganhar 66 mil reais, e a nossa Constituição estabelece o teto de 39 mil reais. Eu não pertenço a esse time.

Mas vou um pouco mais adiante. Quero lembrar a PEC 32. Nós não estamos ao lado da PEC 32, porque ela representa a destruição do futuro do País, principalmente para as pessoas mais pobres, que foi algo a que prestei muita atenção no discurso de V.Exa. Sem serviço público de qualidade, as pessoas pobres não terão a quem recorrer na saúde, na educação, nas políticas de assistência social. Tudo isso passa efetivamente por políticas públicas. E a PEC 32 desmonta tudo isso. Nós da Oposição, Deputado Hugo, também não estamos ao lado da PEC 32.

Eu quero dizer mais. Todos sabem que a nossa bancada tem representatividade em praticamente todos os recantos do Brasil. Os professores do País querem que votemos contra esta PEC terrível. E eu não vou discutir aqui a respeito de quem é o melhor médico, de quem é o melhor advogado ou de quem tem o melhor discurso ou a melhor oratória. Existem decisões que transitaram em julgado. Nós estamos falando em segurança jurídica. Mas aqui estamos votando uma PEC que vai desmontar tudo isso. Para Bolsonaro, isso é bobagem. Ele não liga para isso.

Vou um pouco mais adiante. Foi a Oposição que, num sentimento de profunda resistência, Deputado Hugo, insistiu e disse que auxílio emergencial de 150 reais ia fazer com que as pessoas passassem fome. E o time de V.Exa., do Governo, fez cara de paisagem, fez de conta que nada estava acontecendo. É de dar dó, há pessoas, nas ruas, nos sinais de trânsito, pedindo dinheiro para comprar comida. O lado de V.Exa. está fazendo com que a inflação pipoque. O lado de V.Exa. está permitindo que a gasolina atinja um valor impagável, que principalmente as pessoas que residem lá no Semiárido, na nossa terra



querida de Patos, de Catolé do Rocha, troquem o gás de cozinha por lenha. Então, é preciso ter um pouco de cuidado no que se coloca.

Nós temos autoridade para dizer que defendemos todo tipo de política social que diminua a desigualdade social, porque o maior programa de política pública de assistência social foi implantado pelo melhor Presidente deste País - Luiz Inácio Lula da Silva - e já dura 18 anos e teve reconhecimento mundial. *(Manifestação no plenário.)*

Respeito é bom e eu gosto.

Brasileiros, brasileiras, nós estamos trocando uma pérola por um programa cujo prazo de validade vai até a eleição. É isso que está sendo colocado aqui agora. Então, se alguém tem algum compromisso com Bolsonaro e quer aprovar alguma matéria nesta Casa, coloque o papel da verdade. O papel da verdade neste momento é este: trabalhar e estabelecer políticas públicas que diminuam a desigualdade e façam com que o País seja mais justo. É isso que nós queremos. A Oposição está pronta para fazer isso.

Reforma tributária foi para a gaveta para possibilitar que os ricos, que estão no andar de cima, privilegiados historicamente no País, beneficiados pela política tributária, continuem sendo privilegiados, como sempre. As pautas que interessam ao Brasil não estão sendo votadas aqui no plenário neste momento.

Eu quero dizer que a Oposição tem autoridade para falar sobre tudo isso. Foi o papel da resistência no primeiro ano da pandemia que fez com que a unidade no plenário desta Casa, o Plenário Ulysses Guimarães, com partidos de todos os campos, garantisse o auxílio emergencial de 600 reais. Bolsonaro queria estabelecer um auxílio emergencial de 200 reais.

É preciso ter um pouco de cuidado, porque o discurso bonito tem que coincidir com a verdade dos fatos, o discurso bonito tem que coincidir com a realidade das ruas.

E a realidade do discurso de V.Exa., infelizmente, é extremamente incompatível com os atos e com o caminhar do grupo governista nesta Casa.

Resistência sempre, ao lado do povo, ao lado de um Brasil mais justo sempre!

Publ.: DCD - 04/11/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO  
177

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União, ressalvados os destaques. Defesa de concessão, pelo Governo Federal, de auxílio emergencial no valor de 700 reais. Importância, para as finanças públicas municipais, do parcelamento de débitos previdenciários em 240 meses. Necessidade da realização de investimentos públicos na área social.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos se reuniu e mudou a orientação de liberar a bancada para o voto "não".

Quero aproveitar o momento, Sr. Presidente, para dizer que a política social do Governo está errada. O Governo Federal deveria ter chamado os Governadores e os Prefeitos e ter instituído o auxílio emergencial no valor de 700 reais. Esse é um valor digno para uma família que não tem emprego, para uma família que paga aluguel, para uma família que está sofrendo com a pandemia porque perdeu o seu emprego. Esse auxílio emergencial seria apenas por meio de um cadastro único no País. Aí sim os Governos, em âmbito federal, estadual e municipal, juntos apresentariam um programa social no valor de 700 reais ou 800 reais, com cada um dando a sua contribuição.

Mas o Governo não dialoga com os Governadores, não dialoga com os Prefeitos. Esta PEC tem pontos positivos, quando ela dá margem, dá o direito da negociação das dívidas com a Previdência, que é muito pesada, para os Municípios do Brasil. Nós sabemos que a mudança no parcelamento de 60 meses para 240 meses vai melhorar muito as finanças públicas dos Municípios.

Mais ainda, Sr. Presidente, nós estamos passando um período de guerra. Na Segunda Guerra Mundial, para que o mundo saísse da depressão, o governo americano lançou o Plano Marshall.

Defendo que aqui no Brasil, eu que sou um Deputado monetarista, o Governo deveria ter neste momento moeda para cuidar das suas famílias. O Governo tem a obrigação de colocar dinheiro no mercado, porque dinheiro no mercado significa mais emprego, significa mais renda para o povo brasileiro.

É importante, Srs. Parlamentares, o Governo fazer investimentos na área social.

Os 600 reais de auxílio emergencial que esta Casa aprovou na pandemia serviram para salvar milhares e milhares de empresas em todo o Brasil. Quando se faz investimentos nas famílias mais carentes no País, isso significa que esses recursos melhoram a vida e geram emprego, porque o dinheiro vai para a padaria, vai para o mercado lá na periferia, esse dinheiro vai para a pequena frutaria e acaba gerando emprego.

É importante, neste momento, que o Governo, que o Ministro Paulo Guedes seja monetarista.

---

Documento 16/116

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/11/2021-01:52
Publ.: DCD 04/11/2021 - 188	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial da Alimentação no País. Agravamento da fome no Brasil com a epidemia de coronavírus. Elevação abusiva dos preços do gás de cozinha. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Recomendações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, para economia no consumo do gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*:

Não coube celebração pelo Dia Mundial da Alimentação, um dos destaques do calendário de outubro. Houve apenas reflexão. A situação da fome enfrentada por milhões de pessoas ficou mais grave com a pandemia. A luta pela sobrevivência é um exercício penoso e



diário. No Brasil, as adversidades se potencializam com a alta da inflação, impactando os preços dos alimentos, aliada aos reajustes frequentes do gás de cozinha. O valor médio do produto passou de R\$ 75,29, no final de 2020, para R\$ 96,89 em 2021. Em algumas regiões o preço chega a R\$ 135.

Diante de uma realidade que compromete ainda mais a questão alimentar, aprovamos, recentemente, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que cria o auxílio Gás Social, a fim de subsidiar o preço do produto para famílias de baixa renda. A matéria, que assegura o benefício aos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais, segue os trâmites necessários para se tornar lei.

A proposta levou em conta ser praticamente impossível às famílias em situação de extrema pobreza ter acesso ao gás de cozinha no valor atualmente comercializado. Essa situação é causa de frequentes acidentes com pessoas que utilizam meios para cozinhar que não são adequados nem seguros, com álcool, carvão e lenha, na maioria das comunidades e na zona rural.

No contexto do elevado preço do gás de cozinha, cabe destacar algumas dicas do IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) para economizar no consumo:

*Checar o botijão e as mangueiras - Verifique as roscas do botijão de gás e os canos do fogão e forno despejando um pouco de espuma de sabão. Se houver formação de bolhas de ar, tem vazamento.*

*Manter as bocas do fogão limpas - Se as chamas estiverem com tons amarelos ou laranjas, é sinal de que as bocas estão sujas ou com mau funcionamento. Com isso, o fogo perde sua potência e acaba gastando mais gás para cozinhar o alimento.*

*Evitar a passagem de vento - Feche as janelas enquanto cozinha. O vento diminui a potência das chamas, exigindo mais tempo para que a panela atinja a temperatura ideal.*

*Usar bocas do fogão adequadas - Colocar uma panela pequena em uma boca grande é desperdício de gás de cozinha.*

*Tampar as panelas - Panelas tampadas aproveitam mais as chamas e, com isso, cozinham mais rápido.*

*Cortar os alimentos em pedaços - O tempo de uso é determinante para a economia de gás. Por isso, quanto menor o corte do alimento, menos tempo ele levará para ser cozido.*

*Otimizar o uso do forno - Procure cozinhar pratos diferentes de uma só*

vez no forno.

Muito obrigado.

---

Documento 17/116

---

131.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/11/2021- CD	13:16
Publ.: DCD - 05/11/2021 - 44	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio às ameaças a diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, pela análise de vacinas contra a Covid-19 destinadas às crianças.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nobre Deputada Rosângela Gomes, ocupo esta tribuna para fazer um alerta e um apelo, no sentido de reforçar a importância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Todos nós, em especial nós que somos do setor saúde, reconhecemos o trabalho de vigilância sanitária, da nossa ANVISA, que traça as diretrizes para os Estados e os Municípios. A ANVISA teve, está tendo e continuará tendo papel fundamental como agência diante da pandemia, reinventando-se em alguns momentos para conseguir garantir a melhor forma de fazermos esse enfrentamento.

Pela segunda vez, em pouquíssimos dias, os diretores da ANVISA estão sendo ameaçados em função de estarem analisando a vacina da COVID-19, já de reconhecimento internacional, que vai ser aplicada nas crianças. Nós não podemos permitir que uma instituição como essa, que nos orgulha, assim como a FIOCRUZ, o Instituto Butantan, sofra qualquer tipo de ameaça a quem quer que seja, do presidente aos diretores, qualquer um dos seus servidores. Isso compromete o serviço, e nós temos na ANVISA profissionais absolutamente qualificados.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem o reconhecimento das melhores agências mundiais. Ela se equipara à agência americana e às agências europeias. O brasileiro precisa ter orgulho do que tem, e não apenas valorizar o que é de fora. A nossa ANVISA precisa ser, sim, reconhecida como orgulho nacional. A equipe que lá trabalha é

absolutamente comprometida e mostrou sua posição durante todo esse período em que teve mais visibilidade por parte da sociedade em função da pandemia da COVID-19.

Por isso, Sra. Presidente, na condição de Parlamentar da área da saúde e como Relatora da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, não posso me furtar de pedir que o meu pronunciamento em defesa de toda a equipe diretiva, do presidente aos diretores e aos trabalhadores da ANVISA, seja divulgado nos veículos de comunicação. Espero que nenhum tipo de ameaça venha a fazer com que esses profissionais mudem suas posições. Que eles continuem se pautando pela ciência! Que eles continuem se pautando pelas boas práticas em defesa da vida, em defesa da saúde do País!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 18/116

---

131.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/11/2021- CD	14:44
Publ.: DCD - 05/11/2021 - 75	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de votação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2020, sobre a autorização ao Governo Federal da concessão de anistia temporária de dívidas tributárias das pequenas e microempresas, e dos microempreendedores individuais.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria pedir o apoio de V.Exa.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico aprovou o projeto de minha autoria que propõe a suspensão das dívidas acumuladas no ano da pandemia pelo microempreendedor individual.

Nós sabemos muito bem que esses trabalhadores não tiveram mínimas condições de comercializar bens e serviços e, portanto, se tornaram endividados. Então, a Comissão entendeu e aprovou o projeto, e eu peço a V.Exa. para trazermos a matéria para o plenário, através de um requerimento de urgência, porque isso é muito positivo para reconstrução da economia no pós-pandemia.

Nós precisaremos desses trabalhadores, que antes eram informais,



passaram a ser microempreendedores individuais, mas que não podem sair endividados por causa das restrições e também das políticas de distanciamento social. Então, eles ficaram com muitas dificuldades para comercializar seus bens e serviços. Então, eu acho que essa seria uma medida superpositiva, popular, e que de fato daria oportunidade a dezenas de milhões de brasileiros para o recomeço pós-pandemia.

---

Documento 19/116

---

132.2021	Sessão Comissão Geral	08/11/2021-17:12
Publ.: DCD - 09/11/2021 - 25	CÉLIO TURINO--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate das perspectivas do setor cultural brasileiro, ao ensejo da celebração do Dia Nacional da Cultura.

---

#### **O SR. CÉLIO TURINO** - Obrigado, Jandira.

Na pessoa da Deputada Jandira Feghali, da Deputada Benedita da Silva, da Deputada Lídice da Mata e de tantos que estão aí presentes, eu gostaria de deixar a minha congratulação por mais este momento em que a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, não foge à sua responsabilidade. Foi assim com a aprovação da Lei Aldir Blanc, tem sido assim na defesa da cultura ao longo desses anos tão difíceis e será assim no futuro.

Defender a cultura é defender o povo, o nosso espírito, a nossa alma, a capacidade criativa da nossa gente. Eu diria que a cultura está para um país da mesma forma como as Forças Armadas estão para a defesa do território, das fronteiras físicas, do espaço. A cultura tem a responsabilidade de defender a fronteira intangível, porque a melhor forma de se estabelecer a dominação sobre um país é penetrando na forma de pensar, na forma de ser, no modo cultural de seu povo.

Não defender a cultura é, portanto, um crime de lesa-pátria, um crime de irresponsabilidade com a Nação. É preciso dizer desta forma. Eu diria que esse crime de lesa-pátria está sendo cometido diuturnamente nos últimos anos. Seria a mesma coisa que um general, ou um almirante ou um brigadeiro abandonar a defesa da Nação, abandonar o seu posto e permitir que as Forças Armadas de uma nação inimiga invadam o nosso território. É isso o que está acontecendo com esse abandono.

Ao lado desse crime, comete-se, como eu vi hoje - e não teria como

deixar de dizer -, o crime de epidemia. Essa decisão do responsável pela cultura no Governo Federal de criminalizar eventos culturais, atividades culturais em que se solicite o certificado de vacinação é um crime de epidemia, e assim deve ser tratado. Tenho certeza de que o Congresso, a Câmara dos Deputados, tomará as atitudes devidas, porque isso urge. É o cuidado com o nosso povo que está em jogo, é o cuidado com a Nação brasileira que está em jogo.

Penso também que do mesmo modo como pudemos realizar uma ampla mobilização, de baixo para cima, uma plena articulação com gestores e gestoras dos Governos Estaduais e Municipais que resultou na Lei Aldir Blanc, para o próximo ano deveria ser chamado um grande congresso nacional da cultura. Se o Governo Federal não se responsabiliza por isso, que os gestores estaduais e municipais, que a sociedade civil, os movimentos da cultura, artistas, fazedores da cultura, todos os movimentos de ancestralidade assumam esse processo, para que tenhamos por horizonte o restabelecimento do Ministério da Cultura no Brasil.

Era isso. Apenas sugiro que se faça um amplo processo de congresso da cultura no ano que vem, chamado de baixo para cima, com a participação do Congresso Nacional, dos gestores e das gestoras de cultura, de todos os fazedores de cultura, para que nos preparemos para o próximo ano, o de 2023.

Obrigado.

Felicitações a todas e a todos!

---

Documento 20/116

---

132.2021	Sessão Comissão Geral	08/11/2021-17:16
Publ.: DCD - 09/11/2021 - 26	ORDEP SERRA--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate das perspectivas do setor cultural brasileiro, ao ensejo da celebração do Dia Nacional da Cultura.

---

**O SR. ORDEP SERRA** - Minha saudação a todos os presentes, de modo especial à Deputada Jandira Feghali e à Deputada Benedita da Silva, que para mim são expoentes da consciência republicana, com sentimento democrático.

A mesma saudação eu faço à minha querida Deputada Alice Portugal,

que não está presente, a quem devo também a honra do convite que me traz aqui.

Muitos já falaram da tremenda crise que nós enfrentamos. É preciso lembrá-la mais uma vez, acho eu.

Nós estamos ainda em luta com uma pandemia, que aqui foi estimulada, incrementada por uma estratégia de enfrentamento não só equivocada, mas também perversa: um governo pró-vírus criou uma situação dramática para todo mundo, inclusive para os operadores de cultura. Como se não bastasse isso, temos um desastre econômico já absolutamente inegável e a miséria crescente. A fome voltou a galope para o Brasil. O que eu sustento é que tudo isso tem a ver com o ataque à cultura também, tem a ver com o empobrecimento cultural. Essas coisas estão interligadas, estão ligadas também à sinistra devastação ambiental que hoje se faz. É preciso que reconheçamos esse nexos.

Nós vimos como o negacionismo se tornou aqui uma arma de extermínio e continua sendo uma arma de extermínio. A ignorância arrogante, que leva a expurgo de bibliotecas, como aconteceu com a Fundação Palmares, que condena à penúria as instituições culturais, que estrangula a pesquisa científica, também é fértil em ataques e ameaças ao Estado de Direito, como bem sabem os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas. Enfim, o descaso para com saberes, artes e letras vai de par com a brutalidade e nutre os ataques à democracia. Quando o valor da produção cultural se amesquinha, crescem os preconceitos, dá-se alento ao crime, e a barbárie prospera. Então, a ruína encosta na cultura com a naturalidade das agressões à cidadania, toleradas pelo embotamento das consciências.

A cultura pode e deve enfrentar esses problemas. O continuado massacre da juventude negra, o genocídio dos povos indígenas, o vulto crescente de crimes de ódio alimentados por racismos, homofobia, misoginia, tudo isso faz um retrato pavoroso do nosso País. É contra isso que nós temos que lutar. Quem aceita e naturaliza esse estado de coisas dá prova de insensibilidade, o que se reflete numa profunda "deculturação". Quando as bibliotecas e os museus se deterioram, o patrimônio histórico e cultural nacional se vê descuidado, editoras sucumbem, artistas são desprezados, cientistas, hostilizados, escritores, ignorados, analistas, agredidos, universidades públicas, reduzidas à penúria, nada de bom se pode esperar para a economia, a liberdade e o desenvolvimento humano do País.

Eu estou hoje à frente da Academia de Letras da Bahia, a mais antiga do Brasil. Ela nasceu no século XVIII, com o nome desafiador de Academia Brasílica dos Esquecidos. Depois renasce, ressurgiu como Academia Brasílica dos Renascidos. Por fim, já no século passado, ela

reaparece com o nome que tem hoje, de Academia de Letras da Bahia.

Eu sempre digo que a obrigação de toda academia é lutar contra o obscurantismo. Esta é a ideia que guia todo o nosso trabalho. A nossa casa tem muitas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) - Pode falar agora, professor.

**O SR. ORDEP SERRA** - Eu dizia que a nossa casa tem muitos nomes ilustres.

Em 2023, vamos celebrar o bicentenário da morte de um dos nossos fundadores, que é justamente Rui Barbosa.

Temos uma sede, cujo tombamento estamos pedindo como patrimônio histórico. Há ali um acervo muito rico, uma grande biblioteca e um arquivo, importantes para toda a história do Brasil. Basta lembrar que tivemos como membros sete Governadores da Bahia, vários Parlamentares, escritores de renome - seria uma lista muito longa para citá-los aqui.

Nós enfrentamos as dificuldades que todos estão sentindo na área cultural, mas sobretudo agora, quando queremos acentuar a função educativa da academia. Mesmo nessa confusão toda da pandemia, nós não ficamos parados. Realizamos muitos cursos, seminários, debates não só sobre literatura, mas sobre diversos outros temas, como, por exemplo, a própria crise sanitária, a crise climática, enfim, assuntos de interesse de todos. Realizamos ainda o 1º Seminário Arte e Pensamento Indígena e o Seminário Arte e Pensamento Quilombola. Estamos voltando a nossa atenção para esse campo também.

Procuramos corrigir um defeito que a nossa instituição tinha, que foi ser, por muito tempo, totalmente androcêntrica. A primeira mulher que se tornou acadêmica só conseguiu fazê-lo no século passado - aliás, foi uma feminista histórica. Depois, outras entraram, mas agora nós achamos por bem criar uma tribuna dedicada às mulheres. Nós convidamos sempre mulheres que se destacam na luta pela igualdade de gênero.

Enfim, estamos empenhados agora, como eu disse, em reforçar a função educativa da academia. Estamos ligados à Secretaria de Educação do Estado da Bahia e à Fundação Pedro Calmon. Somos produtores e distribuidores de livros, mas temos, às vezes, as mãos

amarradas pela penúria da escassez, que afeta toda a área cultural.

Celebro essa iniciativa tomada pelo Congresso, por esta Comissão Geral, a qual parablenizo, porque é absolutamente necessário que reativemos as instituições culturais e voltemos a fazer, com respeito, uma política cultural no Brasil.

---

Documento 21/116

---

132.2021	Sessão Comissão Geral	08/11/2021-17:24
Publ.: DCD - 09/11/2021 - 29	PEDRO GUIMARÃES---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate das perspectivas do setor cultural brasileiro, ao ensejo da celebração do Dia Nacional da Cultura.

---

#### **O SR. PEDRO GUIMARÃES** - Boa tarde a todos.

Saúdo as Deputadas Jandira Feghali e Benedita da Silva, do meu Estado, o Rio de Janeiro, assim como todos os Parlamentares, o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, secretários estaduais e municipais, e aqueles que nos acompanham, principalmente os nossos amigos do setor cultural, nesta Comissão Geral em importante celebração do Dia Nacional da Cultura.

Ao falar sobre o que vem acontecendo no setor de cultura, vou tentar olhar para frente e dizer da importância de seguirmos, como vários aqui falaram, apoiando as diversas iniciativas dessa Casa Legislativa, que se dedicou ao longo da pandemia a tentar fazer com que diminuísse o sofrimento do setor cultural. São milhões de trabalhadores do setor, sejam eles temporários ou efetivos, sejam produtores, sejam organizadores de eventos, todos aqueles que fazem a cultura ser a essência da nossa alma e sabem da importância da nossa identidade, que ficaram ao relento. Mas eles saíram da invisibilidade porque tivemos um olhar atencioso do Congresso Nacional, tivemos um olhar atencioso da Comissão de Cultura, sob a liderança das Deputadas Jandira e Benedita, acima de tudo, pela importância que se tem e pela mobilização popular que se fez presente ao longo de todo esse tempo. O setor empresarial também aprendeu a se organizar melhor nesse período. Por essa razão, nós nos fizemos presentes muito mais aqui, defendendo a área da indústria e do entretenimento.

Costumo sempre dizer, Deputada Jandira, que a cultura, o esporte e o entretenimento dão um enorme resultado no turismo; assim como o

trabalho, os bons serviços, o transporte e a segurança pública adequados também vão apresentar resultados no turismo das cidades e dos Municípios. Por essa força de atividade que representa um segmento com quase 10% do PIB nacional é que não podemos continuar sendo levados a esse segundo plano, com dificuldades de colocar as regras nos projetos de lei que foram aprovados. Eu quero citar tantas outras medidas, como a Lei Aldir Blanc e a Lei do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, que foram aprovadas na Casa e são importantes medidas de auxílio para esse setor. Mas, infelizmente, o PERSE, após discussão longa nos últimos meses, ainda não teve no Congresso o debate sobre os vetos presidenciais, que colocaram o projeto, na sua essência, em xeque, e não se conseguiram os benefícios ali previstos.

Mas, olhando para frente, como bem falei, eu quero dizer que essa retomada promete, com a essência do setor cultural e a união dos seus incríveis produtores que estão por todo o País, um novo tempo, uma nova esperança. E, para isso, também queremos contar com o Congresso Nacional, para que, principalmente, consiga fazer com que a Lei de Incentivo à Cultura, federal, tão importante para a indústria do entretenimento, possa voltar a fluir, possa voltar a acontecer. Há projetos em tramitação, garantindo que a sequência disso tudo possa transcorrer na mais perfeita ordem e o mercado reviva novos tempos, depois de tanto sofrimento nos últimos 18 meses.

Parabéns a todos! Termino com o pensamento de outro carioca, nosso Millôr Fernandes: *"Erudito é um sujeito que tem mais cultura do que cabe nele"*. E assim eu saúdo a todos por esse dia tão importante que nos leva a esta grande celebração.

Parabéns, Deputada! Muito obrigado pela oportunidade.

---

Documento 22/116

---

132.2021	Sessão Comissão Geral	08/11/2021-17:52
Publ.: DCD - 09/11/2021 - 36	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate das perspectivas do setor cultural brasileiro, ao ensejo da celebração do Dia Nacional da Cultura.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ)** - Sra. Presidenta Jandira Feghali, eu a parabenizo por ter solicitado a realização desta Comissão Geral, referente ao Dia Nacional da Cultura e a perspectivas para o



setor cultural brasileiro. Aqui estão presentes dignos representantes da área, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura, as senhoras e os senhores expositores.

É inegável a trágica situação que vivemos neste País, em que o Presidente da República submete toda a população brasileira a indicações de medicamentos sem eficácia, para que se desacreditem as instituições da ciência e da área médica, evitando, assim, as medidas necessárias de prevenção e cuidados em plena pandemia da COVID-19. Tais ações submetem todo o setor cultural a uma situação desrespeitosa e à absoluta falta de cumprimento, pela administração pública, das políticas inerentes ao setor.

A situação é tão grave que a Portaria nº 44, de 5 de novembro de 2021, da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo veda a exigência de passaporte de vacina em projetos culturais beneficiados pela Lei Rouanet. Essa medida coloca em risco artistas, técnicos e o público, em desacordo com recomendações da Organização Mundial da Saúde e determinações de Estados e Municípios brasileiros. Nós já apresentamos projeto de decreto legislativo, o PDL 978/21, para derrubar essa medida.

O povo brasileiro se encontra num momento no qual lutamos novamente pela democracia, pela liberdade de expressão artística e pelos direitos e garantias individuais. Batalhamos pelas garantias constitucionais que estabelecem a cultura como direito fundamental, tendo o Estado o dever de garantir e defender a soberania do povo brasileiro e o nosso território.

Nas últimas 2 décadas, especificamente nos Governos de Lula e Dilma, são inegáveis as relevantes contribuições ao setor cultural que proporcionaram um marco da cultura no País. Os avanços mais recentes tiveram um especial respaldo a partir da inserção do art. 216-A no texto da Constituição da República, por meio da Emenda Constitucional nº 71, de 2012, em que os sistemas de financiamento da cultura estão expressamente previstos como componentes da estrutura do Sistema Nacional de Cultura. Nesse contexto, são exemplos bem-sucedidos do conjunto de políticas culturais a Lei do Audiovisual, a Lei Cultura Viva e, mais recentemente, a Lei Aldir Blanc. A partir do resultado das políticas implantadas entre 2006 e 2010, houve a estruturação do setor cultural, através dos números da cultura, da consolidação do Conselho Nacional de Política Cultural, que definiu, a partir de três conferências nacionais, questões fundamentais para o mapeamento e a identificação de saberes e fazeres, toda a estruturação, para estipular as garantias culturais previstas no art. 215 da nossa Carta Magna, através das metas do Plano Nacional de Cultura.

Temos muitas batalhas a serem vencidas. A destruição promovida por este Governo Federal afeta diretamente todas as políticas públicas e, a cada ato, compromete anos de construção, debate e conquista.

Por último, quero destacar que a cultura, somada à educação, à saúde e à reestruturação sanitária do País, possibilitará o avanço social tão esperado. Precisamos proteger cada vez mais a nossa cultura, defender os direitos culturais, o nosso patrimônio histórico, princípios fundamentais garantidos pelo Estado Democrático de Direito, precisamos nos afirmar a cada passo e nos posicionar diariamente para a construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa, antirracista, solidária e livre.

Essa é a posição da Liderança do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras.

Obrigada.

---

Documento 23/116

---

133.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/11/2021-20:04
Publ.: DCD 09/11/2021 - 80	- JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Denúncia de compra de votos de Deputados para a aprovação da matéria. Determinação pela Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, de suspensão do chamado orçamento paralelo. Protesto contra o aumento da taxa de juros pelo Banco Central. Destruição de direitos sociais pelo Governo Jair Bolsonaro. Apoio ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.**

Eu quero registrar aqui mais uma vez a nossa indignação com a "PEC do Calote". Pela primeira vez, eu e o Parlamentar do NOVO que nos antecedeu, o Deputado Marcel van Hattem, estamos convergindo na opinião, num debate tão importante como este. É realmente a "PEC do

Calote".

E hoje a preocupação está muito grande, porque a turma está querendo saber o que vão fazer com os cheques sustados. Há muito tempo, Deputado Célio Moura, não ouvíamos falar de cheque sustado, o cheque com contraordem do emitente. Agora a Ministra Rosa Weber inventou uma nova modalidade: não é o emitente que susta o cheque, foi o Supremo Tribunal Federal que mandou sustar os cheques dos pagamentos das compras de voto para se aprovar a PEC 23/21, a "PEC do Calote", aqui nesta Casa.

Precisamos deixar bem claro: a "PEC do Calote" não cria Auxílio Brasil, a "PEC do Calote" não estende Auxílio Emergencial, a "PEC do Calote" não aprova o repasse de recursos, Deputado Bira do Pindaré, para a população mais pobre. A "PEC do Calote" apenas estabelece que o Governo não vai pagar suas dívidas já definidas judicialmente, estabelecidas para serem pagas no ano que vem. Vai parcelar. Somente isso.

Agora eu queria pedir aqui a todos aqueles que estão contra a "PEC do Calote", a todos aqueles que estão contra os cheques que foram sustados da RP9, do "orçamento secreto", que também sejam contra outro absurdo, que é o aumento dos juros, o aumento da taxa de juros desse Banco Central que se diz independente, mas, na verdade, é independente do povo e é dependente dos interesses da elite deste País. Só o que já aumentou de juros neste País e o que vai aumentar nas próximas semanas representa 400 bilhões de reais, dez vezes mais do que o Governo disse que vai gastar com o Auxílio Brasil. E esse dinheiro vai na veia do rentismo, na veia da elite que controla a economia deste País.

Então, não podemos permitir que esta Casa continue no escândalo de compra de votos. Não podemos permitir que continuem destruindo este País. Destruíram o Banco Central garantindo autonomia em relação ao povo e dependência da elite.

Estão destruindo a PETROBRAS. Já destruíram os nossos direitos previdenciários e trabalhistas. Estão destruindo o orçamento público, destruindo as políticas públicas mais importantes. Acabaram com o Minha Casa, Minha vida, acabaram com o Luz para Todos, acabaram com as políticas que fizeram diferença na vida da população brasileira, que foram criadas nos Governos do PT, o do Presidente Lula e o da Presidenta Dilma.

Mas vamos preparar a volta. E foi aqui lembrado muito bem: 2 anos da vitória do Presidente Lula. Vamos preparar as bases para retomar e reconstruir este País, com a eleição de 2022 e o retorno do melhor Presidente que já teve o nosso País, o Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva. Vamos devolver o Brasil aos brasileiros, tirar das mãos dos rentistas, dos especuladores, garantir o retorno das políticas públicas que fazem diferença, que garantem a vida e a saúde da população brasileira.

Vimos a posição do Governo Bolsonaro na pandemia e a de seus cúmplices. Estamos beirando 610 mil mortos.

Presidente, peço a V.Exa. que este discurso seja divulgado pelo órgãos de comunicação da Casa.

---

Documento 24/116

---

133.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/11/2021- CD	21:24
Publ.: DCD - 09/11/2021 - 112	BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão das Emendas do Senado Federal de nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2021, da Medida Provisória nº 1.057, de 2021, a respeito do Programa de Estímulo ao Crédito - PEC, e do crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias. Inocorrência de mortes pela Covid-19 em São Paulo na presente data. Redução do número de óbitos e de contaminações pela doença viral no País. Conveniência de revogação da obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em ambientes abertos. Ineficácia das vacinas contra o coronavírus. Concessão de linhas de crédito aos pequenos empresários, produtores rurais e produtores de leite. Potencialidades turísticas brasileiras.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Ricardo Silva, nobres colegas, é uma honra estar nesta tribuna, que eu chamo de ringue, para defender o Brasil.

Eu sou favorável às duas emendas do Senado Federal, ao Programa de Estímulo ao Crédito para pequenos empresários e também para os produtores rurais. Este é o momento de nós os apoiarmos como nunca. Todos nós estamos passando por esta pandemia, que felizmente estamos vencendo.

Hoje em São Paulo não morreu ninguém - ninguém morreu em São Paulo hoje por causa da COVID-19. Ontem, foram quarenta e poucas pessoas. Nós estamos vencendo a pandemia, o que é muito bom,

porque o Brasil voltará a crescer.

Faço aqui o apelo para que deixemos de lado o uso da máscara em ambientes abertos, como está acontecendo aqui em Brasília. Quando a vacinação chegar a 70%, o Governador quer liberar a obrigatoriedade do uso da máscara também em ambientes fechados.

Quero dizer que um colega meu, o jornalista Flávio Porcello, em Porto Alegre, duas vezes vacinado, morreu de COVID-19.

E digo mais, o ex-Ministro da Saúde Osmar Terra diz que essas vacinas praticamente não adiantam para nada. Se não tivesse sido vacinada a população, teríamos praticamente o mesmo número de mortos, porque a população já está imunizada e com imunidade de rebanho.

Portanto, estamos vencendo essa pandemia terrível, voltaremos à normalidade e temos que dar todo o incentivo de crédito aos pequenos empresários, produtores rurais, produtores de leite. Todos precisam do nosso apoio, e nós, como Parlamentares, temos a obrigação de dar esse apoio, para que o Brasil volte a crescer e se desenvolver.

É isso que nós faremos com primazia, com muita força, a partir de 2022, o ano em que teremos eleições, e uma eleição na qual, com certeza, vencerá o melhor. E o melhor: vocês, candidatos à reeleição, têm que apoiar; temos que apoiar, sem dúvida alguma, esta linha de crédito para os pequenos e, acima de tudo, para o produtor rural, que é quem puxa este País.

Em pouco tempo, quem estará puxando também será o turismo. Eu sou da Comissão de Turismo, e o turismo tem muito a crescer no Brasil. Recebemos apenas 6 milhões e meio de turistas estrangeiros no País, quando temos potencial para mais de 50 milhões.

É isso, nobre Presidente. Sou favorável ao total apoio ao pequeno produtor, ao produtor rural, porque queremos desenvolvimento e estamos vencendo plenamente esta maldita pandemia.

Grato, Presidente.

---

Documento 25/116

---

133.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -08/11/2021-  
CD 21:36

Publ.: DCD - 09/11/2021 - 122 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

### *Sumário*

Gravidade da crise econômica brasileira. Levantamento, pela CPI da Covid, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Responsabilidade do Presidente da República por 400 mil mortes ocorridas no País pela Covid-19, segundo estudo de infectologistas. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Elevação dos preços de combustíveis, de energia elétrica e de alimentos. Retomada das espirais inflacionárias. Estagnação da economia brasileira. Crise política vigente no Brasil. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Falta de transparência das chamadas emendas de Relator, RP9.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, agradeço ao Líder Bohn Gass, aqui presente, que me concedeu a oportunidade de falar hoje em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras, aqui na Câmara dos Deputados e Deputadas.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro, é impressionante o tamanho da crise que o Brasil vive hoje, uma crise econômica que há muito não víamos, uma crise quase sem precedentes. O Governo Bolsonaro é tão descuidado com as coisas do País que conseguiu, neste processo de pandemia, transformar esta crise num genocídio, porque, durante todo este período da pandemia, ele agiu errado. E a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado apontou claramente os crimes que o Presidente Bolsonaro e seu Governo praticaram durante este período. Infectologistas sérios que foram à CPI dizem que em torno de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas caso o Presidente da República não tivesse desdenhado da pandemia, caso não tivesse chamado a doença de gripezinha e não tivesse atrasado a compra das vacinas - 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, é o que dizem infectologistas.

Mas, Líder Bohn Gass, o Presidente Jair Bolsonaro disse que fez isso porque queria recuperar a economia. Se essa era a intenção dele, ele teve outro fracasso, porque a economia brasileira hoje, além de estagnada, tem um processo de inflação.

Líder Talíria, veja vem: o Brasil sofre com uma crise de desemprego que já chega a afetar 14 milhões de pessoas.

Pessoas estão passando fome, Líder Bohn Gass; estão subindo em carroceria de caminhão para ver se acham alguma coisa para comer. Pessoas em condomínios estão gritando que têm quatro filhos e estão passando fome. Vivemos uma crise sem precedentes, que, do ponto de





vista da economia, o Presidente ainda conseguiu transformar numa crise tão grande de preços do combustível e da energia elétrica que afetou o preço dos alimentos. Nós temos a retomada de uma inflação grande no Brasil.

Ora, temos uma recessão econômica. O Brasil não cresce, e o Governo não recuperou a economia quando tratou a pandemia dessa forma. Pelo contrário, o jeito como ele tratou a pandemia aguçou a crise na economia. E ele ainda consegue agora ir aumentando a taxa de juros como se fosse a receita neste momento para fazer com que a inflação abaixasse um pouco. Mas a inflação não abaixa porque nós não estamos tendo uma crise inflacionária pelo crescimento da economia brasileira. Então nós estamos conseguindo estagnação econômica com a crise inflacionária presente. Somando a isso o desemprego, que eu já mencionei, e a miséria do povo brasileiro, nós temos um caldo de cultura que nos preocupa muito aqui no Brasil. E só não temos uma crise política maior aqui porque o Centrão está segurando o Governo. O Governo está pendurado no Centrão.

Por causa disso, arrumaram agora a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021. Todo mundo está preocupado com a PEC 32, aquela que destrói o serviço público. Mas os servidores se mobilizaram, o povo se mobilizou, e o Governo, também o Centrão aqui na Casa e o Presidente foram obrigados a desistir, pelo menos por ora, da PEC 32.

Mas aí arrumaram a PEC 23. Inverteram-se os números, mas é uma vergonha - permitam-me dizer assim, Deputados e Deputadas. Desculpem-me a sinceridade, mas essa PEC 23 é uma vergonha, porque ela não arruma estrategicamente o Brasil. Até o Ministro Paulo Guedes é capaz de saber disso. O que essa PEC vai arrumar do ponto de vista de diminuição da inflação, de geração de emprego, de melhoria da vida das pessoas? Nada! Aí o Governo mente e quer utilizar o pobre dizendo que dará 400 reais, apenas durante o ano que vem, e terminando com o Programa Bolsa Família - esse, sim, consistente.

O que tinha que ser feito é o Brasil retomar o crescimento econômico, gerar emprego, gerar renda e ter um programa para isso e para diminuir a inflação, controlando preços, porque não se pode deixar que a gasolina e a energia elétrica subam dessa forma, para distribuir dividendos para aqueles que são acionistas da PETROBRAS, como fez recentemente, em que bilhões e bilhões foram distribuídos, e não houve o mínimo controle inflacionário, o mínimo controle dos preços, que estão subindo. Com isso, sofre o povo brasileiro.

O Governo, então, inventa a PEC 23, para que ele tenha, no ano que vem, recursos para tentar ganhar a eleição fraudando também, com



uma fraude eleitoral, com uma mentira: acabando com o Bolsa Família e pagando 400 reais apenas durante 1 ano e, portanto, não enfrentando o problema da fome, nem o problema do desemprego, nem o problema inflacionário, porque esse arranjo malfeito vai gerar ainda mais problemas na economia brasileira.

Esta PEC 23 é uma vergonha. E junto com ela vem o cano, o calote para desestabilizar mais ainda, pessoal, a economia e a credibilidade do Governo: o calote nos professores e nas professoras. Tinha que ser! É impressionante como esse Governo não gosta de educação, como não gosta de professores e professoras.

Há um calote que desestabiliza tudo. E eu não acredito que os Deputados e as Deputadas vão votar nesse calote, nessa desestabilização ainda maior da economia.

Mas o Governo inventa ainda, além do calote, um novo cálculo, para burlar o que ele próprio dizia que era inegociável, que era o tal teto de gastos, esse outro absurdo. E para burlar isso, o Governo quer arrumar, Líder Bohn Gass, em torno de 100 bilhões de reais no ano que vem. Desses 100 bilhões de reais, 20 bilhões de reais são para distribuir para a base, como tem sido feito na tal RP9, que é a emenda do Relator. Essa emenda não tem nenhuma transparência para que se coloque agora no orçamento.

Nós já fizemos na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público algumas audiências para questionar inclusive o Ministro Rogério Marinho sobre o "tratoração", fatores que superfaturaram tratores, o chamado "tratoração".

Perguntamos: como é essa emenda, essa RP9, esse orçamento paralelo? E, de fato, não temos clareza de quais Deputados estão sendo agraciados com essas emendas, em quanto, nem para fazer o que.

Alguns sustos nós tomamos. Na votação, por exemplo, daquela cédula de papel, o voto impresso, em que todos esperavam a derrota do Governo acachapante, ele foi derrotado, mas teve voto. Quando nós fomos ver, no dia seguinte, muitos Deputados receberam, estranhamente, emendas que não estavam previstas, pelo menos a olhos vistos, no nosso Orçamento.

Então, essa RP9 acaba sendo algo sem transparência - e, cá entre nós, Deputados, nos coloca com a desconfiança de que o "toma lá, dá cá", ao invés de acabar, ampliou-se; que o "toma lá, dá cá" ganhou números de bilhões e que estes bilhões, se são feitos desta forma, sem transparência, precisam ser interrompidos.



Amanhã a bancada do Partido dos Trabalhadores e de quase todos os partidos da Oposição estará aqui aguerrida para denunciar esta RP9, esse orçamento paralelo, e para buscar derrotar a PEC 23. A PEC 23 é uma PEC que não nos dá segurança nenhuma, como eu disse, de mudanças estratégicas no Brasil no sentido de abaixar a inflação, no sentido de fazer a economia crescer. Não, não tem estratégia. É um arranjo malfeito, é o desespero do Governo - equivale mais a um Auxílio Bolsonaro, que está agora em derrocada, porque, realmente, a sua administração é um desastre - e um aceno para que ele tenha uma base política mantida a partir desse orçamento paralelo e de muitos bilhões e bilhões que não são distribuídos de forma equânime, mas são escolhidos aqueles que receberão este tipo de emenda parlamentar. Isso não pode prevalecer. Eu acho que esta Casa tem que ter uma atitude altruísta. Esta Casa tem que ter uma atitude real de paralisar este processo e não aprovar essa PEC 23.

Aproveito também para pedir ao nosso povo que não se esqueça da PEC 32, que está na fila, porque essa desmonta o serviço público brasileiro.

Bolsonaro não tem estratégia. Tem um suspiro que não vai dar certo.

Abaixo a PEC 32!

---

Documento 26/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-09:16
Publ.: DCD 10/11/2021 - 61	CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Presença de Prefeitos Municipais no Distrito Federal, para participação em reuniões destinadas ao debate da pauta municipalista. Avanço da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, acerca do disciplinamento da distribuição de recursos da União ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Corroboração do voto da bancada do PSD pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, sobre o parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Continuidade da assistência do Programa Bolsa Família às famílias carentes.

---

**O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) -**  
Bom dia, nobre Presidente Gilberto Nascimento, Sras. Deputadas, Srs.

Deputados.

São dezenas e dezenas de Prefeitos que estão hoje na Capital Federal. Muitos Prefeitos da Bahia já chegaram no dia de ontem para a realização de várias reuniões hoje, a fim de discutirem as pautas municipalistas. Houve um avanço importante daquilo que nós votamos nesta Casa: mais 1% para o FPM no mês de setembro. E, na última semana, também votamos o parcelamento da dívida previdenciária, incluído na PEC dos Precatórios, de 60 meses para 240 meses, para atender e dar melhores condições aos Prefeitos, principalmente dos Municípios menores, que vivem exclusivamente dos repasses do FPM. Há Município que paga parcelas altíssimas. Essa redução para 60 meses está inviabilizando muitos serviços nos Municípios menores do País, especialmente os da nossa Bahia.

Portanto, hoje, pela orientação do nosso partido, nós vamos ratificar o voto da bancada do PSD, que votou, quase por unanimidade, pela aprovação dessa PEC, pelo parcelamento de 60 para 240 meses, para atender a mais de 20 milhões de famílias no País, seja com o nome de auxílio, seja com o nome de Bolsa Família, seja com o nome de Renda Brasil, seja com o nome que for. O que entendemos é que as famílias mais vulneráveis neste momento precisam receber esse auxílio.

O Bolsa Família, que já tem mais de 18 anos, deve continuar assistindo e atendendo as famílias mais vulneráveis do País. Quase 40% da população baiana vive hoje com esse benefício. E não é diferente em muitos Estados e Municípios brasileiros. Na minha cidade, mais de 12 mil famílias recebem o Bolsa Família.

Para mim tanto faz ser Bolsa Família, Auxílio Brasil ou Renda Brasil. O importante é que esse recurso chegue para quem mais precisa neste momento.

Então, por orientação do nosso partido, nós iremos continuar votando com a decisão do Senador Otto Alencar e de toda a bancada, para atendermos às reivindicações de centenas e centenas de Prefeitos baianos que estão hoje em Brasília. Quero agradecer a V.Exa. e dizer que estaremos com os Prefeitos em busca de tudo aquilo que for de interesse dos Municípios.

Presidente, peço a V.Exa. que dê divulgação do meu discurso nos meios de comunicação.



10/11/2021 - 66

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra os constantes reajustes nos preços de combustíveis, do gás de cozinha e de alimentos no País. Não concessão de aumento real ao salário mínimo. Cenário de fome reinante no Brasil. Isolamento do Presidente brasileiro perante as comunidades internacionais. Vinculação entre a crise econômica brasileira e as medidas ultraneoliberais adotadas pelo Presidente Jair Bolsonaro em conjunto com o Ministro da Economia, Paulo Guedes. Extinção do Programa Bolsa Família. Caráter eleicoeiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, população brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*, houve mais um aumento dos combustíveis. Toda semana temos notícia de novos aumentos. Pela quinta semana consecutiva, os combustíveis sobem no País. Junto com o preço dos combustíveis, sobe o preço do gás de cozinha, do arroz, do feijão, de todos os alimentos, e o povo brasileiro continua com um salário mínimo que não tem nenhum ganho real desde 2016, quando ocorreu o golpe parlamentar.

O povo brasileiro está com saudade da época em que existiam níveis de pleno emprego no Brasil. O índice de desemprego era de apenas 4,5% aproximadamente. O povo brasileiro está com saudade da época em que podia comer três vezes por dia. Hoje, o povo brasileiro está passando fome, 20 milhões de brasileiros estão passando fome. Além disso, muitos comem ossos e restos de peixe porque não têm condições de comprar o seu alimento.

O povo brasileiro está com saudade da época em que o Presidente da República - o Presidente Lula, a Presidente Dilma - era respeitado no cenário internacional. A maioria do povo brasileiro se orgulhava disso e batia no peito para dizer: "*Eu sou brasileiro. O meu país está crescendo. O meu país é respeitado*". Hoje, vemos o Presidente do Brasil sendo isolado no cenário internacional. O povo brasileiro ou pelo menos a maioria do povo brasileiro está com saudade da época em que a gasolina custava 2 reais e 60 centavos, 2 reais e 80, e eles reclamavam, Deputado Joseildo, quando subia 20 centavos. Eles não se incomodam agora em pagar mais de 8 reais ou 10 reais pelo preço do combustível e têm a cara de pau de dizer que isso acontece por



causa da crise que a pandemia trouxe.

A pandemia trouxe crise para a economia sim, mas, no Brasil, ela se agravou devido às medidas ultraneoliberais do Ministro Guedes e do Presidente da República, que querem impor sacrifícios ao povo brasileiro. Todas as reformas que estão sendo feitas retiram direitos do nosso povo e geram desemprego. Agora acabaram com o Bolsa Família e colocaram no lugar um programa eleitoral que termina no ano que vem! Esse é um programa, Sr. Presidente, que vai ter fim após as eleições do ano que vem, eleições que vão acontecer, diga-se de passagem, para eleger novamente o melhor Presidente que este País já teve: Luiz Inácio Lula da Silva.

Vamos derrotar este Governo da morte, este Governo sem compromisso com o povo!

Hoje, neste plenário, se a votação acontecer, nós vamos derrotar a "PEC do Calote", a PEC dos Precatórios.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 28/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-09:40
Publ.: DCD 10/11/2021 - 67	OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Acerto da proibição pelo Ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, da demissão de trabalhadores por não apresentação de passaporte sanitário. Apoio à revogação pelo Secretário Especial da Cultura, Mario Frias, da exigência de passaporte sanitário em projetos financiados pela Lei Rouanet. Aplausos à Deputada Carla Zambelli pela apresentação do Projeto de Lei nº 3.702, de 2021, sobre a proibição da exigência de atestado de vacinação no território nacional. Posicionamento do orador contrário à exigência de passaporte sanitário no País.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Povo do meu Brasil, foi acertada a decisão do Ministro do Trabalho,



Onyx Lorenzoni, em proibir a demissão de trabalhadores pela falta do passaporte sanitário, assim como foi acertada a decisão do Secretário de Cultura, Mario Frias, de impedir que projetos culturais contemplados pela Lei Rouanet obriguem o público a ter passaporte sanitário. Eu também tenho que parabenizar desta tribuna a minha colega Deputada Carla Zambelli, pelo corajoso PL, que tramita nesta Casa, que proíbe definitivamente o passaporte sanitário em território nacional.

O Governo Bolsonaro tem se caracterizado pela defesa da liberdade. Só há uma coisa tão importante quanto a vida: a liberdade. A escalada do autoritarismo estatal teve sua face mais cruel revelada durante a pandemia, que serviu de protótipo do que será o governo globalizado único do anticristo. Sua liberdade pelo seu emprego, é isso que diz o passaporte sanitário. Amanhã será isto: a sua liberdade pelo seu direito à comida.

Ser contra o passaporte sanitário é ser contra a ciência? Nunca! Ser contra o passaporte sanitário é ser contra as narrativas falaciosas e mentirosas de que não existe imunidade natural daqueles que foram contaminados pela COVID. Ser contra o passaporte sanitário é ser a favor da soberania de cada indivíduo sobre o seu próprio corpo, para que não seja obrigado a tomar uma vacina cujos efeitos colaterais são desconhecidos e cuja responsabilidade por qualquer problema em decorrência da vacina não poderá ser questionada porque não há a quem recorrer, já que os laboratórios não assumem quaisquer responsabilidades sobre as consequências da vacina. Onde fica a frase da Esquerda "meu corpo, minhas regras"? Só serve para matar criança no ventre da mãe? Só serve para as abortistas? Não serve para que o cidadão tenha o direito de ser vacinado ou não? Ser contra o passaporte sanitário é dar direito ao cidadão que não quer se sentir cobaia de uma vacina experimental. Ora, ninguém está pregando contra a vacina. Apenas se está lutando para que cada cidadão seja ou não vacinado, a depender da sua decisão.

Tribunal nos Estados Unidos acabou de derrubar a obrigação de os trabalhadores apresentarem passaporte sanitário às empresas em que trabalham. Esse debate, portanto, não é brasileiro apenas.

Quem se sentir seguro com a vacina que se vacine, mas quem não se sentir que tenha o direito de não se vacinar.

Essa é a luta daqueles que são contra o passaporte sanitário.



10/11/2021 - 68

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Contribuição dos bolsonaristas para a morte de 609 mil brasileiros pela Covid-19. Eficácia das vacinas contra o coronavírus. Aplausos à direção da Casa pela exigência da apresentação de atestado de vacina para acesso às instalações do plenário. Defesa da exigência de passaporte sanitário em espaços coletivos.

---

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todas e a todos.

Presidente, confesso que eu ia falar de outro assunto, mas a provocação do colega que me antecedeu não pode passar em branco.

Companheiro, a esta altura do campeonato, chamar de experimental a vacina contra a COVID? *(Manifestação no plenário: Mas é experimental!)*

Não existe isso! No mundo inteiro, só vocês negacionistas, genocidas continuam falando essa besteira. Continuam falando besteira.

V.Exa., inclusive, é um dos que mais falam besteira nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Nós pedimos, Deputados, que respeitem o orador que está na tribuna. É claro que todo mundo aqui tem direito ao contraditório.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Peço que respeitem a nossa palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Não há problema. Temos direito ao contraditório. Depois V.Exas. podem voltar a falar...

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Ô genocida! Psiu, psiu! Por favor, genocida... *(Manifestação no plenário.)*

Silêncio, genocida, calma, calma, calma, vocês já contribuíram para a morte de 609 mil brasileiros. Não vão conseguir fazer com que mais morram, não.

Presidente, peço que recupere o meu tempo, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Eu vou

dar a V.Exa. mais 30 segundos. Foi esse, mais ou menos, o tempo da interrupção.

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA)** - Eu comecei a falar, e fui interrompido, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Não há problema. Não há problema. V.Exa. foi realmente contraditado logo no primeiro instante, ainda que isso não fosse permitido naquele momento. Vou pedir que seja restaurado o seu tempo de 3 minutos.

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA)** - Eu lhe agradeço enormemente.

Primeira questão importante: a vacina está sendo usada no mundo inteiro e a prova do resultado positivo está aí. Ontem no Estado de São Paulo, pela primeira vez, não houve nenhum óbito por COVID. Isso não aconteceu por causa da imunidade de rebanho pregada por vocês negacionistas, não, porque ela nunca aconteceu neste País, felizmente. A tentativa que vocês fizeram contribuiu para a ocorrência de dois terços, pelo menos, dos óbitos por COVID.

Segunda questão importante: a imunidade coletiva, assegurada pela vacina, não é um direito individual. Nós não estamos discutindo aqui, Presidente, direitos individuais, estamos discutindo aqui direito coletivo, o direito de toda a população brasileira à vida.

Por isso, ninguém pode fazer campanha contra a vacinação, como faz o Presidente e como fazem os seus cúmplices genocidas. Ninguém pode fazer com que não seja cobrada a vacinação nos espaços coletivos de trabalho.

Esta Casa deu exemplo, Presidente. Até os negacionistas genocidas tiveram que apresentar aqui o cartão de vacina!

O povo brasileiro tem que saber que mesmo esses que vieram aqui falar contra a vacina, Deputado Joseildo, botaram lá o braço, tomaram a vacina, sim, e tiveram que entregar o cartão de vacina, senão não entrariam neste plenário.

Quero parabenizar, Presidente, a direção desta Casa, que soube fazer o que precisamos fazer para o Brasil inteiro. Por que estamos cobrando que os Deputados sejam vacinados e vamos deixar o peão da fábrica conviver com alguém que não foi vacinado, ficar ao lado dessa pessoa e se contaminar? Por que vamos fazer com que o trabalhador entre no transporte coletivo, todos os dias, e conviva, Deputado Célio, com dezenas de pessoas não vacinadas? A vida do Deputado é mais valiosa do que a vida de trabalhador que, desse modo, vai se contaminar? A vida do Deputado é mais valiosa do que a do peão da

fábrica que pode se contaminar por causa de um colega de trabalho que não se vacinou? Não. Cada vida vale tanto quanto outra.

Temos, sim, que cobrar a vacinação. Temos que garantir que o passaporte sanitário seja exigido não só na Câmara dos Deputados mas também na fábrica e em todos os espaços coletivos. Salvador está dando exemplo. Já está sendo realizado evento, em que se cobra o passaporte sanitário. Outras capitais também estão fazendo isso.

Então, não venham mais aqui com essa balela negacionista, genocida. Chega! Não podemos admitir isso neste País, onde há o maior programa de vacinação pública do mundo. Não podemos admitir que prosperem, neste País, atitudes como essa, posições como essa.

Presidente, peço, por favor, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 30/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-10:04
Publ.: DCD 10/11/2021 - 73	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Golpes contra a democracia brasileira, representados no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e na prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Publicação do livro *Autoritarismo líquido: o golpe no País*, de autoria do orador. Comemoração da soltura do líder petista. Anulação pela Justiça de sentenças condenatórias do ex-Presidente da República. Repúdio às políticas econômica e sanitária adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, subo a esta tribuna para trazer um pouco da memória e da história política deste País.

Em 2016 e 2018 vivemos dois processos de golpe contra a democracia e a Constituição: o golpe contra a Presidenta Dilma, eleita democraticamente, e a prisão do ex-Presidente Lula, que ficou preso por 580 dias.

Publicamos um livro de 580 páginas cujo título é *Autoritarismo líquido*:

*o golpe no País.*

Dois anos se passaram da liberdade do ex-Presidente Lula. Todo o constrangimento das denúncias do *The Intercept Brasil*, das nossas denúncias todas, dos movimentos sociais e de juristas sérios neste País, colocou a liberdade do Presidente Lula. Mas é muito mais do que isso, o Presidente Lula não queria só a liberdade, ele queria a inocência. E agora, depois desses 2 anos, nós comemoramos a liberdade do ex-Presidente Lula, bem como a sua inocência, quando o Supremo não só concedeu a liberdade dele, mas também o inocentou em mais de 20 processos judiciais.

Nesses 2 anos de liberdade, nós também percebemos o mínimo de justiça feito à história, ao ex-Presidente Lula e à cultura política, quando o Supremo julgou a suspeição do ex-Juiz Sergio Moro, que condenou o ex-Presidente Lula. Portanto, nesses 2 anos, nós não só conquistamos a liberdade, conquistamos a inocência do ex-Presidente Lula, conquistamos a dignidade política da nossa história, da nossa militância, da esquerda no País, dos lutadores do povo deste País por democracia. Retomamos a esperança de reconstruir este País pós-Bolsonaro. Bolsonaro é fruto e filho da organização criminosa da Lava-Jato, filho das *fake news* e da fraude eleitoral.

Agora, sim, apesar desta política econômica, que aumenta a desigualdade e o sofrimento do povo, como a política sanitária que produziu mais de 600 mil mortes, sendo que 480 mil poderiam ser evitadas, nós retomamos a esperança, não só com a liberdade e a inocência, mas com a reconstrução de um novo Brasil.

Presidente Lula, presente!

---

Documento 31/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/11/2021-10:16
Publ.: DCD 10/11/2021 - 77	CORONEL TADEU-PSL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Elogio ao Governo Jair Bolsonaro pelos trabalhos de combate à epidemia de coronavírus. Compra de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo Federal. Decisão dos cidadãos brasileiros sobre a vacinação contra a doença viral.

---



**O SR. CORONEL TADEU** (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, bom dia. É uma satisfação vê-lo presidindo os trabalhos. Bom dia para todos os colegas.

Quero aqui destacar o trabalho do Governo Bolsonaro no combate à pandemia. Às vezes, as pessoas não se atêm aos números, mas eles são muito importantes. O Governo Bolsonaro comprou mais de 350 milhões de doses de vacinas. Foi ele que comprou. As vacinas que estão chegando aos 5.570 Municípios do Brasil foram compradas pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Bolsonaro. O SUS é um sistema de excelência.

Como eu disse nesta tribuna há muitas semanas, quando nós ultrapassássemos aproximadamente 25% a 30% de vacinação no nosso País, nós teríamos uma queda brutal no número de contaminações. Isso está ocorrendo, a exemplo do que ocorreu no Estado de São Paulo, que não registrou nenhum óbito na data de ontem. Se Deus quiser, isso vai continuar pelos próximos dias.

Claro que nós temos falhas, claro que há muita controvérsia em relação a essa vacina. Ela não é 100% garantida, isso já foi comprovado. Nós tivemos óbitos de pessoas que foram vacinadas com as duas doses. Mesmo vacinadas elas foram a óbito. Há falhas. Parece que a cidade de Serrana, por exemplo, teve uma explosão no número de casos de COVID, mesmo após 90% da sua população ter sido vacinada. Nós sabemos que isso pode acontecer. Faz parte do jogo, é uma margem de erro. Nada é 100% garantido, como alguns Governadores acabaram dizendo, ao afirmarem que a vacina é 100% eficaz. Não, não é. Dizer isso é uma enganação. Mas nós sabemos que ela tem a sua eficácia. Portanto, ela não pode ser negada.

Para finalizar, Sr. Presidente, neste último minuto eu quero pontuar a questão da liberdade de tomar ou não a vacina. Um tribunal federal dos Estados Unidos, no último dia 6, simplesmente foi contra a decisão do Presidente Joe Biden, que determinou que os funcionários de empresas com mais de cem funcionários teriam que se vacinar. O tribunal foi contra essa decisão do Presidente Joe Biden e a cancelou. Isso é primar pela liberdade. O que nós queremos não é um passaporte de vacinação, mas um passaporte de imunidade, uma comprovação de que a pessoa não tem a doença. Se ela comprovar que não tem a doença, por mim, isso já bastaria. Isso sim é dar à população a liberdade de decidir se quer ou não se vacinar. Portanto, Sr. Presidente, deixo isso registrado.

Peço, por último, que V.Exa. coloque este pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.



Obrigado.

---

Documento 32/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-10:20
Publ.: DCD 10/11/2021 - 78	- GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Inclusão do Brasil entre os países com maior número de pessoas vacinadas contra a Covid-19. Pedido ao Ministério da Saúde de providências a respeito do caos da saúde pública no Estado do Rio Grande do Norte. Repúdio à gestão da Governadora Fátima Bezerra. Defesa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Importância de aprovação da propositura para a viabilidade do Programa Auxílio Brasil.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.)** - Meu nobre amigo Presidente, é uma satisfação muito grande estar aqui. Gostaria de pedir que as minhas palavras também tenham eco no programa *A Voz do Brasil* e nos veículos de comunicação desta Casa.

Gostaria de dizer, cumprimentando todos os amigos que estão aqui hoje: o Deputado Lafayette, o Deputado Nelson Barbudo, o Deputado Coronel Chrisóstomo e os demais aqui presentes, que o nosso País está de parabéns. Apesar de todos os questionamentos que possa haver em relação às vacinas, nós já estamos praticamente no topo do *ranking* dos países com o maior número de pessoas vacinadas. Nós estamos superando esta pandemia da COVID-19. Mas eu queria deixar uma mensagem aqui importantíssima, Deputado Nelson Barbudo.

No Rio Grande do Norte, a saúde está um caos. As pessoas estão morrendo. Nesta semana, um cidadão chegou ao maior hospital de Natal e filmou a si próprio, com dor no peito, tentando receber atendimento médico. Ele não foi recebido no hospital para esse atendimento. Saiu dali para procurar uma UPA, um local em que pudesse ser atendido. Ao chegar a esse outro local, ele passou mal e veio a falecer, infelizmente. A família pegou o celular dele e identificou que ele tinha filmado tudo. Então a família colocou isso nas redes sociais.

Eu tomei a liberdade de, ontem mesmo, fazer um ofício ao Ministro da

Saúde, pedindo providências para avaliar a situação de caos na saúde do Rio Grande do Norte, porque não é possível que uma pessoa procure um atendimento médico e não o tenha.

Enquanto isso acontece, a Governadora está viajando para a Europa. Ela deve estar procurando alguma coisa mais importante lá na Europa. Ocorre que ela se esqueceu de que, mesmo sendo professora, deixou as escolas sem funcionar, Deputado Coronel Chrisóstomo. As escolas, que eram para estar em condições de funcionar, não foram autorizadas pelo Corpo de Bombeiros a voltar ao funcionamento presencial, porque, infelizmente, não têm condições sanitárias para isso. E o pior de tudo é que a violência está transcendendo qualquer limite também.

Então, é bacana: viaja para a Europa e deixa que o Estado se vire. Essa é a política que nós queremos para o nosso Brasil? Não é possível isso! Deputado Osmar Terra, é lamentável que estejamos vivenciando esse tipo de situação.

Eu gostaria de dizer, encerrando as minhas palavras, que nós precisamos, sim, de um Brasil que atenda as necessidades dos mais carentes. E a PEC dos Precatórios é fundamental para podermos gerar recursos no orçamento para que o Auxílio Brasil possa vir a ser pago. Vamos aprová-la! Não adianta vir fazer discurso, dizendo que a Oposição, que a Esquerda quer apoiar o pagamento do Auxílio Brasil de 400 reais ou de 600 reais. Já querem colocar o valor e 600 reais. Antes não queriam aprovar o auxílio. Votaram contra, mas descobriram que a população ficou realmente contra eles. Agora estão dizendo que querem votá-lo, mas não no valor de 400 reais, e sim de 600 reais; não do jeito que está. Meus amigos, é muito discurso vazio. Desculpem-me. Esse é o Brasil que nós queremos?

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço. Que Deus nos proteja!

---

Documento 33/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-12:12
Publ.: DCD 10/11/2021 - 109	EDUARDO BOLSONARO-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação às críticas de Deputados opositores ao Governo Jair Bolsonaro. Razões do veto da Secretaria Especial da Cultura à exigência de

apresentação de passaporte sanitário em projetos financiados pela Lei Rouanet.

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, às vezes, pelo meu sotaque, indago-me se V.Exa. nãoalaria: "*Vamos ao Rio de Janeiro!*", mas V.Exa. acertou, dizendo: "*Vamos a São Paulo!*"

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Sim, São Paulo!

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSL - SP) - Presidente Gilberto Nascimento, o Deputado do PT que me antecedeu falou - abre aspas: "*Orçamento secreto é algo inaceitável*" - fecha aspas. Disse isso um Deputado do partido do mensalão. Não preciso comentar mais nada.

Outro ali estava falando que o Governo Bolsonaro está fazendo as pessoas comerem ovo em vez de carne. Esta é uma notícia de 2014, da revista *Veja*: "*Dilma diz que sugestão de trocar carne por ovo foi extremamente infeliz*". Só adiciono uma coisa, Deputado: naquele tempo não estava ocorrendo uma pandemia, está bem?

Mas eu vim aqui para falar do passaporte sanitário, Sr. Presidente, porque o Secretário de Cultura, Mario Frias, tem encampado uma medida a favor da liberdade que segue as diretrizes da Lei Rouanet, e tem sido criticado. A Lei Rouanet diz que não pode haver segregação de qualquer tipo. Não pode ser por conta de ser negro, branco, homossexual, heterossexual, pobre ou rico, e tampouco vacinados e não vacinados. Até porque eu sou uma prova viva de pessoa que foi vacinada e contraiu a COVID-19 depois de vacinada. Inclusive, hoje em dia, eu tenho a melhor imunidade possível, que é a imunidade natural, bem superior à artificial da vacina.

Além disso, a Lei Rouanet trata de renúncia de impostos federais. Então, é óbvio que isso é, sim, da conta do Secretário Mario Frias, que está na Pasta do Ministério do Turismo, do Ministro Gilson Machado. E quem comanda isso aqui lá na ponta é o Secretário Nacional de Fomento à Cultura, André Porciúncula. Então, bola dentro para eles!

Porém, lamentavelmente, Presidente, muitos tentam fazer disso uma oportunidade para encampar a sua narrativa, para dizer que o Governo é contra as vacinas. Não, Deputado Cacá Leão, o Brasil é o terceiro país que mais vacina no mundo! E também os projetos financiados pela Lei Rouanet, com dinheiro de renúncia de imposto federal, seguem com as medidas preventivas: distanciamento, limitação de público, disponibilização de álcool em gel, máscara em locais fechados, e assim por diante, sem problema nenhum. Então, não há por que ficar

confundindo as coisas.

Esta semana, Deputado Pr. Marco Feliciano, uma jornalista da CNN - e nem acho que é muito jornalista, pois só dá a opinião ideológica dela, eu nunca vi isso; para mim, é blogueira -, ela tomou uma, no meio, do Ministro Onyx, durante a entrevista, justamente quando tentava encampar que - veja, Deputado Otoni de Paula! - permitir que as pessoas andem sem vacina é permitir que andem com um revólver apontado para a cabeça. Eu falo: meu Deus, quem está proibindo de vacinar? Quem quer tomar a vacina, toma; quem não quer, não toma. Ou será que aqueles que estão falando "*Vacinem-se! Vacinem-se! Vacinem-se!*" são pessoas que vão se responsabilizar, caso exista algum efeito colateral? Porque os estudos sobre a eficácia e os efeitos colaterais da vacinação ainda estão em pleno andamento, e não há problema nenhum nisso. Estamos vivendo uma situação excepcional. Está sendo disponibilizada a vacina, e ponto. Toma quem quiser, só isso.

Nós só não queremos andar, como ocorreu no passado, no mundo, com uma estrelinha para distinguir quem é quem: "*Ah, você tomou a vacina, você entra no restaurante! Ah, você não tomou, você não pode entrar! Se vira!*". Pode entrar no mercado, não pode entrar no mercado...

Enfim, eu queria apenas pontuar isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 34/116

---

134.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021-  
CD 13:48

Publ.: DCD - 10/11/2021 -  
151

DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 11, art. 100, da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "não", deixando claro que não é com esta matéria, com precatório, que se vai pagar o

Auxílio Brasil. É mentira, essa é uma conversa fiada. Querem pagar o Auxílio Brasil? Faz-se um remanejamento de recursos e, por meio de uma medida provisória, pode-se fazer esse pagamento. Há arrecadação suficiente para este objetivo. Muito menos é verdade a conversa de que isso vai favorecer a renegociação da dívida do INSS para os Municípios brasileiros. É conversa fiada. A PEC 15 pode fazer isso, e faz com melhores condições, tratando especificamente dessa questão. É fundamental que haja a renegociação, mas não se colocando nesta PEC a renegociação para atender aos Municípios.

Além disso, Sr. Presidente, nós não podemos deixar de afirmar que esta é a "PEC do Calote". O que querem mesmo é deixar de pagar obrigações, dívida que o Governo Federal tem com aposentados, com empresários, com Municípios. Querem tirar 10 bilhões de reais do Estado da Bahia e recursos de vários Municípios.

Não, calote não! Por isso, o nosso voto é "não".

---

Documento 35/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	14:24
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 161	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de aprovação do Auxílio Brasil constante no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, anexada à proposição principal, a respeito do parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Investimentos realizados pelo Governo Jair Bolsonaro no combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Avanço da vacinação contra a Covid-19 no País. Pedido aos Deputados de aprovação da chamada PEC dos precatórios.

---

**O SR. RICARDO BARROS (PP - PR.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Nobres colegas Parlamentares, nós estamos hoje votando a PEC que trata do Auxílio Brasil, a PEC dos Prefeitos. Temos mais de mil Prefeitos hoje em Brasília que se mobilizaram, através da Confederação Nacional de Municípios, para apoiar esta emenda constitucional. O Relator Hugo Mota tratou, no seu texto, de atender a vários setores, que estão mobilizados para apoiar a aprovação desta



matéria.

Para nós, é muito importante entender com clareza que o Auxílio Brasil é muito melhor que o Programa Bolsa Família. Ele é uma evolução, assim como o Programa Bolsa Família foi uma evolução de programas anteriores. O Programa Auxílio Brasil vai acompanhar o desempenho escolar e não a frequência do aluno na escola apenas. Há muita diferença entre eles. Vamos ver se as crianças estão aprendendo e não se elas estão indo à escola. Ele vai premiar o desempenho no esporte, inclusive com prêmios e bolsas para os alunos que se destacarem no esporte, que é também uma profissionalização. Haverá uma oportunidade para esses garotos humildes com talento de terem nesta atividade esportiva o seu ganha-pão. Vão treinar e qualificar-se no Sistema S gratuitamente os jovens das famílias do Programa Auxílio Brasil. Eles terão direito a escolher um curso de profissionalização, a escolher uma profissão que vai lhes permitir, quando tiverem idade para entrar no mercado de trabalho, ter habilitação. É claro que isso vai facilitar muito o primeiro emprego desses jovens das famílias atendidas pelo programa Auxílio Brasil. Por isso, é tão diferente um programa do outro. O valor pago é quase o dobro. A média do valor do Programa Bolsa Família é 190 reais e a do Auxílio Brasil é 400 reais.

Vamos ter 17 milhões de famílias atendidas de forma muito eficiente pelo Governo, porque serão acompanhadas. Com que objetivo isso será feito? A meta é que essas famílias possam ter a sua própria autonomia, que ao longo do tempo elas possam ganhar o seu sustento através do seu próprio trabalho. Por isso, a verificação da aprendizagem na escola, a profissionalização do adolescente e o incentivo às atividades esportivas, para que essas famílias deixem de depender do Governo.

Não é uma ação clientelista; é uma ação é uma ação clientelista; é uma ação de uma rampa de ascensão social. Por isso, destaco a importância da evolução do programa social do Governo. Temos hoje um cadastro muito mais eficiente, porque o Auxílio Emergencial nos permitiu encontrar aqueles brasileiros ditos invisíveis, localizá-los e, agora, podemos acompanhar a sua atividade.

O que temos pela frente? Temos pela frente Natal. Este ano vai ter Natal, as famílias vão se confraternizar. Vai ter praia; dá para vender coco na praia, dá para vender bonê, dá para ganhar dinheiro na atividade que sempre foi a renda de muitos brasileiros. Vai ter Carnaval, que também mobilizará muito a sociedade, gerando muitas oportunidades de empregos para os informais. Vamos ter o retorno das aulas integralmente nos ensinos fundamental, médio e superior. Vamos ter, portanto, ampla movimentação econômica, que vai devolver a essas famílias a oportunidade de cada um ganhar com seu trabalho o



seu sustento e deixar de depender do auxílio do Governo.

Foram 700 milhões de reais no primeiro ano da pandemia, no ano de 2020. A COVID-19 apareceu no mundo em dezembro de 2019. O Governo Bolsonaro investiu 700 milhões de reais entre atendimento a saúde e atendimento aos efeitos econômicos do isolamento social provocado pela pandemia.

No ano de 2021, que estamos agora encerrando, foram 100 bilhões de reais em investimento social, para que essas famílias pudessem se manter enquanto ainda não conseguiam voltar à sua atividade.

E, para o ano que vem, estamos pedindo, através dessa votação de hoje, 30 bilhões de reais que serão aplicados para essas famílias carentes, para esses brasileiros que ainda estão afetados pela pandemia. Nem todos conseguiram que o seu segmento de atividade pudesse voltar à normalidade.

Temos como totalmente razoável este pedido de 30 bilhões que esta votação estará permitindo dar aos brasileiros mais carentes. O Presidente Bolsonaro olha com muita atenção para este Programa Auxílio Brasil, que vem sendo desenvolvido ao longo de todo o seu mandato, que, lá no seu programa de governo, se chamava Bolsa Cidadania e que, agora, será implementado nessas condições.

Quero pedir a todos os Srs. Parlamentares, do Governo e da Oposição, o voto a favor do Auxílio Brasil, o voto a favor dos mais pobres, o voto a favor daqueles que foram impactados involuntariamente pela pandemia, pela COVID, pelo isolamento social, pela limitação de atividade econômica e que querem poder voltar a ganhar sua vida com o seu próprio trabalho e sustentar com dignidade a sua família. São muitos brasileiros que ainda precisam deste auxílio.

Trato deste assunto especificamente sem falar da mobilização da Confederação Nacional dos Municípios. Hoje de manhã, mais de 400 Prefeitos estiveram na Confederação. Aqui na Câmara, Prefeitos, Vereadores estavam pedindo aos Parlamentares que votem a favor da PEC, porque ela também resolverá outras questões que envolvem os Municípios brasileiros e que são necessárias para que os Municípios possam também socorrer os brasileiros com o seu orçamento próprio, não só o com auxílio do Governo Federal.

A vacinação está muito adiantada. Todas as vacinas tomadas pelo povo brasileiro foram compradas com o recurso do Governo Federal, com recurso liberado pelo Presidente Bolsonaro naquela medida provisória que votamos nesta Casa, ainda no final do ano passado.

É com esta visão que esperamos convencer os Srs. Parlamentares a

votarem tranquilos, com convicção.

Eu sei que todos entendem a necessidade de dar o auxílio aos que mais precisam. E não podemos fazer disso uma vendeta política, pensando se isso vai melhorar ou não a popularidade do Bolsonaro, se vai atrapalhar ou não este ou aquele candidato na sua postulação a dirigir o Brasil. Quem quer dirigir o Brasil tem que pensar prioritariamente no seu povo, na sua gente e, em especial, nos mais carentes, que esta votação permitirá atender.

Obrigado, Presidente.

Peço o voto "sim" em todas as votações de hoje, inclusive no segundo turno da PEC dos Precatórios.

---

Documento 36/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	16:32
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 200	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade, nós aprovamos aqui o "orçamento de guerra".

Nós defendemos um auxílio emergencial de 600 reais, e aqui está se destruindo um programa social, trocando-o por um auxílio de 1 ano. Não se trata da substituição de um programa social por outro programa social. Trata-se da destruição de um programa social para se colocar um auxílio que vai findar depois das eleições do ano que vem. Isso está sendo feito de modo a impedir as pessoas de receberem um direito líquido e certo, para se arrecadar um valor que corresponde ao dobro do que seria este auxílio. Portanto, é para o orçamento secreto.

Aqui se introduz um tema que é um verdadeiro jabuti. Fala-se em securitização das dívidas sem qualquer relação estrita com os precatórios, algo que vai prejudicar quem tem precatório a receber e que vai beneficiar a incompetência dos governos que têm que cobrar...

(Desligamento automático do microfone.)

---

Documento 37/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/11/2021-16:36
Publ.: DCD 10/11/2021 - 203	ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, § 1º, art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, por decorrência, dos §§ 12º ao 14º, do mesmo dispositivo, objeto de modificações constantes do art. 2º do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, e, por consequência, do art. 4º do substitutivo oferecido à proposição.

---

**O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Sem revisão do orador.)** - Presidente Arthur César Pereira de Lira, quero, primeiro, solicitar a V.Exa. que agregue o tempo da Liderança.

Quero falar, na tarde de hoje, do posicionamento do Movimento Democrático Brasileiro, da nossa bancada, que faz um debate altivo, sem sistematizá-lo, votando de acordo com o que nós entendemos que há de salutar para o Brasil no texto apresentado pelo Relator, o Deputado Hugo Motta. Destacamos, mais uma vez, a importância de ter sido mantida a autorização da quebra da regra de ouro por autorização específica, como preceitua hoje a Constituição Federal.

Quero falar também, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de algumas mistificações ou narrativas a respeito da votação do texto ora apreciado. Várias pautas e vários assuntos que estão sendo tratados em matérias outras foram inseridos no texto substitutivo, matérias e pautas defendidas pelo MDB, a exemplo do parcelamento de débitos previdenciários das Prefeituras do Brasil. Está em tramitação nesta Casa a PEC 15, de autoria do Deputado Silvio Costa, bem como outra PEC apensada, de autoria do Deputado Walter Alves. Aliás, Presidente, solicito que ela seja pautada, como já deveria ter sido anteriormente, mantendo-se claro o posicionamento de defesa do

MDB.

Iniciando o que eu queria dizer, volto o debate para este destaque. Nós chegamos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ao momento mais importante desta votação. Entre os destaques, eu não tenho dúvida nenhuma de que este é o principal: é o destaque que preserva a responsabilidade fiscal, que dá a oportunidade para aqueles Deputados que defendem o liberalismo de manter preservado o teto de gastos. Se aprovado, este destaque garantirá o texto constitucional, que hoje prevê, desde a instituição do teto de gastos, a revisão 10 anos após, Deputado Professor Israel Batista, e, ao findar, mais 10 anos.

Portanto, esta parte do texto visa modificar o período da correção do teto, o período em que ele é indexado, como hoje preceitua a Constituição. O cálculo se dá do período de junho de 1 ano até o mês de junho do ano subsequente, o que serve para a organização do Orçamento do outro ano. Agora o texto pretende modificar o período de indexação de janeiro a dezembro.

Diante disso, V.Exas. me perguntam o que pode estar motivando a pretensão desta mudança. Eu digo: surfar na alta da inflação acumulada até setembro, no trimestre passado, em quase 3% a mais e também aproveitar, logicamente, algo que, somado à alta da inflação visível deste outro semestre, impactará a abertura do espaço fiscal de um fura-teto maquiado em mais de 40 bilhões de reais.

Ora, a locomotiva da narrativa do Governo para a aprovação desta PEC, Deputado Henrique Fontana, é a criação de outro programa social para incrementar o Bolsa Família, chegando-se ao valor de 400 reais. Diante disso, será que o adiamento do pagamento dos precatórios, que significa mais outros 40 bilhões, não é suficiente para pagar o novo auxílio social? É lógico que sim! Apenas este ponto já é o bastante, mas o texto busca ainda mais: ampliar a abertura de mais 40 bilhões, ou seja, o dobro.

Eu quero reafirmar e deixar claro que nós defendemos o incremento do Bolsa Família, hoje chamado de Renda Brasil pelo atual Governo, assim como defendemos e preservamos o teto de gastos, ou seja, a responsabilidade fiscal. Nós defendemos que o novo programa ou qualquer outra iniciativa de distribuição de renda ou de auxílio social venha por um período, a princípio, temporário, diante da calamidade gerada pela pandemia da COVID-19 - é isso que nós defendemos. A partir daí, sim, preservaremos o ajuste para buscar alternativas para que este ou aquele programa de distribuição de renda venha a se tornar permanente, preservando-se a saúde fiscal do Brasil, sem atalhos para furar o teto de gastos, não enxergando hoje o mercado financeiro já contabilizando este ponto, mas reagindo ao pensamento

do "pior pode ficar". Não é isso que nós queremos que venha a acontecer.

Portanto, é possível, sim, pagar um novo programa, um incremento na distribuição de renda dos brasileiros que sofrem, sem dúvida nenhuma, o pior momento dos últimos anos com o aumento do seu endividamento e um número cada maior de despejos de pessoas que moram de aluguel. Aliás, a cada dia, constatamos que o poder de consumo das famílias está sendo cada vez mais estreitado pela inflação, que vem comendo a renda e vencendo a capacidade de compra da população brasileira.

Esta é a realidade em que vivemos. Esta é a realidade da alta desenfreada dos combustíveis, em que alguns buscam uma justificativa para a transferência de responsabilidade. Na verdade, é este tipo de ação que vem fazendo com que cada vez mais os preços dos combustíveis venham aumentando.

Portanto, mais uma vez, eu quero chamar a atenção de todas as minhas colegas e de todos os meus colegas Parlamentares. Tenham muita atenção nesta votação, porque ela, sim, fará com que o Brasil, no momento da retomada da economia, esteja, acima de tudo, seguro, preservando-se o teto de gastos previsto na Constituição.

Muito obrigado.

---

Documento 38/116

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-19:36
Publ.: DCD 10/11/2021 - 257	- CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, sobre o parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Apoio à retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trata-se aqui exatamente**

de discutir essa questão. O povo precisa de auxílio, e isso nós temos defendido desde que iniciou a pandemia, aliás, muito antes dela, porque o Programa Bolsa Família é uma iniciativa do nosso Governo Lula, que implantou um programa de grande sucesso, e que agora foi encerrado. Editaram uma medida provisória, e pouca gente sabe o que vai acontecer.

Mas o lamentável aqui é querer resolver o problema do auxílio adiando, postergando o pagamento de precatórios, que são sentenças líquidas e certas que deveriam ser pagas no ano que vem, mas que vão ficar para o próximo Governo. E o mais interessante é que quem está criando um novo mercado para Faria Lima é exatamente quem está votando a favor desta PEC, porque ela permite criar um mercado de precatórios que vai ser muito ampliado depois dessa proposta de emenda à Constituição.

E mais: quem coloca em risco o parcelamento das dívidas dos Municípios é quem apoia essa PEC, que pode ser derrotada agora.

Nós sempre defendemos a PEC 15/21, do Deputado Silvio Costa Filho, que propõe o parcelamento. E queremos parcelar! Tanto é verdade que nenhum destaque da Oposição foi feito no sentido de suspender o parcelamento. O parcelamento é necessário. Os Municípios precisam sobreviver, e nós somos plenamente a favor disso.

Somos a favor também, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, de que criemos um auxílio emergencial, um auxílio que seja vigoroso. Esse auxílio que está sendo proposto é para ser encerrado em dezembro do ano que vem, e ninguém sabe exatamente o valor dele.

A nossa proposta é 600 reais de auxílio, para garantir não só a sobrevivência das famílias mais pobres do País, mas também a retomada do crescimento econômico com vigor. A retomada em "v" não será feita com essas propostas mequetrefes de Paulo Guedes, com essa avacalhação da política econômica, com essa porcaria.

Proposta em "v" é colocar dinheiro na mão do povo. É isso que nós queremos fazer, sempre quisemos e sabemos. Vamos aumentar o salário mínimo, vamos colocar um auxílio...

*(Desligamento automático do microfone.)*



---

### *Sumário*

Razão do posicionamento do PT contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Protesto contra a extinção do Programa Bolsa Família. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Vinculação entre os elevados preços de combustíveis e a política de dolarização adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Constatação pela CPI da Covid da prática, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de crimes contra a saúde pública e a humanidade. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Inexistência de garantia de pagamento do Auxílio Brasil de 400 reais. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, sobre o parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal de suspensão das chamadas emendas de Relator.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, talvez, este seja o projeto mais importante para o Governo a ser votado nesta Casa.

Nós pedimos o tempo de Comunicação de Liderança antes de votarmos porque estamos sentindo que muitos Deputados compreenderam o que, desde o início, dizíamos: esta PEC dos Precatórios é a "PEC do Calote", da chantagem, é eleitoreira e mentirosa. Estas quatro palavras, caloteira, eleitoreira, mentirosa e chantagista, eu quero desenvolver aqui.

Primeiro, quando os colegas Deputados sobem à tribuna para dizer que é para ajudar os pobres, eu quero lembrar que o Governo Bolsonaro que vocês defendem não vai mais permitir a compra de carne. Vai-se ao açougue para pegar osso, porque agora tem osso de primeira e osso de segunda, e aqueles que usavam o ovo para substituir a carne já estão pensando o que irão fazer, porque o ovo também já ficou mais caro, por conta de uma política desastrosa que vocês defendem do Paulo Guedes e do Bolsonaro. Ou eu estou mentindo e inventando aqui?

O povo está desempregado, o salário está congelado e as pessoas estão passando fome! E vocês sobem a esta tribuna para dizer que é

para ajudar os pobres?!

Gente, vocês estão criando um espaço de negociações em cima de títulos, do qual somente os ricos vão poder participar! Essa é a verdade! Então, pessoal, isso é uma chantagem, é uma chantagem porque dizem que estariam ajudando os pobres.

Bolsonaro fez, agora, o Decreto nº 10.852, de 2021, porque o Bolsa Família terminou. Não há mais Bolsa Família. E nós não estamos preocupados com o nome do Bolsa Família, se isso vai dar voto ou não. Essa não é nossa preocupação. Essa preocupação é do Bolsonaro, porque ele fez esse decreto só para 2022. Então, não venham mentir para o povo brasileiro, gente! Não venham mentir! Ele, o Bolsonaro, que é eleitoreiro. Nós queremos tirar as pessoas da miserabilidade. E o programa vai terminar quando elas saírem da miserabilidade, e não quando fechar a urna. Para vocês e para Bolsonaro, é um programa social em época de eleição. Quando fechar a urna, não haverá mais programa.

Agora, terminou o Bolsa Família. O Bolsa Família era um programa de proteção social, que contribuiu para a diminuição do índice de mortalidade, colocou as crianças em sala de aula e criou programas voltados para a saúde e a atenção básica inter-relacionadas, numa ação fortíssima que foi referência no mundo inteiro. Não há lugar no mundo que não tenha valorizado o Bolsa Família. No entanto, o Bolsa Família foi exterminado, não existe mais.

Quero dizer aqui uma coisa para vocês. Em relação ao auxílio emergencial, há 39 milhões de brasileiros - atenção, povo do Brasil! - que recebem o auxílio emergencial e o Bolsa Família. Se vocês votarem essa "PEC do Calote", a partir de agora, de novembro, por culpa do Bolsonaro, que vocês defendem, 25 milhões de brasileiros vão ficar sem o Bolsa Família e sem o auxílio emergencial. Deputados, não subam aqui para dizer que é para ajudar os pobres. Aqui, hoje, vocês estão decidindo que 25 milhões de brasileiros não vão mais recebê-los. Hoje, há 39 milhões, mas vão para 14 milhões. E aqui há uma sacanagem que vocês têm que compreender. Ele não tem como colocar recurso até o final do ano porque faria uma pedalada fiscal. Então, ele fez um decreto que chamou de Bolsa Família, colocando recurso até o final do ano para não incorrer na Lei da Responsabilidade Fiscal.

Mas o resultado, Deputados e Deputadas, do voto de V.Exas. hoje significará concordar com Bolsonaro. E, a partir de agora, deste mês de novembro, 25 milhões ficarão sem o auxílio emergencial e sem o Bolsa Família. Vinte milhões desses 39 milhões nem estão no Cadastro Único, porque o Governo não quer ajudar. E, quando veio para cá a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que institui o Auxílio Brasil, nós

queríamos que fosse aberta uma Comissão presencial para que pudéssemos fazer uma emenda, porque nós queríamos fazer o que fizemos lá atrás, quando veio a pandemia, e Bolsonaro quis ajudar só com 200 reais. Sim, Bolsonaro só quis ajudar com 200 reais. Foi esta Câmara, Deputados, que votou os 600 reais.

Então, nós gostaríamos de colocar 600 reais, porque, com esse valor, o povo pode ir à padaria, ao açougue, à loja e não precisará pegar osso. É claro que fica difícil o povo ir ao posto de gasolina, porque, com o Bolsonaro, que vocês defendem, estão destruindo a PETROBRAS, fizeram paridade internacional com os preços. O litro de gasolina está custando 7 reais, gente! O litro de gasolina custa 7 reais, e vocês continuam defendendo o Bolsonaro.

Esse Presidente comete crimes. Isso é crime contra o povo. Ele cometeu crime contra a saúde pública. A CPI no Senado apurou várias irregularidades. Esta Casa precisa não votar a PEC 32 e também não votar a PEC 23. A Casa precisa abrir um processo de *impeachment*, em razão dos crimes que esse Presidente está cometendo contra a Nação.

Então, nós do PT estamos aqui para dizer o seguinte: esse projeto não é para ajudar os pobres, porque vai deixar 25 milhões de pessoas sem auxílio emergencial e sem Bolsa Família.

Deputados, mostrem-me onde está escrito que o auxílio será de 400 reais. Mostrem-me! V.Exas. não terão como mostrar, porque não está escrito em nenhum lugar. Então, nem há a garantia do valor de 400 reais para o auxílio. Esse valor será utilizado para o ano eleitoral, e 25 milhões ficarão de fora. E vocês ainda falam em defender os pobres, quando se vai fazer dinheiro, na verdade, em cima dos títulos - porque aí, sim, dando um calote, o pobre receberá não 100%, receberá 40% no ano que vem, 30% no outro ano, 30% no outro ano. E isso em vez de receberem os 100%. Precatório tem que ser pago!

E eu quero dialogar com os Municípios do País, porque nós os apoiamos. Eu sou autor, junto com outros Deputados, da PEC 15/21. O que é a PEC 15? A PEC 15 garante parcelamento em 240 meses das dívidas previdenciárias dos nossos Municípios. Então, para ganhar um voto, numa ardileza interna aqui, colocaram a matéria da PEC 15 aqui dentro, como se agora quisessem ajudar os Municípios. Não! Nós sempre quisemos ajudar os Municípios e votar a PEC 15, exatamente para que os Municípios tenham suas vantagens.

Eu preciso falar também sobre a questão da democracia. E aqui foi muito falado sobre a decisão da Ministra Rosa Weber, corroborada hoje pela maioria que se formou no Supremo Tribunal Federal. Todos sabem o que diz o art. 37 da Constituição: os princípios constitucionais

neste País são, dentre outros, o da equidade, da publicidade e da moralidade. A emenda de Relator não tem nada do que diz a Constituição sobre a equidade, porque aqui se formariam Deputados que não receberiam recursos e Deputados que os receberiam.

Mas o povo não sabe como funciona esse processo da emenda de Relator. Então, não há transparência.

Portanto, os Ministros agiram em obediência à Constituição.

Para encerrar, quero dizer que acredito que podemos, sim, derrotar essa PEC, que é do calote, que é da chantagem, que é da mentira, que é eleitoreira e que não vai ajudar os pobres. Ela vai ajudar os ricos. O Estado vai deixar de enviar dinheiro para as Prefeituras, para os Estados, para as pessoas que mais precisam e que colocariam na atividade econômica. Então, ela não vai ajudar.

Esta PEC é contra o País. Eu, que defendo o País, não quero que esta PEC seja aprovada, mas quero que se abra o processo de *impeachment*, porque muitos crimes este Presidente está cometendo.

---

Documento 40/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 269	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu tenho certeza de que estamos chegando agora ao segundo turno da votação da PEC dos Precatórios e saio daqui com a certeza gigantesca de que os Deputados da base do Governo Bolsonaro perderam totalmente a noção das coisas, pois estão montados numa megaestrutura, bancando, com essa megaestrutura, Prefeitos de todo o Brasil, e não estão preocupados com a realidade de vida das pessoas.

A base de Bolsonaro desmontou os direitos sociais com a reforma da Previdência Social. A base de Bolsonaro estabelece agora, com a PEC



dos Precatórios, uma gigantesca insegurança jurídica e, mais do que isso, atropela absolutamente tudo. São diversas as decisões que transitaram em julgado, e pessoas estão esperando por uma vida inteira, professores estão sendo prejudicados.

Eu ouvi o Relator dizer há pouco tempo, em pé ali, ao microfone, o Deputado Hugo Motta, que sem a aprovação da PEC não haverá o Auxílio Brasil. Isso é mentira. Nós tivemos o Programa Bolsa Família, que não foi implantado através de PEC. Nós tivemos o auxílio emergencial, no primeiro ano da pandemia, que não foi aprovado através de uma proposta de emenda à Constituição. A PEC se faz necessária para garantir um espaço fiscal, para continuarem alimentando essa superestrutura que está bancando o sistema. Com isso, ela atropela, ela arranca os direitos de muita gente, celebra um verdadeiro calote em muita gente, principalmente nos professores do Brasil.

O que mais incomoda a nossa Oposição é que V.Exas., que nunca se preocuparam com os pobres do Brasil, que se curvaram, que se agacharam ao auxílio emergencial de 150 reais, que trouxe a fome a muitos lares brasileiros, estão compactuando, quando votam as matérias encaminhadas pelo Governo Bolsonaro, com o aumento do gás de cozinha, com o aumento do preço da gasolina, que já, já vai chegar a 10 reais.

V.Exas. são parte disso. Mais do que isso: V.Exas. pertencem a um governo que tem as mãos sujas de sangue, porque foi Bolsonaro que duvidou das vacinas e que, no final do ano passado, disse que não ia comprar as vacinas da Pfizer. Muita gente morreu, e o Brasil assustou o mundo. Para V.Exas. da base do Governo aqui na Câmara dos Deputados, está tudo bem, muito obrigado. V.Exas. estão apostando que os Prefeitos vão garantir a reeleição, mas têm que combinar com o povo, e o povo está acompanhando toda a movimentação.

Eu não sei como os Deputados da base deste Governo conseguem deitar a cabeça no travesseiro e entender que neste momento há pessoas se aposentando sem os direitos, que foram surrupiados na reforma da Previdência. V.Exas. fazem parte dessa história. A nossa Oposição faz parte de uma história de décadas em defesa dos mais pobres do País. Aqui nós somos a voz da resistência, aqui nós não estamos nos dobrando a esses absurdos.

Até mesmo parece que a Câmara dos Deputados não está situada no Brasil. A realidade aqui dentro deste plenário, o Plenário Ulysses Guimarães, é completamente contrária a tudo aquilo que o País está vivendo, o País da fome. É de dar dó ver as pessoas nas ruas, enquanto aqui consumimos o nosso tempo para abrir espaço fiscal para garantir a reeleição de V.Exas. O nome disso é "vergonha". Pelo



menos falem a verdade e assumam o que estão praticando agora, na votação da PEC dos Precatórios. O jogo é outro.

Tenho certeza de que, se tudo isso fosse verdade, V.Exas. seriam canonizados, mas podem ter certeza de que o caminho de V.Exas. vai ser outro, e não vai ser um caminho muito bom.

Resistência!

Fora, Bolsonaro!

Estamos com os professores!

---

Documento 41/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021 - CD	20:20
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 270	BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Arthur Lira, nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, onde luto pelo Brasil.

Estamos votando a PEC dos Precatórios, e eu fico surpreso quando vejo Parlamentares da Oposição - contra tudo e a favor de nada; "quanto pior, melhor" - virem aqui dizer que está faltando tempo para discussão. Não têm criatividade? É sempre a mesma coisa? Estamos discutindo isso há muito tempo. Querem discutir o quê?

Então, vou explicar a V.Exas. Atenção, Oposição! Se não entenderam ainda, vou explicar o que é esta PEC dos Precatórios.

Hoje, como está, são 60 meses para pagar. Vai passar para 240 meses, e esse parcelamento vai possibilitar - atenção, Esquerda, que diz que defende os mais pobres e os oprimidos! -, esta PEC vai fazer com que cerca de 18 milhões de pessoas recebam 400 reais por mês, pessoas vitimadas pela pandemia. V.Exas. serão contrários? Ou vão querer me dizer que isso vai furar o teto? Se fosse furar o teto, eu seria



contrário. Não sou ingênuo, não sou criança.

Portanto, V.Exas. da Oposição tenham uma faísca de nacionalidade, uma faísca de amor ao próximo e votem a favor da população que está precisando.

Este é o momento em que V.Exas. têm que tirar do fundo, das entranhas da alma, o amor ao próximo e deixar de lado essa demagogia barata.

Nobre Presidente, "sim", pelo Brasil, "sim", pelos precatórios.

Grato, nobre Presidente.

---

Documento 42/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	20:24
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 271	- FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Chega a ser irônico, Presidente, ocupar a tribuna depois que um cidadão da tropa de choque da extrema-direita veio dizer que tem amor ao próximo. Logo ele, que defende um governo de criminosos que levaram 608 mil pessoas a perder a vida ou boa parte delas, um governo que boicotou a vacina. O Governo é o primeiro da história que é indiciado, o próprio Presidente, por nove crimes, pela CPI do Senado, entre eles crimes contra a humanidade.

O mais engraçado, além da ironia, é que o discurso é cheio de mentiras sobre a PEC 23. Basta olhar a PEC enviada pelo Governo para ver que não tem uma palavra - uma palavra - relacionada a auxílio emergencial, ao Auxílio Brasil ou ao Bolsa Família. Não é um problema de nomes. Nós, por exemplo, não éramos dos Governos do PT e, obviamente, fomos a favor do Bolsa Família, porque era um programa social importante, que agora está sendo desmontado por este Governo, por um projeto que não diz para quem e não diz quanto. O que se fala na imprensa é que é o Auxílio Brasil ou um auxílio emergencial apenas no ano eleitoral, do Governo que tem uma das maiores rejeições da

história.

Mesmo que se tratasse de um projeto para 1 ano só, Deputada Talíria Petrone, haveria um debate. Mas a PEC 23 não é a "PEC do Auxílio Brasil". Não mintam para o povo brasileiro! Há Deputado aqui muito mentiroso! Não há uma palavra sobre Auxílio Brasil, há sobre calote, no FUNDEF, nas verbas da educação, no povo brasileiro, porque aqui nós estamos falando de dívida, de trânsito em julgado, que V.Exas. estão caloteando. Há a previsão de engordar as RP 9 e o orçamento secreto, se conseguirem reverter a decisão do Supremo, mas não conseguiram - foram 6 votos a favor da suspensão do orçamento secreto.

Aqui não há nenhum programa social, num país que tem 20 milhões de brasileiros na extrema pobreza, num país em que colocar combustível é um assalto - foi o oitavo aumento desde o início do Governo Bolsonaro -, num país que é o terceiro maior exportador de alimentos do mundo, e no qual vemos as pessoas passarem fome, com a alta do arroz, com a alta da carne, com a alta do feijão e com uma política zero de emprego.

Na prática, o que o Governo Bolsonaro faz é alimentar os parasitas do sistema financeiro, é engordar os bilionários, que estão mais bilionários, é fazer um casamento de conveniência, bancado e sustentado pelo "bolsolão", com partidos que vendem, os Parlamentares, seus votos por emendas inconstitucionais, ilegais, imorais, indecentes, inconstitucionais.

E vêm aqui acusar a Oposição de ser contra programas sociais? O problema é que o Bolsonaro não tem programa social. O Deputado Glauber Braga perguntou, num debate, a um Deputado "bolsonarista", qual era o programa social, Líder Renildo, do Governo Bolsonaro. O Deputado "bolsonarista" não soube dizer.

Nós que estivemos aqui em 2020 enfrentando a pandemia, enquanto o Deputado sei lá eu o que estava fazendo, sabemos que, pelo Governo Bolsonaro, nem auxílio emergencial haveria. A proposta do Paulo Guedes era de 200 reais. Paulo Guedes, numa assembleia com Parlamentares, em março do ano passado, disse que com 5 bilhões e com a privatização da ELETROBRAS resolveria a pandemia, a pandemia que vitimou 608 mil brasileiros. Vivemos uma crise profunda gerada por essa agenda ultraliberal e potencializada pela gestão desastrosa do Bolsonaro. Menos demagogia, porque as pessoas têm história e têm memória. Foi a Oposição - juntamente com outros Parlamentares, é verdade - que conquistou o auxílio emergencial, derrotando o Governo Bolsonaro, como derrotou no FUNDEF, como derrotou em muitos temas, para garantir direitos para o povo brasileiro.

Esta é a "PEC da Mentira", é a "PEC do Calote", é a PEC do calote na

educação, é a "PEC do Orçamento Secreto", a PEC que obviamente nunca terá o nosso apoio. Obviamente, seguiremos lutando contra esse absurdo.

---

Documento 43/116

---

134.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021-  
CD 20:36

Publ.: DCD - 10/11/2021 - OSMAR TERRA-MDB -RS  
275

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. OSMAR TERRA (MDB - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouvi muitos pronunciamentos e vi uma falta de conhecimento ou amnésia política quando se critica a possibilidade de termos que negociar e votar esta PEC.

Eu quero dizer que fui encarregado, em dois governos, de cuidar do Bolsa Família, era o Ministro que cuidava do Bolsa Família. No primeiro Governo, que foi o do Presidente Michel Temer, nós pegamos o Bolsa Família com uma defasagem de quase 40%, em função da inflação no Governo Dilma, uma inflação enorme, que estava em 14% ao ano, e o Bolsa Família não tinha reajuste há 3 anos. Nós o reajustamos, fizemos o maior reajuste da história do Bolsa Família no ano de 2016. Então, este é um assunto que toca o coração da população.

Naquela época, com reajuste recorde, ficamos perto dos 200 reais - era de 190 reais o Bolsa Família. Imaginem quanto era antes e qual o seu valor real, diante da inflação. Agora nós estamos indo para 400 reais.

Eu quero dizer para quem está nos ouvindo e para quem está nos assistindo a esta hora que o Presidente Bolsonaro fez reajustes durante a pandemia. Não podemos esquecer que nós tivemos uma gigantesca pandemia. Com a tragédia do "fica em casa, que a economia a gente vê depois", milhões de pessoas ficaram na miséria absoluta, milhões de pessoas perderam o seu trabalho informal, perderam o seu emprego. Essas pessoas foram atendidas por um programa de auxílio emergencial que, sozinho, foi maior do que toda a história do Bolsa Família, foi de 600 reais a 1.200 reais por mês para mais de 65 milhões de brasileiros. Houve ajuda aos empresários, para não quebrarem, houve ajuda para a manutenção do emprego. Foram

gastos centenas de bilhões de reais no ano passado e até o início deste ano para salvar as pessoas mais pobres e mais necessitadas. Isso ninguém fala.

Parece que, de repente, está se querendo arrumar um espaço orçamentário do nada, porque não houve problema nenhum no Brasil. Esse é o discurso da Oposição. Parece que a história do Brasil começou na semana passada. Então, eu quero deixar claro que é vital esse espaço orçamentário, que é vital a aprovação desta PEC, para que se possa garantir esse recurso de 400 reais para as famílias, para as pessoas mais necessitadas. É vital isso. Não há como fazer mágica. Dinheiro não dá em árvore. O Governo precisa ter alguma forma de compensação, de negociação, para garantir o apoio aos mais pobres.

Portanto, eu queria deixar aqui um apelo a todos os Deputados que estão preocupados sinceramente com a pobreza, com a miséria no Brasil, que estão preocupados com o mínimo de viabilidade para o País, para os Ministérios poderem continuar a trabalhar: esta PEC tem que ser aprovada e tem que ser aprovada hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 44/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	20:48
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 277	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro, especialmente, vejam o paradoxo do debate que nós estamos fazendo aqui.

Deputado Joseildo Ramos, Deputado Marcelo Freixo, nosso Líder da Oposição, Deputada Jandira Feghali, primeiro vem o Governo Bolsonaro, em meio à pandemia, em janeiro, fevereiro e março deste ano, e corta completamente o auxílio emergencial. Este mesmo Governo Bolsonaro acabou com o Bolsa Família, um programa estruturado, reconhecido, que tem cadastro único, que trabalha com os

Municípios, que conhece as famílias, milhões de famílias brasileiras, Deputada Talíria, Líder do PSOL, que conhece o Programa Bolsa Família. O que eles não conseguem responder, daquela tribuna, para começar, é por que terminaram com o Bolsa Família. Eu vou responder daqui: por uma questão eleitoreira eles queriam liquidar o Bolsa Família. Eles dizem: "*O Bolsa Família tem a cara da Esquerda*", ou seja, da aliança que nós vamos fazer para voltar a governar o País. Eu posso assegurar que, quando voltarmos a governar o Brasil, o Bolsa Família vai voltar, e não vai haver calote em precatório como desculpa para pagar o Bolsa Família.

A segunda questão que está em jogo aqui é a do Orçamento que o Brasil tem, de 2 trilhões e 700 bilhões de reais, retirada a rolagem da dívida. Aí vem a fila de tudo o que eles botam para gastar, porque tudo está previsto no Orçamento, inclusive a tal emenda secreta. Para emenda secreta há perto de 20 bilhões. Isso está garantido.

Deputado Joseildo, sabe para quem está faltando dinheiro? Está faltando dinheiro para milhões de brasileiros, para 50 milhões no mínimo, Deputado Alencar, que estão passando fome de novo. A fome voltou, assim como o desemprego.

Esta política econômica de V.Exas. está afundando o Brasil. O Governo Bolsonaro está quebrando o Brasil. O Governo Bolsonaro é uma fábrica de pobreza, é uma fábrica de desemprego, é uma fábrica de conflitos, de ódio, de intolerância. Este Governo só entende de conflitos. Este Governo não soluciona nenhum dos problemas do Brasil.

A Deputada Jandira presidiu uma Comissão Geral aqui ontem. O Governo conseguiu terminar com o Ministério da Cultura. O Governo consegue liquidar uma política atrás da outra, e não constrói nada.

Eduardo Bolsonaro não consegue subir àquela tribuna para explicar por que eles inventaram esse orçamento secreto. Por que tem que existir orçamento secreto para governar o Brasil, se ele nunca existiu? Isso aí foi inventado agora, pelo Bolsonaro.

Então, esta emenda constitucional é um atraso para o Brasil. Ela desequilibra completamente a economia brasileira, ela gera um processo de calote.

Ela empurra, como disse o Líder Renildo, para o cartão de crédito do próximo Governo.

Então, assumam! Vocês quebraram o Brasil! Não conseguem nem pagar os precatórios e querem colocá-los no cartão de crédito do próximo Governo. Isso está errado! O Brasil está muito mal na mão de

Bolsonaro. Aliás, ele avisou que não entendia nada de economia. Mas o problema é que ele colocou na Pasta um fundamentalista liberal, e não há lugar nenhum do mundo em que essa política econômica de Bolsonaro e de Paulo Guedes tenha funcionado.

Então, o meu apelo a este Plenário é: por favor, salvem, pelo menos, esta votação! Não votem para cancelar esse verdadeiro calote na dívida pública, essa desestruturação, esse desrespeito por quem espera por um precatório há 8 anos ou 10 anos e lutou pelos seus direitos.

Não a esta PEC!

---

Documento 45/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	21:08
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 283	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "não" ao encerramento da discussão e quer deixar claro que as orientações de alguns partidos da base do Governo precisam ser mais francas com o povo.

O povo não se deixa enganar sobre as intenções do Governo de auxiliar o povo mais pobre. Todo mundo sabe que o Governo nunca se preocupou com o povo mais pobre do País. Esse é o Governo da miséria, da pobreza, do desprezo pelo povo. Esse é o Governo que induziu à morte, que nunca se preocupou com vacina e com a pandemia, que ajudou a transmitir o vírus, que fez *fake news* e enganou a população. Esse é o Governo do desemprego, da terceirização, da negação de direitos, da reforma da Previdência. E agora vem com o discurso de que está preocupado com o Auxílio Brasil, com o povo, e acabou com o Bolsa Família? Por favor! Mentir não dá!

Somos "não" ao encerramento da discussão.



Documento 46/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	21:12
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 285	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria vai votar contra o encerramento da discussão.

Não é admissível que nós tenhamos o microfone sendo ocupado por alguém que disse que a pandemia iria levar por volta de 900 pessoas no Brasil e que estabeleceu determinadas condições para um Ministério e uma orientação clandestina para enfrentar a própria pandemia.

Nós temos a experiência, sem dar calote algum ou sem criar espaços para pagar orçamento clandestino, de ter conseguido pagar um auxílio emergencial. Nós conseguimos fazer uma série de medidas fundamentais para que a população pudesse resistir ao que é o caráter genocida do Governo Bolsonaro. Nós temos por volta de 40 milhões de pessoas beneficiadas pelo auxílio emergencial, inclusive do Bolsa Família, mas 22 milhões de pessoas ficarão sem renda.

---

Documento 47/116

---

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	23:20
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 330	NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de

precatórios pela União. Alcance social do Auxílio Brasil de 400 reais.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta o voto "sim" a esta matéria.

O Parlamento votou, no ano passado, um "orçamento de guerra" para enfrentar o problema da pandemia no Brasil. O Governo investiu mais de 600 bilhões de reais na ajuda a Municípios, para comprarem remédios e vacinas, e no socorro aos Estados. Mas a guerra não acabou, Sr. Presidente. A guerra do STF contra o Governo não acabou. A guerra da imprensa contra o Governo não acabou. A guerra da oposição contra o Governo não acabou.

Nós estamos aqui, como soldados, para lutar em defesa dessa medida que estamos aprovando nesta oportunidade, para continuar garantindo comida na mesa de milhões de famílias de brasileiros. Mais de 20 milhões de famílias receberão o Auxílio Brasil. Esse benefício vai deixar de ser de 90 reais por mês do Bolsa Família e vai passar a ser de 400 reais por mês do Auxílio Brasil.

Parabéns a este Parlamento!

Documento 48/116

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-23:48
Publ.: DCD 10/11/2021 - 344	LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

### ***Sumário***

Imediata criação de programa destinado ao restabelecimento da ordem pública no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade da implantação de políticas públicas de educação, saúde e de estímulo à juventude carioca. Retomada das aulas presenciais no Estado.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria hoje de falar sobre a questão da ordem pública na cidade do Rio de Janeiro.

Eu trabalho em Copacabana e vejo por lá um reflexo da cidade. O bairro mais democrático do Rio, mais visitado por turistas, mais emblemático, está um verdadeiro caos.

É urgente a implantação de um programa de tolerância zero para a ordem urbana: esvaziar calçadas, cuidar da mendicância, exploração de menores, comércio irregular de mercadorias, consumo de drogas, tratar das dezenas de pequenas "cracolândias" que brotam no bairro.

O Prefeito precisa cuidar da cidade, dos jardins, praças, espaços públicos de lazer, não só na Zona Sul, claro, mas também na Zona Norte e na Zona Oeste; precisa usar melhor a Guarda Municipal, nos moldes de uma Polícia Municipal, até com parte dela andando armada, apoiando a Polícia Militar no combate ao crime. A bagunça e o crime afastam turistas da cidade e afastam empresas, investidores e empreendedores da cidade.

O Rio pode se tornar um dos maiores destinos turísticos mundiais. Podemos fazer do Rio um centro de inovação, educação moderna, uso de tecnologia e empreendedorismo, atraindo talentos, empresas e investimentos.

As pessoas precisam de confiança no Governo, precisam acreditar no Governador, no Prefeito, precisam de segurança jurídica para confiar no sucesso do seu negócio.

Quem investe na cidade precisa acreditar que não está sendo enrolado pelo governante, que não vai ser surpreendido por pedidos estranhos, que o que está escrito vai valer, e que o sujeito que ele está negociando não vai ser preso no dia seguinte.

Vejo pouco foco do Governo em desenvolvimento social, através de políticas públicas, sérias e objetivas de educação, de saúde e de estímulo para a juventude.

É necessário envolver as famílias com a escola; ajudar alunos e professores na volta às aulas depois da pandemia; estimular todos os programas que ajudem adolescentes e jovens a se afastar do álcool, das drogas e da violência; usar muito o esporte como indutor de coisas boas, de qualidade de vida; desenvolver programas aos fins de semanas nas escolas, com atividades culturais e esportivas; criar metas para as escolas; selecionar diretores adequados para cada unidade, conforme seu perfil. Temos que adaptar o ensino à realidade atual, com novas tecnologias, para que a escola desperte a atenção dos alunos, e também melhorar a estrutura física das escolas, pois

muitas estão caindo aos pedaços.

O Rio precisa atualizar o modelo do ensino técnico aproximando a formação com o mercado de trabalho. E investir na educação pública e na capacitação profissional, para desenvolver a mão de obra e incluir moradores de comunidades no mapa do emprego e gerar empregos com melhores salários.

É uma missão complicada, mas que tem solução. Precisamos fazer o Rio acontecer novamente.

Forte abraço a todos!

---

Documento 49/116

---

135.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	10/11/2021-09:12
Publ.: DCD 11/11/2021 -	JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Constatação, pela CPI da Covid, da prática de crimes contra a humanidade, de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Prática de corrupção no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Conivência da Pasta com desmatamentos e garimpagem ilegal. Desestruturação do Ministério da Educação e da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Apoio ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Eu vou começar a minha fala concordando com o Deputado que me antecedeu: Bolsonaro não tem a menor chance de vir para o PT! Esqueça! Não tem mesmo!

É bom lembrar que o destino dele é perder a eleição e ir para a cadeia, porque há crimes comprovados - comprovados! Isso não é *fake*. Há crimes comprovados, que a CPI, inclusive, já fez o trabalho de documentar, registrar, catalogar: crimes contra a humanidade, genocídio, corrupção.

Esse discurso de que não existe corrupção no Governo Bolsonaro,

Deputado Joseildo Ramos, é a coisa mais ridícula do mundo!

Eles tentam criar uma verdade alternativa com as mentiras que são propaladas.

A corrupção com Bolsonaro não começou na posse dele, começou no primeiro dia do mandato dele como Deputado Federal. Foram 28 anos roubando, aqui nesta Casa, o salário dos assessores. Deputada Benedita da Silva, foram 28 anos! Não satisfeito, transferiu a tecnologia do roubo e da corrupção para os filhos. Levou isso lá para o seu Estado, Deputada Benedita, para a Assembleia Legislativa, para a Câmara de Vereadores. A família se locupletou roubando dinheiro dos assessores, roubando dinheiro público, e criou um patrimônio imobiliário e de negócios que não tem como comprovar com o salário de um Parlamentar. Isso é sobejamente comprovado. Esqueceram-se do Queiroz? Esqueceram-se das rachadinhas? Não!

Continuou no Governo a corrupção entranhada em todos os lados. A CPI mostrou corrupção no Ministério da Saúde, Deputado Alexandre Padilha. Na época em que V.Exa. foi Ministro, não havia roubo em cima de contrato de transportadora de medicamentos e vacinas; não se cobrava 1 dólar a mais em cada dose de vacina. Isso é no Governo Bolsonaro.

E o meio ambiente? No meio ambiente, o roubo deixou escandalizado o mundo inteiro, associado ao garimpo clandestino, associado ao desmatamento, Deputado José Ricardo. Basta olhar o que eles fizeram na Região Norte, com o Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério da Educação é uma tragédia. Trinta e dois servidores do INEP que ocupavam cargos pediram afastamento. O Governo já está no quarto Ministro e no quinto Presidente do INEP. Estão destruindo a educação no Brasil e aproveitando para roubar onde podem.

Roubo e corrupção no Governo Bolsonaro fazem parte do DNA, são a trajetória. As duas características principais são: a mentira de um lado e a corrupção do outro.

Há destruição da máquina pública. Vejam o que estão fazendo com a PETROBRAS. Estão metendo a mão no bolso do brasileiro. Na última vez em que o barril do petróleo custou 83 dólares, V.Exa. lembra quanto era a gasolina, Deputado Padilha? Não chegava a 3 reais. Agora o barril custa 83 dólares no mercado internacional, e o preço da gasolina já está batendo em 8 reais.

Estão tirando o dinheiro do pobre. É o Robin Hood às avessas: mete a mão no bolso do pobre para aumentar as vantagens do rentismo, a vantagem da turma da Avenida Paulista, a vantagem daqueles que

financiaram a eleição de Bolsonaro, fraudaram o processo eleitoral, ajudaram a prender o Presidente Lula, que seria eleito.

Mas não tardam por esperar. O ano de 2022 vem aí, e nós teremos novamente a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para acabar com este Governo corrupto e de mentiras.

---

Documento 50/116

---

135.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 10/11/2021-09:44
Publ.: DCD 11/11/2021 -	- GILBERTO NASCIMENTO-PSC -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Consequências nefastas da pandemia de coronavírus no Brasil e no mundo. Contrariedade à realização do carnaval em 2022.

---

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (Bloco/PSC - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente, Deputada Benedita da Silva, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O Brasil sofreu com a COVID-19. Perdemos, infelizmente, mais de 600 mil brasileiros. As consequências mundiais foram muito sérias também para a economia. O Brasil gastou quase 1 trilhão de reais com o evento, infelizmente, da pandemia. Foram gastos extras em um orçamento apertado de um País que já paga 1 bilhão de juros todos os dias. Houve milhões de empregos perdidos, e a fome avançou nas periferias.

Os brasileiros entenderam o momento, se confinaram, o comércio fechou, tudo parou. Alguns comerciantes não conseguiram reabrir mais as suas portas. Sepultamos lamentavelmente muitos comércios, muitos pequenos empreendedores, que ficaram endividados com fornecedores, com funcionários e com o próprio Governo. As escolas pararam. Os funcionários da saúde deram o melhor de si, mas infelizmente perdemos também muitas pessoas na área da saúde, tantos médicos, enfermeiros e assim por diante.

Veio a vacina, que ainda é experimental, segundo alguns. Mas, infelizmente, o que estamos vendo é que isso ainda não é a garantia do final da pandemia, não é a garantia do final da COVID-19, porque o vírus se manifesta de novas formas. Alguns países já estão se



preparando para um novo momento que poderá acontecer.

O que me preocupa, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. funcionários desta Casa, é que lamentavelmente alguns estão achando que tudo já voltou ao normal, que tudo está normal. E agora vão chegar às festas de final de ano, o Natal, o *réveillon* e assim por diante.

Pior do que tudo isso, o que é mais triste nesta situação, na sequência, é que lamentavelmente estamos vendo que a maioria dos Governadores e Prefeitos estão incentivando o carnaval, e esse pode ser o carnaval da morte. Estão incentivando o carnaval, quando lamentavelmente ainda temos a COVID andando por aí. Já abrimos as nossas fronteiras, e para países onde, infelizmente, a COVID ainda está acontecendo. Provavelmente alguns virão contaminados para o carnaval, quando não se tem nenhum cuidado.

Difícilmente alguém vai estar em um baile de carnaval bebendo ou fazendo qualquer coisa usando máscara. Provavelmente não haverá cuidado algum. E o que nós estamos prevendo é que o carnaval da morte pode acontecer no ano que vem...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (Bloco/PSC - SP) - O.k.

E o que nós vemos é que alguns Governos, volto a dizer, estão incentivando o carnaval da morte.

Nós não queremos que o Brasil tenha carnaval no próximo ano. Ainda é cedo para isso. Nós não podemos colocar a nossa população e a economia do Brasil em risco novamente. Vamos suspender o carnaval!

Srs. Prefeitos, Srs. Governadores, suspendam o carnaval, porque, infelizmente, esse será o carnaval da morte, e o brasileiro não...

*(Desligamento automático do microfone.)*



135.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 10/11/2021-10:52

Publ.: DCD  
11/11/2021 -

HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Saudações aos fiéis da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil, ao ensejo do transcurso do 70º aniversário de fundação da instituição religiosa. Acerto da declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da inconstitucionalidade do orçamento secreto criado pelo Governo Jair Bolsonaro. Não abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Utilização das chamadas emendas de Relator como moeda de troca para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Defesa do fortalecimento do Programa Bolsa Família.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, é uma honra falar sob a Presidência de V.Exa.

Acabei de ouvir o pronunciamento do Deputado Jefferson Campos e quero também saudar todos os fiéis da Igreja do Evangelho Quadrangular pelos seus 70 anos. Deixo a minha saudação a eles.

Cumprimento os colegas Parlamentares que aqui estão.

Quero falar hoje sobre essa importante, republicana, legal e constitucional decisão do Supremo Tribunal Federal, que já está com 6 votos consolidados, tomada no dia de ontem a partir do voto da Ministra Rosa Weber, um voto extremamente qualificado, denso e com argumentos que a democracia precisa preservar. A Ministra Rosa Weber e mais 5 Ministros já se posicionaram pela ilegalidade e inconstitucionalidade do chamado orçamento secreto, Deputado Vicentinho.

O Brasil não precisa de orçamento secreto. O orçamento secreto é algo inaceitável, Deputada Erika Kokay e Deputado Jefferson Campos, porque um orçamento tem que ser debatido no Parlamento, que tem, no caso do Brasil, 513 Deputados que representam todo o povo brasileiro. Aqui o debate sobre o orçamento tem que se dar às claras, tem que se dar de forma constitucional e legal.

Eu digo desta tribuna que esse tal orçamento secreto foi adotado ao longo desses 2 últimos anos pelo Governo Bolsonaro e por parte de

sua base de apoio. Eu sei também que uma parte da base que apoia Bolsonaro não concorda com o orçamento secreto.

O orçamento secreto tem sido usado e abusado aqui por essa parte da base de Bolsonaro para fazer o "toma lá, dá cá", Deputado Merlong Solano. Aquela história de dizer que o Parlamentar pode exercer tal opinião ou tal voto não é verdade. Se ele tiver uma opinião contrária ao Governo, as demandas que esse Parlamentar colocar em debate no plenário não devem ser aceitas, porque tem que ser garantido um privilégio para os Parlamentares dispostos a sustentar a política do Governo de plantão. Orçamento secreto não serve para ninguém. Enfraquece o papel do Parlamento. Orçamento secreto acumula nichos de poder na mão de poucos, que se utilizam desse poder para impor as suas ideias.

E o Supremo Tribunal Federal, através do voto de 6 Ministros, até o momento, diz que o orçamento público deve ser regido por critérios de transparência, impessoalidade e atendimento ao interesse público.

O interesse público não é um Presidente da República... E não vamos acreditar na ingenuidade da frase que Bolsonaro disse ontem - "*Como é que eu manipulo o orçamento, se é o Relator que assina as emendas?*" -, Deputado Paulo Teixeira. O Presidente Bolsonaro disse isso! Só se alguém aqui fosse muito ingênuo e infantil para não imaginar que esse Relator assina ou não assina emendas para beneficiar o Deputado A ou B com base no que determina a política de interesse, seja do Presidente Bolsonaro, seja, infelizmente, do Presidente Arthur Lira - digo isto agora e direi na frente dele, quando ele estiver presidindo.

Aliás, a blindagem que protege Bolsonaro, que cometeu, Deputado Vicentinho, dezenas de crimes de responsabilidade - ele está absolutamente blindado pelo Presidente da nossa Casa, o Deputado Arthur Lira, que engaveta todos os pedidos de *impeachment* -, não permite que o Plenário analise esses pedidos de *impeachment*.

Quero dizer, para dar um exemplo, que ontem foi aberto um processo de *impeachment* no Chile contra o Presidente Sebastián Piñera. E aqui, nós temos um Presidente, Deputada Lídice da Mata, que comete crimes de responsabilidade em série. Ele é um *serial killer* que age contra o povo brasileiro e a Constituição brasileira. De todos os crimes de responsabilidade que ele cometeu, os mais graves foram os que levaram à morte mais de 610 mil brasileiros: atrasar a compra de vacinas; alimentar uma política negacionista; incentivar aglomerações; falar contra o uso de máscara. Tudo isso é crime de responsabilidade.

E essas emendas secretas, Deputado Paulo Teixeira, têm a ver com a blindagem de Bolsonaro. Digo isso com a responsabilidade do mandato

por meio do qual eu represento 110 mil gaúchos e brasileiros. Essas emendas secretas estão sendo usadas para blindar Bolsonaro, impedindo o Brasil de abrir um processo de *impeachment* contra ele. Essas emendas secretas foram usadas para votar ontem neste plenário a "PEC do Calote", essa PEC absurda. Alegaram que para garantir um programa de apoio social precisavam dar calote nos precatórios. Não precisa. Nós adotamos o Bolsa Família durante todos os anos dos Governos Lula e Dilma e jamais demos calote nos precatórios.

Queremos, sim, o Bolsa Família fortalecido. E podem chamá-lo do nome que quiserem, podem fazer a troca eleitoreira de nome, mas não devem dar calote nos precatórios para garantir a proteção dos mais pobres.

---

Documento 52/116

---

135.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 10/11/2021-11:04
Publ.: DCD 11/11/2021 -	PAULO TEIXEIRA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do 70º aniversário de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil. Congratulação à Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério de Madureira. Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal de suspensão do orçamento secreto, criado pelo Governo Jair Bolsonaro. Utilização das chamadas emendas de Relator como moeda de troca para não votação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, e para aprovação de propostas de privatização de empresas estatais, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Constatação, pela CPI da Covid, da prática de crimes contra a humanidade dentre outros pelo Presidente da República.

---

**O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de parabenizar a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja da Assembleia de Deus Madureira. Uma está comemorando 70 anos, e a outra está presente por um fato muito relevante, dada a importante prestação de serviço oferecida à sociedade brasileira. Então, eu as parabenizo.

Eu também venho aqui, assim como fez o Deputado Henrique Fontana,

parabenizar pela decisão o Supremo Tribunal Federal, na pessoa da Ministra Rosa Weber e na de todos os Ministros que, igualmente, decidiram contra o chamado orçamento secreto.

O orçamento secreto fere de morte os princípios que estão no art. 37 da Constituição: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios constitucionais regem a administração pública, regem todos os Poderes, Deputada Erika Kokay, e não podem ser violados.

Esse orçamento secreto foi uma aberração e tem que ser tirado do mundo político e jurídico. Por quê? Porque não há sobre ele o debate, como se faz com o Orçamento. Como se faz o debate orçamentário? Discute-se num ano e executa-se no ano seguinte. Esse mecanismo do orçamento secreto rompe essa lógica. Ninguém sabe para onde vão esses recursos. Ninguém sabe quem são os Parlamentares beneficiados. É possível saber, Deputado Merlong Solano, olhando, às vezes, as votações mais complexas desta Casa, mas ninguém sabe os valores dos recursos.

Isso desequilibra o jogo político e tem servido para influenciar as votações nesta Casa. Vejam a privatização do sistema ELETROBRAS, feita contra o entendimento de todos os especialistas do setor elétrico, e a privatização dos Correios, contra a qual havia evidências. No debate sobre a PEC dos Precatórios, que é a "PEC do Calote", é importante dizer: o mecanismo da emenda de Relator, que era singelo, passou a ser uma aberração: 20 bilhões! Deputada Lídice da Mata, esse é quase o mesmo valor do Auxílio Brasil, que eles querem instituir, acabando com o Bolsa família, que é um dos programas mais meritórios do Brasil!

Vejam, ninguém discute uma base que se forma fundamentada nesse orçamento secreto. Há Vereadores que recebem 1 milhão ou 2 milhões de reais. Há Prefeitos de cidades pequenas que recebem de Parlamentares 10 milhões, que são recursos que deveriam ir para a educação. As bolsas da CAPES estão suspensas, e nós vamos discutir agora o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2021, para que se devolvam as bolsas da CAPES, suspensas por falta de recursos. O Governo atual deixou de pagar o Auxílio Emergencial em janeiro, em fevereiro e em março alegando falta de recursos, e esses recursos estão sendo carreados para essa pulverização, para o atendimento a Parlamentares, com o objetivo de fazer maioria.

E vamos falar a verdade: 110 pedidos de *impeachment* não são votados por conta do orçamento secreto. Os Parlamentares se negam a votá-los. Crimes, Deputado Merlong, existem; foram praticados por esse Presidente da República; foram fartamente cometidos. Quem diz isso é a CPI, a Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID, do

Senado Federal, que indica o cometimento de 9 crimes. Há 9 crimes. Esse Presidente cometeu crime contra a humanidade! Ele deveria ser afastado, e não foi porque o mecanismo espúrio de controle de votos está sendo utilizado.

Não haverá, Deputado Vicentinho, crise institucional por causa da decisão do Supremo, porque o que ele atacou foi uma ilegalidade grave que estava sendo praticada por esta Casa em benefício desse Presidente, que, como eu já disse, cometeu crimes contra a humanidade.

Gostaria de concluir, parabenizando os seis Ministros do STF que votaram pelo fim do orçamento secreto. Eu creio, Deputado Reginaldo Lopes, que os demais Ministros do Supremo votarão também contrariamente ao orçamento secreto - alguns estão mediando, querendo que haja transparência -, porque, do ponto de vista constitucional, é indefensável dar sobrevida a esse mecanismo, que é espúrio e ilegal, que rompe com o sistema democrático, como disse a Ministra Cármen Lúcia.

Por essa razão, eu acho que o mundo prossegue, e não haverá possibilidade de crise entre os Poderes, já que o Poder Judiciário cumpriu o seu papel constitucional.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 53/116

---

135.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	10/11/2021-11:16
Publ.: DCD 11/11/2021 -	- MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal de suspensão das chamadas emendas de Relator (orçamento secreto). Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas contra a Covid-19. Prática de crime contra a humanidade pelo Presidente da República.

---

**O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Vicentinho, colegas Deputadas e Deputados, entendo que não há convivência possível entre a democracia e a existência de emendas secretas no Parlamento. As emendas secretas corrompem o**





processo de deliberação nesta Casa, como aconteceu ontem, quando elas foram claramente utilizadas para dar um cheque em branco de 110 bilhões de reais para o Governo mais ineficiente da história do Brasil, para um Governo cujo líder cometeu nove crimes, apurados e comprovados pela CPI, entre eles, crimes contra a humanidade.

As emendas secretas inviabilizam o processo de planejamento num País que tem, tradicionalmente, dificuldades de realizar investimentos estruturantes. Todo mundo sabe que, na hora de investir, é preciso definir prioridades. Então, esses 20 bilhões de reais, com destinação secreta, poderiam ir para prioridades estratégicas de interesse das regiões do País, tais como educação, ciência e tecnologia, saúde.

Portanto, eu também me associo aos Deputados e às Deputadas que cumprimentam o Supremo Tribunal Federal pela decisão tomada ontem, por maioria, para proibir a utilização dessas emendas secretas. Elas têm que ser transparentes. O processo de decisão de investimento tem que ser alvo do interesse público, e não do interesse particular.

Além disso, nós estamos vendo, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, com muita frequência, Parlamentares da base do Governo virem aqui dizer, como se fosse uma grande novidade, que o Governo comprou mais de 300 milhões de doses de vacina. Ora, já estamos com 610 mil mortos. Será que o Governo acha que não teria a obrigação de comprar vacinas?

O Programa Nacional de Imunizações foi criado em 1973, em plena ditadura militar. Eles eram autoritários, mas não negavam a ciência. Criaram um programa que foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo e se tornou o mais eficaz programa de imunização do mundo, só sendo enfraquecido a partir do Governo Bolsonaro. É em toda a sua atuação, sempre a compra de vacinas foi responsabilidade do Governo Federal, do Ministério da Saúde, que, além disso, apoiava técnica e financeiramente os Estados e os Municípios, fazia todo um trabalho de articulação e de coordenação, e também fazia campanhas de divulgação para incentivar a população a se vacinar.

Nada disso foi feito no Governo Bolsonaro. O que tem de novidade em relação à vacinação no Governo Bolsonaro é tudo negativo. Ele negou a vacina e se recusou a comprar 70 milhões de doses da Pfizer, em agosto do ano passado, com a opção de recebê-las a partir de dezembro. Quantas pessoas morreram por causa disso, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados? Ele perseguiu a Coronovac; comemorou quando os testes da Coronovac foram suspensos de maneira inexplicável pela ANVISA; fez propaganda permanente contra a vacina. A última delas foi esse absurdo de dizer que as pessoas que se vacinaram estavam sujeitas a pegar AIDS, a se contaminarem com

HIV.

O Presidente lidera um governo que cometeu crime contra a humanidade, que investiu permanentemente contra a ciência, contra a saúde pública e contra a vacina. Então, não dá para aceitar agora que o Governo faça um discurso pirata e que, em nome da compra de vacinas, queira se considerar responsável pelos resultados que a vacinação está trazendo na forma de redução do número de contaminações e redução do número de óbitos neste País.

Foi isto que sempre dissemos, foi isto que sempre os cientistas disseram: com vacinação, com distanciamento, com o uso de máscaras, conseguiremos vencer a doença, Presidente Vicentinho.

E que assim seja! Continuemos com os cuidados para eliminarmos de vez esse risco à saúde pública.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 54/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	13:12
Publ.: DCD - 11/11/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retrocesso da aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Escalada das espirais inflacionárias e elevação dos preços de combustíveis, do gás de cozinha e de alimentos no País. Agravamento das desigualdades sociais brasileiras. Prioridade da base governista na eleição de 2022, em detrimento das necessidades e demandas do povo brasileiro. Apelo ao Presidente Arthur Lira de prioridade na votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, de autoria do Deputado Ivan Valente, e do apensado de nº 3.384, de 2020, de autoria do orador, relativo aos direitos dos trabalhadores de plataformas virtuais, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do**



orador.) - Presidente, muito obrigado.

Neste momento, de certa forma a Câmara já começa a ficar esvaziada. Ontem foi um dia de muitas tensões. Infelizmente, a PEC dos Precatórios foi aprovada, um retrocesso muito grande, uma injustiça tremenda, uma insegurança jurídica. As consequências disso nós não sabemos. Abriu-se um espaço fiscal com o discurso mentiroso de que seria para bancar o Auxílio Brasil, só que vão sobrar alguns bilhões e bilhões de reais, que serão destinados para a instrumentalização da base do Governo Bolsonaro, principalmente porque o ano que vem é um ano de eleição. Para isso, deu-se um calote nos credores dos precatórios, nos professores do País, que serão, Sr. Presidente, os mais prejudicados.

Ontem eu fiz uma consideração, a de que parece que a Câmara dos Deputados vive uma realidade completamente distinta daquilo que está acontecendo no Brasil. O Brasil voltou ao *Mapa da Fome*, o Brasil voltou a ter inflação. Em virtude de tudo isso, da instabilidade da economia, o Brasil está vendo o preço dos produtos de maior importância, como o dos alimentos, da gasolina, do gás de cozinha, pipocarem.

As pessoas que menos ganham são as mais prejudicadas: não estão conseguindo ter uma mesa farta, comprar 1 quilo de carne. O quilo do feijão e o quilo do arroz estão impagáveis. Enfim, é o Brasil da desigualdade, o oitavo país mais desigual do planeta Terra, que fica cada vez mais desigual.

Neste plenário, parece que a base do Governo cegou: só pensa nas emendas, acha que pode comprar a eleição do ano que vem com o apoio dos Prefeitos. Esquece-se de que os Prefeitos vão pedir votos, mas quem vota é o eleitor. Para a bancada do Governo, para a bancada de Bolsonaro, isso está em segundo plano. O que menos está importando aqui é o eleitor, a população.

Quando eu disse que nós estamos deixando de cuidar das coisas importantes do Brasil, eu quis me referir a um projeto de lei do Deputado Ivan Valente, que era para ter sido votado hoje. Inclusive, há um projeto de lei de nossa autoria apensado a ele. Eu esperava que a Câmara pudesse votá-lo, principalmente porque nós estamos com a flexibilidade do voto virtual, que, inclusive, foi ampliada. O projeto do Deputado Ivan Valente é o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, e o nosso, que foi apensado, é o Projeto de Lei nº 3.384, de 2020.

Eu não sei se as senhoras e os senhores já pararam para observar, mas se pudéssemos falar em trabalho escravo no Brasil, com certeza, falaríamos dos entregadores de aplicativos. As empresas internacionais ancoram sua plataforma nos países, atraem

trabalhadores e colocam essas pessoas para gerar um faturamento bilionário. São bilhões e bilhões de dólares que estão em jogo. O que sobra para esses trabalhadores, para os entregadores? A responsabilidade de comprar a motocicleta ou a bicicleta, de bancar a manutenção dela, de assumir os riscos de vida com as entregas, de assumir os acidentes que possam ocorrer e de entregar, sem risco algum, apenas o lucro à empresa. E a plataforma joga sujo: estabelece metas, bonificação, pontos para que essas pessoas fiquem em alta velocidade, arriscando a vida, tentando bater a meta do dia. Se eles não batem a meta, são banidos. Os responsáveis pelos aplicativos apertam um botão, e aquele entregador deixa de ser acionado para fazer as entregas. É um jogo sujo, duro, cruel, e todo mundo sabe disso! O Congresso Nacional sabe disso.

E tem mais: eles não têm direitos trabalhistas. Eles não existem para a CLT. Eles não podem adoecer, não têm direito a descanso, a férias, não podem se aposentar. Eles não têm direito a nada! Quando abrimos a boca aqui na Câmara dos Deputados para falar sobre isso, eles recebem uma mensagem do chefão, dono da plataforma, que diz: *"Se chegar algum direito para o entregador, nós vamos colocar na conta"*. Quem vai pagar é o entregador, em um jogo de chantagem duro e covarde.

E nós aqui, que representamos o povo, fazemos de conta que nada está acontecendo. É trabalho escravo, gente! Essas pessoas estão inseridas no trabalho escravo. Com poucos meses de trabalho, estão saturadas, fadigadas e psicologicamente destruídas. Claro que, se psicologicamente destruídas estão, a família fica dilacerada. E a Câmara dos Deputados está advogando, defendendo causas que não vão mudar a vida do povo, pela ambição do poder pelo poder.

Eu lamento muito que essa proposta do Deputado Ivan Valente não tenha sido votada hoje. Espero que a Câmara dos Deputados, que aqueles que acreditam em Deus, que sejam tementes, entendam que nós estamos aqui exercendo um papel importante. Temos que colocar a mão na consciência e legislar, Sras. e Srs. Deputados, temas que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas mais pobres, dos trabalhadores, daqueles que não por escolha trabalham no País mais injusto e mais desigual do planeta Terra. Um dos oito é o Brasil.

Os entregadores não podem ficar inseridos no trabalho escravo. É obrigação nossa, dos 513 Deputados, priorizar esse tema no início da próxima semana por questão de sensibilidade, por sentimento, por entender que estaremos aqui desempenhando um papel humanitário. Os entregadores são escravos no Brasil. Todo mundo sabe disso, e ninguém faz nada. Eles têm um dinheirinho, Sr. Presidente, e compram uma moto. Em 2 anos, a moto está destruída, eles não têm mais dinheiro para comprar outra moto e vão ter que pedir esmola nos

sinais, nas esquinas do Brasil.

Deixo aqui o meu apelo. Não é uma questão de partido A, B ou C, não é um tema da Oposição ou da Situação. Eu faço um apelo ao Presidente Arthur Lira, à Mesa Diretora, para que esse tema dos entregadores seja extremamente priorizado já na sessão da terça-feira. É um apelo que faço dirigindo-me também às Sras. e aos Srs. Deputados, a todos os Líderes da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância, já que eu sei que me excedi um pouco no tempo.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 55/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	13:40
Publ.: DCD - 11/11/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.059, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, a respeito das medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e insumos, e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária, e de treinamentos destinados à vacinação contra o coronavírus; e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19; e às Emendas de nºs 1 a 4, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (CIDADANIA - SC. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente, nobre Deputado Evair Vieira de Melo.

Sras. e Srs. Deputados, passo ao relatório.

"I - Relatório

A Medida Provisória nº 1.059, de 2021, prorroga prazo inicialmente estabelecido para a vigência dos dispositivos excepcionais aplicáveis à aquisição de vacinas, medicamentos, insumos e serviços direcionados ao controle da COVID-19, todos previstos na Lei nº 14.124, de 10 de





março de 2021. Essa lei criou um regime de exceção para as regras relacionadas às licitações e contratos públicos necessários à aquisição de bens e serviços direcionados ao enfrentamento da referida doença, cuja vigência, prorrogada pela MP, encerrar-se-ia em 31 de julho de 2021, nos termos do art. 20 da citada lei. A MP em tela amplia o regime de exceção pelo período em que perdurar a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional - ESPIN, independentemente do prazo de execução dos contratos ou das respectivas prorrogações.

A Exposição de Motivos nº 00036/2021 MS AGU CGU MJSP CC/PR, assinada pelos Ministros da Saúde, da Controladoria-Geral da União e da Justiça e Segurança Pública, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil e pelo Advogado-Geral da União Substituto, em 29 de julho de 2021, esclarece que o interesse na prorrogação do prazo, inicialmente previsto no art. 20 da Lei nº 14.124, de 2021, se dá em razão de o avanço da campanha nacional de vacinação contra a COVID-19 ainda não ter garantido um cenário constante, mesmo diante da redução na média móvel de casos e óbitos relacionados à doença.

Além disso, no entendimento dos expoentes, a prorrogação seria imprescindível para a continuidade do dinamismo dado aos processos de aquisição de imunobiológicos, insumos, bens e serviços destinados à vacinação, e a linha de cuidado contra a COVID-19. Portanto, diante das diversas ações ainda em curso e considerando a iminência do término do prazo estabelecido para a vigência do regime especial de contratação instituído pela Lei nº 14.124/2021, os autores da exposição de motivos se manifestaram pela prorrogação do regime pelo período em que perdurar a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional - ESPIN.

Em respeito ao art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, no dia da publicação da MPV sob exame no *Diário Oficial da União*, o seu texto foi enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva mensagem e de documento expondo a motivação do ato.

Nos termos do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, foram inicialmente apresentadas quatro emendas de Comissão à MPV 1.059/21, conforme tabela a seguir:

Emenda nº 1, do nobre Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO), que altera a redação do § 3º do art. 6º da Lei nº 14.124, de 2021, para limitar em no máximo 30% o percentual admissível para extrapolação dos preços contratados em relação aos estimados no termo de referência simplificado ou projeto básico. Na redação atual, não há limite máximo para a extrapolação.



Emenda nº 2, do nobre Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA), que altera a redação do art. 1º da Medida Provisória nº 1.059, de 2021, para fixar a data de 31 de dezembro de 2021 como prazo final para a vigência do regime de exceção criado pela Lei nº 14.124, de 2021.

Emenda nº 3, do nobre Deputado Federal Jorge Solla (PT/BA), que sugere o acréscimo de dispositivo - o art. 20-A à Lei nº 14.124, de 2021 - para determinar a reconstrução, renovação ou prorrogação de contratos relativos aos médicos do Projeto Mais Médicos, de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, vencidos no ano de 2021 ou que irão vencer, em razão da ESPIN.

Emenda nº 4, do nobre Senador Humberto Costa (PT/PE), que propõe a supressão do § 3º do art. 2º da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021. Esse dispositivo autoriza a administração pública a contratar fornecedor exclusivo de bem ou serviço, ainda que exista contra ele sanção de impedimento ou de suspensão para celebração de contratos com o poder público.

Ressalte-se que a MPV sob exame está sendo instruída perante o Plenário, em caráter excepcional, por força do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, em vigor enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.

Nesse contexto, passamos a proferir o parecer de Plenário, em substituição à Comissão Mista, no tocante à Medida Provisória nº 1.059, de 2021, e às emendas de comissão a ela apresentadas.

É o relatório.

II - Voto da Relatora

II.1 - Da Admissibilidade

II.1.1 - Do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que lhe segue, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pela necessidade da continuidade das ações de combate à COVID-19, em especial a imunização da população brasileira, da forma mais ampla possível, combinada com a expiração do prazo de vigência dos dispositivos que criaram um regime especial

para a celebração dos contratos públicos relacionados aos bens e serviços respectivos.

#### II.1.2 - Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna, já que trata, tão somente, da prorrogação do prazo de vigência das normas previstas na Lei nº 14.124, de 2021, diante da continuidade das ações relacionadas ao processo de imunização da população brasileira contra a COVID-19.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a Medida Provisória nº 1.059, de 2021, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

#### II.1.3 - Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.059, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

#### II.2 - Do mérito

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, uma vez que as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a COVID-19, previstas na Lei nº 14.124, de 2021, devem ser mantidas para assegurar a garantia de continuidade do processo de imunização de grande parte da população brasileira.

Entre as diversas ações que podem ser adotadas para a contenção da



transmissão de agentes infectocontagiosos entre diferentes hospedeiros, não há dúvida que a indução da resposta imunológica é a mais eficiente, a mais desejada.

No caso da proteção contra o vírus SARS-CoV-2, apesar de os mecanismos imunológicos não conseguirem impedir totalmente a entrada do agente nas células humanas, eles contribuem para o surgimento de um quadro clínico mais leve, com sintomatologia de mais fácil controle e, conseqüentemente, com a redução significativa no número de internações, de casos graves e de óbitos.

Atualmente, mais da metade da população brasileira já possui esquema vacinal completo. As médias móveis de novos casos e de óbitos estão em queda e relativamente sob controle, em um cenário bastante diferente daquele da época em que ocorreu o início da aplicação das vacinas nos grupos de maior vulnerabilidade à doença.

Vale lembrar que nosso País chegou a registrar mais de 4 mil óbitos diários no pior momento da pandemia, com o colapso de sistema de atenção à saúde em diversos Municípios brasileiros.

À medida que a vacinação avançou de modo mais acelerado, esse cenário desolador ficou no passado. Ainda temos muitos óbitos relacionados à COVID-19, bem acima do que seria aceitável, sobretudo se considerarmos que a infecção é prevenível por outras medidas, como o uso de máscaras e adoção de hábitos de higiene das mãos.

Nesse contexto, o ideal é que a vacinação seja realizada de maneira completa, ao menos em um percentual da população que supere 70%, para que a imunidade coletiva, chamada por alguns de 'imunidade de rebanho', seja atingida e assim interrompida a transmissão sustentada do vírus. Espera-se que essa meta, quando atingida, contribua de modo substancial para que o número de casos diagnosticados em mortes por COVID-19 passem a ser ocorrências relativamente raras, contribuindo para o retorno da normalidade, para a retomada das atividades econômicas, do emprego, do crescimento econômico e da vida social de uma forma em geral.

Por tais razões, considero extremamente meritória a prorrogação das medidas previstas na Lei nº 14.124, de 2021, voltadas para a ampliação do acesso aos imunizantes e a aquisição facilitada de outros serviços para o enfrentamento da COVID-19. Trata-se de medida de extrema relevância para a proteção da saúde e de vidas humanas.

Entendo, também, que o mais adequado para este momento é que o regime especial ora em questão perdure pelo período de duração da emergência nacional em saúde pública, na forma reconhecida pelo Ministério da Saúde. Assim, a Emenda nº 2 resta automaticamente

acolhida, já que o prazo de vigência para a norma que sugere está incluído naquele que ora propomos.

Já a Emenda nº 3, de autoria do nobre Deputado Jorge Solla, acrescenta o art. 20-A à Lei nº 14.124, de 2021, para que, durante o ESPIN, os médicos intercambistas do Programa Mais Médicos, cujos contratos tenham vencido ou venham a vencer ao longo do ano de 2021, sejam recontratados ou tenham seus contratos renovados ou prorrogados, independentemente do seu tempo de atuação no programa. A emenda foi por nós acolhida, visto que a atuação desses profissionais tem sido fundamental no controle da pandemia. De fato, em vários locais de maior vulnerabilidade em nosso País, os intercambistas são os únicos profissionais médicos em atuação, acompanhando grande contingente de brasileiros.

Quanto à Emenda nº 4, que propõe a supressão do § 3º do art. 2º da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, entendemos que o seu acolhimento contraria o princípio do interesse público, na medida em que a proteção da saúde pública coletiva pode ficar totalmente comprometida se o único fornecedor do bem ou serviço tiver sido apenas com sanção de impedimento ou de suspensão para a celebração de contratos com o poder público, razão pela qual sugerimos a rejeição de tal emenda.

Diante do exposto, apresentamos projeto de lei de conversão que incorpora as Emendas nºs 2 e 3.

## II. 3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.059, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.059, de 2021, e das Emendas nº 2, 3 e 4 a ela apresentadas perante a Comissão Mista, e pela inconstitucionalidade da Emenda nº 1;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.059, de 2021, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.059, de 2021, e das

Emendas nº 2 e 3, na forma do projeto de lei de conversão;

d.2) pela rejeição da Emenda nº 4."

---

Documento 56/116

---

135.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021-  
CD 14:12

Publ.: DCD - 11/11/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PARECER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer à Emenda de Plenário nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 1.059, de 2021, conforme o § 1º, art. 3º, do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Nobre Presidente Paulo Ganime, foi apresentada uma emenda de Plenário. Vou proferir o parecer a respeito dessa emenda.

"I - Voto da Relatora

Durante a discussão da matéria, foi apresentada uma emenda de Plenário.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Bohn Gass, objetiva acrescentar disposição segundo a qual o pagamento antecipado só poderá acontecer quando representar condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço.

Ademais, tal emenda veda que o pagamento se faça através de terceiros não integrantes na relação contratual, além de suprimir a possibilidade de perda do valor antecipado pela administração.

Da mesma forma, pretende inserir no texto:

a) a vedação de pagamento a terceiros;

b) a proibição de alteração contratual que inclua parte não constante da relação contratual, exceto em casos de alteração da pessoa jurídica em que a contratada original esteja em processo de fusão, cisão, aquisição ou outro tipo de transformação societária que exija a alteração da parte contratada.

Considerando os princípios constitucionais da administração pública, julgamos parcialmente meritória tal emenda, conforme a seguir demonstrado.

Quanto à exigência de o pagamento antecipado só poder acontecer quando representar condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço, julgamos inoportuna, pois do texto do *caput* do art. 12 já consta exatamente o mesmo texto que se pretende inserir.

Acerca da supressão da possibilidade de perda do valor antecipado pela administração, embora louvável tal iniciativa, julgamos inoportuna, na medida em que, especialmente, diante da possibilidade de compras com fornecedores internacionais, tal possibilidade pode se mostrar conveniente à administração pública. Ademais, tal possibilidade ocorre observando os limites legais.

Por fim, julgamos meritória quanto à vedação de pagamento a terceiros, bem como quanto a proibição de alteração contratual que inclua parte não constante da relação contratual, exceto em casos de alteração da pessoa jurídica em que a contratada original esteja em processo de fusão, cisão, aquisição ou outro tipo de transformação societária que exija a alteração da parte contratada, na medida em que ambas reforçam a proteção do interesse público, bem como do patrimônio público.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 1, e, no mérito, pela sua aprovação parcial, com a subemenda substitutiva ao PLV em anexo."

Esse é o nosso parecer a respeito da emenda apresentada em plenário.

Quero agora só destacar a fala do nobre Deputado Dr. Jorge Solla e a da Deputada Erika Kokay. A nossa Comissão de Seguridade Social e Família, que é presidida, Sr. Presidente Paulo Ganime, pelo nobre Deputado Dr. Luizinho, por deliberação unânime dos membros da Comissão presentes naquele momento, encaminhou ao Ministério da Saúde ofício em que solicita a prorrogação do contrato dos médicos intercambistas do Mais Médicos.

Eu e o Deputado Dr. Luizinho - eu, na condição de Relatora da Comissão Externa de Enfrentamento da COVID-19, e ele, na condição de Presidente - tivemos a oportunidade de entregar ao Ministério da Saúde esse documento. Menciono o acolhimento e o diálogo. Quero agradecer ao Governo por ter acolhido a nossa sugestão, o nosso pedido, o nosso trabalho em relação a esta emenda ao texto que



estamos aprovando hoje.

Peço aos pares que aprovelem esta medida provisória, que confere segurança jurídica a todas essas ações contratuais, a todo o trabalho que ainda precisa ser feito para que possamos, a cada dia, minimizar os efeitos desta pandemia, lembrando sempre daqueles que estão na linha de frente, que são os profissionais da área de saúde, os demais profissionais, os gestores nas três esferas de governo, a federal, a estadual e a municipal. Não mediram e não estão medindo esforços para vacinar, a cada dia, mais pessoas, minimizar, a cada dia mais, os efeitos desta pandemia na vida das pessoas, reduzir o número de óbitos, para que possamos, o mais breve possível, conviver sem que precisemos utilizar máscaras, possamos estar muito próximos uns dos outros. É isto que o povo brasileiro quer, é isto que a nossa cultura nos traz de maneira muito forte: o abraçar, o estar junto.

Só com mais vacinas, só com a aprovação desta medida provisória, só com segurança jurídica, os Governos poderão dar continuidade às suas ações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 57/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	14:20
Publ.: DCD - 11/11/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento à Casa pela aprovação da Medida Provisória nº 1.059, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, a respeito das medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e insumos, e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária, e de treinamentos destinados à vacinação contra o coronavírus; e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Paulo, eu, como Relatora da matéria, quero agradecer a toda a equipe de assessoria da Câmara Federal, a todos os nossos servidores. Preciso ressaltar a competência, a dedicação deles e o atendimento que nos prestam, mesmo fora do horário de expediente, mesmo nos sábados e nos domingos. Quero agradecer a todos os servidores da nossa Casa, a todos os nossos

consultores.

Agradeço a cada um dos Deputados e a cada uma das Deputadas que apresentaram emendas.

Eu agradeço ainda ao Governo quanto à construção desse parecer. Só com essa unidade, só com a compreensão de todos é que vamos, sim, fazer com que termine esse período.

Podemos dizer que esta é uma fase mais tranquila, em que temos condições de respirar um pouco mais, devido às reduzidas taxas de ocupação dos leitos de UTI, de internamentos clínicos e de buscas aos centros de triagem.

Espero que possamos, juntos, manter todo o cuidado e continuar agindo para salvar todas as vidas possíveis nesta pandemia, causada pela COVID-19.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sras. e Srs. Deputados.

---

Documento 58/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	14:24
Publ.: DCD - 11/11/2021 - MARCELO MORAES-PTB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Secretário Especial de Cultura, Mario Frias, pela edição de portaria proibitiva da exigência de passaporte sanitário nos eventos patrocinados por meio da Lei Rouanet.

---

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero parabenizar o Secretário Especial da Cultura, Mario Frias, que editou, nesta semana, uma portaria que proíbe a exigência de passaporte sanitário nos eventos patrocinados por meio da Lei Rouanet. Essa medida vem na mesma linha do que fez o Ministro Onyx Lorenzoni, no Ministério do Trabalho, que proibiu a demissão de qualquer funcionário que não apresentar o passaporte sanitário.

Defendo a particularidade do cidadão. Acredito que temos direito de escolha. Parabenizo, portanto, o Governo Bolsonaro, que, de todas as maneiras possíveis, tem tentado garantir a nossa liberdade.

Obrigado.

---

Documento 59/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	14:24
Publ.: DCD - 11/11/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à exigência da apresentação de comprovante de vacinação para acesso a órgãos públicos. Efeitos positivos alcançados pela vacinação contra a Covid-19 no País.

---

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Não quero polemizar em final de sessão, mas gostaria de fazer uma ponderação. Lembro ao colega que me antecedeu que a Câmara dos Deputados fez uma exigência, só permite presença aqui do Parlamentar que comprovar que foi vacinado.

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - É um absurdo.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Quero só lembrar isso. Todos nós Parlamentares tivemos que entregar o nosso comprovante de vacinação. Foi exigido pela direção da Casa. Só queria lembrar isso.

Não quero fazer com que haja agora um grande debate, mas, pelo visto, como vai haver contestação, vou concluir dizendo que precisamos fazer com que fiquem de lado desvarios que politizam esta pandemia. O que conquistamos aqui hoje, com a aprovação desta medida provisória, ou seja, buscar os consensos, é o fundamental. Os resultados da vacinação, positivos, estão sendo comprovados mais do que nunca. Alguém pode negar o que conquistamos com a vacinação até agora? Alguém pode negar, Deputada Carmen, os resultados que a vacinação contra a COVID já alcançou neste País? Não há como! Não há como!

Reitero a minha posição, apoio a decisão desta Casa de cobrar dos Deputados o comprovante de vacinação. Todos os servidores desta Casa também tiveram que apresentar esse comprovante. Acho que precisamos transformar essa medida em algo que tenha validade em todo o País.

Sou profissional de saúde, sou sanitaria. Nós sempre combatemos as pandemias e sempre atuamos para assegurar no Brasil o que

conquistamos em termos de imunização. Temos o maior programa público de vacinação do mundo. Os resultados estão aí. Vamos continuar avançando, mesmo que existam divergências. Elas não estão, felizmente, contaminando a maioria da nossa população para que haja um comportamento antivacina, como acontece nos Estados Unidos e em outros países que não têm sistema público de saúde.

---

Documento 60/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	14:28
Publ.: DCD - 11/11/2021 - OSMAR TERRA-MDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Baixo índice de eficácia da vacina Coronavac. Esclarecimento sobre a diferença entre vacinação e imunização.

---

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu só queria, Sr. Presidente, esclarecer uma questão relevante. O importante numa pandemia é a imunização, não basta só a vacinação. São duas coisas diferentes. A vacina Coronavac, por exemplo, tem 28% de eficácia. Setenta e dois por cento das pessoas vacinadas com Coronavac podem estar sendo vítimas da transmissão do vírus e podem também estar transmitindo-o. Eu não sou contra a vacinação, acho que as pessoas têm que se vacinar, só estou dizendo que vacinação e imunização não são a mesma coisa.

O Presidente Arthur Lira foi sensível a esse argumento. Ele prevê que se considerem não só as pessoas que têm carteira de vacinação, mas também as que têm exames que mostrem que elas têm anticorpos, que estão protegidas, o que é outra coisa. Quem pegou o vírus está protegido por anticorpos, necessariamente não está vacinado. Essa é uma vacina que o próprio vírus faz. E ela é muito mais eficaz, é 13 vezes mais eficaz. O risco de alguém pegar COVID depois que tomou a vacina é muito maior do que o de quem já pegou o vírus e conseguiu que fosse feita essa espécie de vacina.

Vou apresentar um dado, Sr. Presidente, do OpenDATASUS. Eu também sou gestor, fui gestor de saúde, conheço o assunto. O OpenDATASUS está mostrando que, entre julho e setembro, 76 mil pessoas totalmente vacinadas foram internadas com COVID - para ser internada, a pessoa tem que ter desenvolvido forma grave da doença -, e 19.600 morreram em UTI, também totalmente vacinadas. O Tarcísio

Meira foi um exemplo disso aí.

Então, só o papelzinho não é garantia de nada. A pessoa precisa ter imunidade. E imunidade não é só a da vacina. O exame pode mostrar que a pessoa está imune.

---

Documento 61/116

---

135.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/11/2021- CD	14:28
Publ.: DCD - 11/11/2021 - MARCELO MORAES-PTB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à exigência de passaporte sanitário para acesso dos Parlamentares às dependências da Câmara dos Deputados.

---

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sem criar polêmica, respondo de maneira muito respeitosa ao colega que defende o passaporte sanitário. Quero dizer que defendo que se faça a vacina, mas existe uma distância muito grande em defender que as pessoas sejam vacinadas e causar uma discriminação muito grande contra cidadãos brasileiros. Acredito que não podemos discriminar aquele que se vacinou daquele que não se vacinou.

E mais: quem vai definir se eu entro na Câmara dos Deputados ou não são 70 mil eleitores lá do Rio Grande do Sul, não é meia dúzia de Deputados que querem nos tirar a liberdade, o direito de ir e vir.

Obrigado pela oportunidade. Penso que contribuí um pouquinho com os amigos.

---

Documento 62/116

---

25.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/11/2021- CD	14:16
Publ.: DCN - 18/11/2021 - 11 AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CONGRESSO NACIONAL	ABERTURA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à votação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de nºs 10, 11, 17,



18, 23, 24, 26, 31, 33, 34 e 35, de 2021, constantes na pauta. Apelo aos Parlamentares de celebração de acordo para votação e rejeição do Veto Parcial nº 59, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, acerca da instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e do Veto Parcial nº 46, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, do Senado Federal, (nº 2.462, de 1991, na Câmara dos Deputados), relativo à inserção do Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), referente aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; à revogação da Lei nº 7.170, de 1983, (Lei de Segurança Nacional), bem como de dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941, (Lei das Contravenções Penais). Defesa do pagamento de bolsas de estudo aos alunos inscritos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Quero saudar V.Exa., Senador Romário, que está na Presidência. Saúdo os Parlamentares que me antecederam e o Líder do Governo, o Deputado Claudio Cajado.

Quero dizer, Presidente Senador Romário, que o Líder da Oposição no Congresso, o Deputado Arlindo Chinaglia, a quem eu saúdo, está no exterior. Eu sou o Vice-Líder e estou, neste pronunciamento, usando o tempo para tentar ajudar na pauta.

De fato, nós não temos objeções, Líder Claudio Cajado, à pauta dos PLNs. Entretanto, há um conjunto de vetos que são, também, de derrubada consensual, e é muito ruim que não haja nenhum deles na pauta de hoje. Eu posso citar, por exemplo, o da pobreza menstrual. Posso citar, também, o da Lei Assis Carvalho. Não vou me estender citando outros vetos que podem ser derrubados, como o da Lei de Segurança Nacional. Todos estes projetos passaram por consenso na Câmara e alguns deles, por consenso, no Senado.

Esta é uma sessão em que, a despeito da unidade do acordo entre nós em relação ao PLN - quero saudar pela luta as professoras, os professores, os estudantes -, há um atraso no PIBID, e nós temos que pagar as bolsas. Portanto, nós precisamos derrubar alguns vetos hoje. A sessão do Congresso não será sustentada se houver algum pedido de verificação.

Por isso, Presidente Romário, Líder Cajado, apelo para que tenhamos algum tempo para chegarmos a um acordo para a derrubada consensual também de alguns desses inúmeros vetos que estão fora



da pauta.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 63/116

---

25.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/11/2021- CD	14:56
Publ.: DCN - 18/11/2021 - 19	- ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Líder do Governo, Deputado Cláudio Cajado, pela votação dos projetos de lei do Congresso Nacional constantes na pauta. Existência de unanimidade em torno dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de nºs 31 e 17, de 2021, respectivamente, sobre a abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito e de diversos órgãos do Poder Executivo, de crédito suplementar no valor de R\$ 859.592.565,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente; e sobre a abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito e de diversos órgãos do Poder Executivo, de crédito suplementar no valor de R\$ 4.113.646.125,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Construção de acordo para a votação de vetos presidenciais, especialmente do Veto Parcial nº 59, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, acerca da instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; do Veto Parcial nº 46, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, do Senado Federal, (nº 2.462, de 1991, na Câmara dos Deputados), relativo à inserção do Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), referente aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; à revogação da Lei nº 7.170, de 1983, (Lei de Segurança Nacional), bem como de dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941, (Lei das Contravenções Penais); e do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Ao cumprimentar o Presidente da sessão, o Senador Romário, cumprimento todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, e dar continuidade ao que o Líder Afonso Florence acabou de externar.

Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Afonso Florence, que, a meu

pedido, vem conduzindo esse trabalho, visto que estou em missão oficial no exterior. Também quero cumprimentar o Líder Cajado, em face da votação dos PLNs. Eu diria que nós temos algumas unanimidades, como por exemplo, o PLN 17 e o PLN 31, que tratam tanto do PIBID quanto do CNPq recursos. Então, a Comissão de Orçamento se empenhou, produziu o acordo, e quero destacar o papel da Oposição.

Segundo, nós temos alguns vetos, e eu vou citar três. Um deles diz respeito à Lei de Segurança Nacional; outro, àquilo que foi, digamos, apelidado, no sentido de dar conhecimento, como tema referente à Lei Assis Carvalho; e outro referente ao projeto de lei aprovado, de autoria da Deputada Marília Arraes, que procura ofertar absorventes higiênicos a meninas pobres, nas escolas, no trabalho. Eu faço o destaque desses três, mas não são somente esses três.

Portanto, eu creio que, daqui até a próxima quinta-feira, tanto com o Líder Cajado como com o Líder Eduardo Gomes e com os Líderes da Oposição, devemos fazer uma reunião preparatória - mais de uma - para tentarmos construir definitivamente esse acordo que hoje foi mais do que desenhado, foi firmado.

Meus cumprimentos a todos aqueles que trabalharam para esse momento aqui do Congresso Nacional.

---

Documento 64/116

25.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/11/2021- CD	15:20
Publ.: DCN - 18/11/2021 - 25	DANILO FORTE-PSDB -CE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância de aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2021, relativo à atualização do Plano Plurianual da União de 2020-2023, com vista à inclusão do novo Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 2021.

---

**O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, num momento de tanta angústia, de tanta dor e de tantas famílias sofridas por esta pandemia, que retirou do nosso convívio mais de 600 mil brasileiros e brasileiras, tanta gente desempregada, desiludida, desencantada, desamparada, tanta gente pelas ruas



morando debaixo de pontes, viadutos, à sombra das árvores, tantos pedintes nas esquinas, nos sinais, nas filas dos ônibus, tanto desespero em mães perdendo os filhos e filhas para o tráfico de drogas, para a violência, e agora nos chega uma oportunidade.

Quero agradecer muito à Senadora Rose de Freitas, que me deu a incumbência de, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, relatar uma matéria tão importante, tão necessária e tão oportuna num momento de dor e sofrimento, relatar os recursos para o Auxílio Brasil, para tirar da miséria, da aflição 17 milhões de brasileiros que hoje não têm de quem se socorrer, que não têm com quem buscar um prato de comida, uma alimentação para si, para os seus filhos, para as suas famílias.

É triste e deplorável viver num país em que somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, uma das 10 maiores economias do mundo, e nos depararmos com tanta tristeza e aflição nas ruas das cidades pelo Brasil inteiro.

Num momento como este, a construção desse consenso em todos os partidos, sejam de Oposição, sejam de Governo, sejam independentes, que se irmanaram diante de um acordo para fazer esta votação, tem uma simbologia muito forte, Senador Romário, que nos preside neste momento. V.Exa. viu o que é dor e o que é tristeza, e eu também vi muito isso no interior do meu Nordeste. E hoje estamos aqui tendo uma oportunidade de cravar na nossa história, no nosso legado, um momento de salvação, de redenção, um momento de alívio para as famílias brasileiras que hoje passam fome e necessidade.

É necessário ser fraterno. É necessário ser cristão. É necessário sermos irmãos de todos os brasileiros, que são tão brasileiros quanto nós: estamos na mesma Pátria, na mesma nação, torcemos pelo mesmo time, pela mesma Seleção. Não podemos ser discriminados muitas vezes pela falta de oportunidade, por termos nascido numa região mais pobre, mais desprotegida, ou numa família menos abastada. Todos nós temos um sentimento de dor e de solidariedade.

Esse auxílio vem mais do que em boa hora. Aliás, já vem atrasado, porque já poderíamos estar com essa solução e essa equação resolvidas desde o ano passado.

Em 2019, apresentei, no Plenário da Câmara dos Deputados, o PLN 241, que já naquela época previa a busca de orçamento, a busca inclusive de receita para abastecer e dar continuidade a uma política pública de longo prazo, a um programa de renda mínima, que é tão necessário neste País. Não é de hoje esta discussão. O Senador Eduardo Suplicy há 30 anos diz que o Brasil precisa de um programa de renda mínima. E todos nós estamos vendo a cada dia o contingente

de excluídos sociais aumentar, exatamente pelo avanço da tecnologia, pela busca da qualificação na geração de emprego e da falta de oportunidade exatamente para aqueles menos afortunados.

Nós não podemos viver num país com tantas contradições.

Agora esta oportunidade que me foi dada é uma oportunidade de compartilhar com todos os colegas, Deputados e Senadores, que é na política, é no diálogo, é no consenso que nós vamos encontrar soluções para o Brasil. O que está sendo feito aqui hoje é exatamente isso.

Eu fico muito feliz, Senador Romário, por ter a oportunidade de, nesta votação, ofertar ao Brasil uma solução para uma das suas piores chagas, uma das suas piores aflições, que é o combate à pobreza, a pobreza que persiste em continuar reinando no nosso País e que precisa ser extirpada do nosso dia a dia. E os programas de renda mínima continuados poderão dar a essas famílias uma oportunidade de ter uma vida com dignidade.

Muito obrigado.

---

Documento 65/116

---

136.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/11/2021-15:16
Publ.: DCD 17/11/2021 -	- CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio a interferência ideológica do Presidente Jair Bolsonaro no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Confiança do povo brasileiro no Sistema Único de Saúde - SUS e na vacinação contra a Covid-19. Caráter eleitoreiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -**  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os Srs. e Sras. Parlamentares que acompanham esta sessão e dizer que o Brasil tomou conhecimento, no último domingo, através de matéria longa e detalhada do *Fantástico*, programa da Rede Globo, das interferências inaceitáveis e intoleráveis do Governo Jair Bolsonaro na confecção do Exame Nacional do Ensino

Médio a que todos os anos milhões de estudantes do Brasil inteiro se submetem para poder ter acesso ao ensino superior público e gratuito. O exame ainda é utilizado por faculdades particulares, universidades privadas, e até em Portugal. O Presidente declarou que, a partir de agora, parece até que para provar que a matéria era verdadeira, o ENEM, Deputada Lídice da Mata, terá a cara do Governo. E essa é uma preocupação muito grande, porque qual é a cara desse Governo? É um Governo cujo Presidente não se vacinou e que faz questão de dizer que não se vacinou. No entanto, o nosso País ultrapassou os Estados Unidos, que tiveram acesso à vacina primeiramente, em número percentual de imunizados.

Isso não aconteceu graças a este Governo, isso aconteceu graças ao Sistema Único de Saúde. Eu tive oportunidade de ler matéria no jornal *The New York Times* desta semana celebrando esta fé que os brasileiros têm no seu sistema de saúde e também na vacinação. O jornal dizia da alegria do brasileiro de ser imunizado, batendo foto e inundando as redes sociais com as seguintes frases: "*Viva o SUS! Fora, Bolsonaro!*". É esse o Brasil que o Presidente Jair Bolsonaro vai ver representado no Exame Nacional do Ensino Médio.

O Presidente também declarou que não vai vincular a vacinação ao Auxílio Brasil; ou seja, ele faz questão de confirmar que o Auxílio Brasil é como está sendo denunciado pela Oposição, um programa eleitoral, que não tem o objetivo de reduzir a pobreza, reduzir as desigualdades, garantir a educação das crianças e a saúde das famílias brasileiras. O próprio Presidente declarou.

Então, eu quero dizer que apoio todas as medidas de convocação do Presidente do INEP e demissão daqueles que interferem numa política pública consolidada, Sr. Presidente! O ENEM é uma política de credibilidade, na qual a juventude confia. No entanto, os jovens brasileiros estão inseguros. Além de terem que se dirigir para fazer provas que podem definir seu futuro, agora eles têm que se preocupar com o que podem ou não escrever, porque podem ser ideologicamente punidos. Este Governo é um governo que faz questão de provar, por si mesmo, que é de destruição.

Peço, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 66/116

136.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 16/11/2021-15:52

Publ.: DCD  
17/11/2021 -

FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES



### *Sumário*

Elevado índice de inadimplência dos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.133, de 2021, oriundo do Senado Federal, sobre a alteração da Lei nº 10.260, de 2001, com vista à prorrogação do período de suspensão do pagamento de obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

**O SR. FLÁVIO NOGUEIRA** (PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, encontra-se em trâmite nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.133, de 2021, de autoria do nobre Senador Jayme Campos. Eu sou o Relator desse projeto, que estabelece a prorrogação do período de suspensão de pagamento das parcelas do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil por 1 ano, a partir de janeiro de 2021, e tramita sob o regime prioritário de apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é preciso dizer o grande papel social que tem hoje o FIES neste País. Ele oferece financiamento para o custeio do ensino em escolas particulares para estudantes de baixa renda, possibilitando a democratização do acesso à educação superior.

Porém, os jovens que conseguiram o privilégio de estudar com o apoio do FIES foram devastados pelas consequências da pandemia que assola o País, de maneira tal que vivem uma situação dramática aqueles beneficiários vítimas dos reflexos da COVID-19, que redundaram em adoecimento, fechamentos de empresas, perdas de emprego. Esses jovens não tiveram outra saída que não fosse o inadimplemento das parcelas devidas ao FIES.

Desse modo, urge ao Parlamento brasileiro amenizar a situação em que se encontram muitos dos beneficiários em inadimplência com o fundo financiador dos seus estudos. É preciso uma solução justa e equilibrada para a amortização das dívidas dos recém-formados para com o FIES.

Então, como Relator desse projeto de lei, eu proponho a prorrogação do período de suspensão do pagamento das obrigações relativas ao fundo de financiamento a partir da data de sua publicação, tanto para os adimplentes como também para os que se encontram inadimplentes.

Sr. Presidente, por três vezes esse projeto chegou a este plenário e não foi votado. Por isso, peço mais urgência, mais atenção, para



resolvermos esse problema. Inúmeros estudantes estão esperando a votação desse projeto de lei, repito, oriundo do Senado Federal, de autoria do Senador Jayme Campos e, Deputado Átila Lira, de relatoria minha. Vamos todos fazer uma campanha para que tenhamos, o mais rápido possível, esse projeto aprovado pela Câmara Federal.

Eu peço que este meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 67/116

---

136.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021- CD 18:04	
Publ.: DCD - 17/11/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### *Sumário*

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência, e às Emendas de nºs 1 a 275, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, que está no exercício da presidência dos trabalhos, Deputado André de Paula, obrigado por me conceder a palavra neste momento. Coube a mim ser o Relator da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, que cria o Ministério do Trabalho e Previdência, Ministério que foi criado pelo ex-Presidente da República Getúlio Vargas e que jamais deveria ter sido extinto por qualquer governo que preza pelos trabalhadores e também pelos empresários.

Eu tenho falado que não há trabalhadores sem empresários, e também não há empresários sem trabalhadores, e está aí o grande pacto que temos que ter entre empresários e trabalhadores, sabendo que o empresário é a galinha dos ovos de ouro. Por isso, a nossa proteção para aquele empresário que tem a coragem de abrir a sua porta, empreender, fazer este Brasil crescer, gerar renda e pagar impostos para o Governo, impostos que nem sempre são aproveitados. Sabemos que todos os governos, nas suas incompetências, deixam de aplicar bem o dinheiro dos pagadores de impostos do nosso País.

Sr. Presidente André de Paula, como Relator dessa medida provisória para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, eu quero falar para

os Srs. Parlamentares e para quem necessita da previdência, para quem precisa do INSS no Brasil. É uma vergonha que o Ministro Paulo Guedes tenha acabado com o INSS no Brasil. Eu vou citar vários exemplos.

Deputado Dr. Zacharias, Deputada Dra. Soraya Manato, eu fui procurado por uma senhora que tinha uma filha de 2 anos de idade. Ela entrou com o pedido de auxílio-maternidade, a criança já tinha 2 anos, e ela ainda não tinha recebido o auxílio.

Fui procurado também por centenas e centenas de trabalhadores. Quando acontece um acidente, o auxílio-doença também leva 6 meses, até 1 ano e meio, nesse novo INSS do Ministro Paulo Guedes. Não há gente para trabalhar no INSS! É lamentável! E com a pandemia ficou pior ainda.

E eles não querem voltar ao trabalho, o que é mais grave! Servidor público tem que voltar para o trabalho, seja ele do Governo Federal, dos Governos estaduais, Governos municipais. Já estão todos vacinados. Para os não vacinados, esses sim, tem que haver o *lockdown* para eles. Aquele que não se vacinou não merece estar no meio de nós, no meio da sociedade, porque ficou comprovado que a vacina salva vidas, sim.

A prova disso, Srs. Parlamentares, é que o Ministério da Saúde do Brasil - e eu quero parabenizar o Ministro Marcelo Queiroga - antecipou já a terceira dose da vacina, que era de 6 meses, para 5 meses.

Eu também recebi uma notícia, e a compartilhei, do Primeiro-Ministro da Áustria, um país desenvolvido. Mas ainda há uma parcela da sociedade na Europa, nos Estados Unidos, na Itália, que não quer se vacinar. Ele baixou um decreto lá, em que o *lockdown* será para quem não vacinar. E ele está correto.

Deveria ter isso no Brasil. O Presidente da República é contrário, mas eu sou amplamente favorável ao passaporte da vacina.

Como eu posso, você pode, nós podemos conviver com quem não quer se vacinar, sabendo que essa vacina está salvando a vida de milhões e milhões de brasileiros?

Digo ao Deputado Dr. Zacharias Calil, que é médico e uma referência nossa, não só no Estado de Goiás, mas no Brasil e no mundo, que a vacina contra o sarampo não tem 100% de eficácia. Ela tem 50% de eficácia, e nós tomamos a vacina, nós vacinamos as crianças. Então, e essa vacina que têm eficácia de 91%?

Aqui eu quero render as minhas homenagens a todos os cientistas do

nosso País e também as minhas homenagens a todos os médicos, claro, aqueles que acreditam realmente na ciência, não os negacionistas, aqueles que negam a doença, aqueles que passam medicamentos que não são recomendáveis pela ciência. Deixo registrado o meu apoio à ciência.

Sempre apoio e apoiarei a ciência, a tecnologia e a inovação, que vêm para melhorar a vida da nossa população no planeta.

Sr. Presidente, eu estou aqui relatando esta Medida Provisória nº 1.058, de 2021, que altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência e dar outras providências.

Está aqui o meu relatório, o qual darei como lido. Vou agora para a conclusão do meu voto, Srs. Parlamentares.

#### "II.3 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.058, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 1, 4, 30, 40, 42, 44, 53, 64, 67, 80, 82, 92, 103, 106, 116, 134, 149, 155, 164, 176, 183, 185, 190, 199, 211, 222, 226, 236, 249, 272 e 273, que consideramos inconstitucionais" - quero ressaltar, mais uma vez, que as consideramos inconstitucionais - "por ofensa ao decidido pelo STF na ADI nº 5.127/DF (vedação à inserção de matéria estranha nas medidas provisórias);

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da maioria das Emendas, ressalvadas as Emendas nºs 5, 6, 7, 8, 9, 11, 17, 20, 27, 33, 37, 46, 50, 60, 62, 69, 78, 85, 89, 94, 98, 109, 113, 119, 123, 126, 128, 132, 137, 141, 146, 151, 158, 162, 166, 170, 173, 179, 187, 191, 193, 196, 202, 204, 208, 215, 219, 229, 233, 237, 244, 247, 248, 254, 260, 265 e 269, que violam o art. 63, I, da Constituição Federal de 1988 (geram aumento de despesas), Srs. Deputados.

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, e das

Emendas n<sup>os</sup> 3, 12, 14, 25, 29, 34, 35, 39, 47, 48, 52, 55, 56, 59, 61, 63, 65, 70, 71, 73, 74, 83, 87, 88, 96, 97, 100, 102, 107, 111, 112, 117, 121, 122, 129, 130, 135, 139, 140, 143, 144, 148, 152, 153, 156, 160, 161, 168, 171, 172, 177, 182, 188, 194, 198, 201, 205, 206, 210, 216, 217, 221, 227, 231, 232, 239, 242, 243, 250, 252, 255, 261, 262, 264 e 274, acolhidas parcialmente ou integralmente, com o projeto de lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas."

Sr. Presidente, este é o nosso relatório da medida provisória que recria o Ministério do Trabalho e Previdência. Nós estudamos o relatório. Pegamos a relatoria na semana antepassada, fizemos vários estudos, conversamos com vários Parlamentares e setores do Governo, para apresentar este relatório. Eu queria que fosse o relatório mais perfeito de todos os relatórios desta Casa, mas não sou o dono da verdade. Procurei expressar o que eu acho que é melhor para o nosso País.

Tenho falado neste Parlamento que não faço parte da bancada do Governo. O nosso partido já tem um pré-candidato ao Governo, à Presidência da República, o ex-juiz e ex-Ministro Sergio Moro. Mas eu procuro votar e trabalhar neste Parlamento pensando em melhorar o nosso País. Foi lamentável quando o Governo acabou com o Ministério do Trabalho e da Previdência. Hoje há um verdadeiro sacrilégio e sacrifício para quem precisa do INSS no nosso País.

Sr. Presidente, concluindo minha fala nesta tarde, no Parlamento brasileiro, depois de ter apresentado a conclusão do nosso relatório, juntamente com a minha assessoria e a assessoria da Casa, entendo que fiz o melhor. Agora, o Plenário é soberano para concordar, discordar ou apresentar também emendas ao nosso relatório.

Agradeço a paciência dos Srs. Parlamentares e da Presidência desta sessão, presidida pelo nosso Deputado André de Paula. Muito obrigado aos Srs. Parlamentares.

Este é o nosso relatório.

---

Documento 68/116

---

136.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021-  
CD 19:08

Publ.: DCD - 17/11/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

*Sumário*

Pedido à Casa de votação e aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estava na pauta de hoje e deve estar também na de amanhã o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, de nossa autoria, acoplando vários projetos de lei, mais de 40 projetos de lei que defendem os interesses - estão aqui o Deputado Bira e a Deputada Erika, que também têm projetos - e direitos para os entregadores de aplicativos. Esse projeto já deveria ter sido aprovado nesta Casa há muito tempo, porque ele é feito para responder à pandemia, mas nós não tivemos condição de fazer um debate mais amplo. Nós temos 1 milhão e 500 mil ou 2 milhões de pessoas nesse trabalho hoje. O Relator é o Deputado Fábio Trad, que fez consultas com todos os partidos, com as empresas de aplicativo, com o Governo, etc. e produziu um relatório que é uma síntese perfeita. E nós estamos aqui para votar. Ele está em regime de urgência desde dezembro do ano passado, e neste momento entrou na pauta, graças a um acordo com o Presidente Lira, mas hoje nós recebemos uma série de questões do Governo, que quer retirar do projeto aquilo que já estava pronto.

Na verdade, o projeto trata de garantir minimamente seguro contra a COVID, seguro contra acidentes, equipamentos, álcool em gel, condições mínimas de trabalho, informações sanitárias. Busca também garantir que haverá um atendimento perfeito, o uso menor de pagamentos que precisem ter contato físico. Tudo isso está dentro do projeto. Trata da questão dos cancelamentos, principalmente, porque os entregadores são cancelados sem aviso nenhum. E eu queria dizer que recebi do Governo uma mensagem - o Deputado Trad, particularmente - dizendo que quer excluir do projeto todo o seguro e também o fornecimento de alimento, de água potável, o uso de banheiros das empresas. E na questão do cancelamento também não quer mais, nem a multa, que é a forma de garantir que a lei será cumprida.

Então, o que está acontecendo aqui? É uma pressão que eu acho que não tem sentido.

Acho que esta Casa terá sensibilidade para o debate, a fim de evitar que se excluam as condições mínimas para que seja aplicado um projeto, porque a pandemia se estende. Não é verdade que a pandemia acabou. Estamos com 270, com 300 mortes por dia. Nós

normalizamos a morte de dois Boeing por dia de cidadãos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (André de Paula. PSD - PE) - Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Concluirei, Presidente.

Eu quero solicitar sensibilidade aos Líderes, aos Parlamentares e às Parlamentares desta Casa, para que aproveamos definitivamente esse projeto, conforme o relatório original do Deputado Fábio Trad, que fez um excelente trabalho, costurando com todo o mundo, com os autores também, que estiveram conosco aqui.

Peço, então, a votação desta matéria.

---

Documento 69/116

---

136.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021- CD 20:00
Publ.: DCD - 17/11/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Criação do Ministério do Trabalho e Previdência. Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 3 à Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência, apresentadas conforme o § 1º, art. 3º, do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente André de Paula, Sras. e Srs. Deputados, imprensa brasileira, analiso a fala de alguns Parlamentares e respeito a fala de cada um deles.

Posso não concordar, mas eu respeito. É um direito de cada Parlamentar, assim como de cada cidadão, expor as suas ideias, o seu pensamento no Parlamento, independentemente de ser do Governo, da Oposição ou de não ser do Governo nem da Oposição. Este é o Parlamento, que tem a cara do Brasil.

Sr. Presidente, ideologicamente, entendo eu que ninguém tem nada contra a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência. No entanto, politicamente, podem algum Parlamentar ou alguma bancada ser contrários à recriação. O erro foi do Governo, ao ter extinguido o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência e ter criado um



superministério para um Ministro incompetente, o Paulo Guedes. Esse é incompetente e já deveria ter pegado o boné e ido embora há muito tempo, porque não dialoga com o Congresso Nacional, não vem para esta Casa debater as reformas que precisam ser discutidas e votadas. É preciso repensar o Brasil na pandemia, no pós-pandemia, repensar a nossa economia, dar àquele cidadão ou empresário que quebrou a oportunidade de voltar novamente para o mercado e zerar as suas dívidas. Como o Governo pode cobrar dívidas de quem está quebrado em decorrência de uma guerra chamada pandemia?

É esse o debate que nós queremos ter neste Parlamento, um debate saudável, com o Ministro Paulo Guedes, que terá de comparecer a esta Casa. O que adianta o Governo deixar aquele empresário que não teve culpa... Aí vem alguém e diz: "*Olhe, fique em casa*". Naquele momento, ninguém sabia o que estava acontecendo. Nenhum país do planeta tinha a receita de qual era a melhor saída. Está comprovado que, ficando ou não em casa, quem usou máscara, quem usou álcool em gel e não fez festa ou farra se livrou desse vírus.

Em relação à criação do Ministério do Trabalho e Previdência - e eu disse, anteriormente, que o Ministério do Trabalho foi criado pelo ex-Presidente da República Getúlio Vargas, num momento importante da história político-administrativa do Brasil -, trata-se de duas Pastas que nós temos a necessidade de ter aqui na Esplanada dos Ministérios. Precisamos do Ministério do Trabalho porque a relação entre patrão e trabalhador é muito sensível. É preciso que o Governo esteja atento para que o trabalhador não seja explorado, para que o trabalhador não ache que tenha que matar a galinha dos ovos de ouro.

Na minha vida pública, eu sempre defendi que os governos precisam ter as suas políticas de abertura de empresas para a geração de empregos, principalmente agora. Deputada Dra. Soraya Manato, neste momento, nós estamos passando de 14 milhões de desempregados no Brasil. Nós temos emprego no Brasil. Basta ir ao campo, a várias cidades do interior do Brasil, para se constatar que há emprego. O que não há é qualificação.

Então, o Governo deveria ter um programa urgente, forte, para chamar os 14 milhões de desempregados - e o Governo sabe localizá-los - e dizer-lhes: "*Temos milhares, milhões de empregos no campo para o homem e para a mulher; temos empregos na construção civil e na área de informática*". E o Governo deveria qualificar esse trabalhador. Isso seria melhor do que o Governo pagar auxílio emergencial. O próprio nome do auxílio já revela que ele é emergencial. E ele é também eleitoreiro, porque tem limite de duração: irá até o dia 31 de dezembro de 2022. A partir dessa data, ninguém sabe mais se vai receber o auxílio, se esta Casa irá criar um novo Bolsa Família, Bolsa Brasil, Bolsa Esperança. A melhor bolsa que existe hoje no Brasil é a

esperança. Esperamos que o Brasil melhore. Esse é o desejo de todo o Congresso Nacional e de toda a sociedade.

Portanto, eu fico muito à vontade para relatar esta matéria e proferir parecer às emendas de Plenário à Medida Provisória nº 1.058, de 2021.

O autor é o Poder Executivo, e o Relator sou eu, Deputado José Nelto.

"I. Voto do Relator.

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas três emendas de Plenário.

A Emenda de Plenário nº 1 não obteve o apoio mínimo necessário e, por isso, não nos manifestaremos sobre ela neste parecer."

Ela não obteve o apoio mínimo, não recebeu o número de assinaturas necessário para que eu pudesse sobre ela me manifestar no parecer. Por isso, a emenda está fora do meu voto.

"A Emenda de Plenário nº 2 objetiva inserir nas competências do Ministério do Trabalho e Previdência matérias como, por exemplo, política de erradicação do trabalho infantil e do trabalho análogo ao de escravo (...)."

É claro que nós jamais aceitaremos trabalho infantil. Não é justo colocar uma criança para trabalhar tão cedo, obrigando-a a deixar de ir à escola. Então, o Governo tem a obrigação - e, quando falo em governo, refiro-me a todos os governos - de garantir escola, boa alimentação, uniforme, segurança e bons professores, para que tenhamos uma educação de primeiro mundo. Esse é o desejo que eu tenho e é o desejo dos Srs. Parlamentares.

Quero dizer que o Governo tem que se preocupar, sim, com a educação. A educação infantil ajuda na construção do caráter desses jovens, desses futuros adultos do nosso País. Não apoiamos, não aceitamos o trabalho escravo, que é crime hediondo.

Outros temas que essa emenda objetiva inserir são: "elaboração de estudos e pesquisas para acompanhamento das relações de trabalho e suas implicações socioeconômicas, com manutenção de bancos de dados e elaboração estatística; cooperativismo, associativismo urbano e economia solidária. Não iremos acatá-la pois entendemos que os temas contidos na emenda já estão contemplados" - é bom deixar isto bem claro para este Plenário, para o Congresso Nacional brasileiro e para todo o povo do Brasil, para o povo brasileiro - "nas competências



dos demais Ministérios. Com isso, evitamos a sobreposição de competências entre as Pastas.

A Emenda de Plenário nº 3 tem o objetivo de regularizar a situação dos servidores lotados no antigo Conselho de Recursos do Seguro Social, que passou a ser vinculado ao novo Ministério do Trabalho e Previdência, de modo que os servidores que lá atuavam em dezembro de 2018 também tenham a sua lotação definida naquela Pasta, seguindo, assim, a mesma diretriz estabelecida para as demais unidades. Entendemos meritória e acolhemos a Emenda de Plenário nº 3" - essa emenda este Relator acolheu.

"Ante o exposto, no âmbito da Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e não implicação sobre as despesas ou receitas públicas de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 3, com a subemenda substitutiva ao PLV em anexo, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental."

Sr. Presidente, trata-se do Ministério que vai cuidar do trabalho, do Ministério que vai cuidar da Previdência. A nossa população, a cada dia que passa, está ficando mais idosa. Já estamos partindo para a quarta idade, porque a qualidade de vida tem melhorado muito no Brasil. É claro que agora nós vivemos um momento de muita dificuldade. Estamos perdendo qualidade de vida por causa desta pandemia. A expectativa de vida, que era de 72 anos ou 73 anos, pode cair neste momento até voltarmos à normalidade, que é o desejo de todo Parlamentar e de todo brasileiro. Nós temos que ter a Previdência como Ministério para cuidar do dia a dia dos aposentados e de quem irá se aposentar, garantindo-lhes o pagamento em dia.

Nós temos que ter o maior cuidado é com o INSS. Esse, sim, presta o pior serviço à Nação brasileira. As pessoas passam por um verdadeiro sofrimento, em filas e mais filas, na esperança do auxílio-doença, do auxílio-maternidade ou mesmo do seu direito de se aposentar.

Então, não vejo politicagem do Governo na criação dessa Pasta. Errou o Governo quando extinguiu o Ministério do Trabalho e criou o Superministério da Economia. Na verdade, o Ministro Paulo Guedes já perdeu quase toda a sua equipe, pela sua incompetência. A equipe, em debandada, vai toda embora - e eram bons técnicos -, deixando o nosso Ministro da Economia numa situação vexatória perante este Parlamento e perante a Nação brasileira.

O Ministro disse que, quando ia ao supermercado, era ovacionado. Eu gostaria de aproveitar este momento para convidar o Ministro Paulo Guedes para visitar um supermercado sem máscara, sem óculos

escuros e sem boné, para, assim, ele ser reconhecido e ver se será ovacionado ou xingado, porque o preço do arroz, do feijão, do óleo de soja, enfim, o preço dos alimentos tem subido muito no País. Eu gostaria também de pedir ao Ministro que fosse a um posto de gasolina aqui na Capital, Brasília, ou no Acre, ou em qualquer parte do Brasil, também sem máscara, sem boné, sem óculos escuros, e dissesse "*Eu sou Paulo Guedes, o Ministro da Economia do Brasil*", para ver como seria recebido.

Mas tudo bem, Sr. Presidente. Nós apresentamos nosso relatório, cumprimos o nosso dever, cumprimos a nossa obrigação na recriação do Ministério do Trabalho e Previdência.

É esse, Sr. Presidente André de Paula, o nosso parecer às emendas que foram apresentadas em plenário.

Termino a minha fala, Sr. Presidente, pedindo o voto favorável ao nosso relatório.

Muito obrigado.

---

Documento 70/116

---

136.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021- CD	20:20
Publ.: DCD - 17/11/2021 - DELEGADO ÉDER MAURO-PSD -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Parcialidade da CPI da Covid, instituída pelo Senado Federal. Morosidade na deliberação, pela Procuradoria-Geral da República, a respeito de processos instaurados contra o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, por prática de corrupção.

---

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar este minuto, hoje, para dizer que todos nós vimos a palhaçada que foi feita na CPI do Senado, certamente direcionada a um único homem: o Presidente Bolsonaro.

Agora quero chamar a atenção de todos. O povo do Estado do Pará quer saber por que os processos envolvendo o Governador Helder Barbalho - o processo dos respiradores, de 51 milhões, e o processo das OS, de 1 bilhão e 300 milhões - até hoje, há mais de 1 ano,

encontram-se na PGR. Nós paraenses, assim como todo o povo brasileiro, queremos acreditar na seriedade da instituição Ministério Público. Queremos saber por que esses processos se encontram na PGR há mais de 1 ano e não são devolvidos ao Ministro Falcão.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 71/116

---

138.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 17/11/2021-16:28	
Publ.: DCD 18/11/2021 -	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, acerca da prestação de auxílio financeiro emergencial pela União às Santas Casas de Misericórdia e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, participantes de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS no combate à Covid-19.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobre Deputado André de Paula, Sras. e Srs. Deputados, este requerimento de urgência pretende, na sequência, a aprovação dos recursos com os quais pretendemos fazer frente à necessidade emergencial dos nossos hospitais filantrópicos, as nossas conhecidas Santas Casas.

A partir de um diálogo construído com o Governo há vários meses, inclusive de uma reunião com o próprio Presidente da República, na qual estava o nosso Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas, o nobre Deputado Antonio Brito, todas as entidades representativas dos hospitais filantrópicos - são 17 as instituições da nossa federação e 1.819 hospitais no nosso País -, foi solicitado um auxílio emergencial para esses hospitais, que foram a grande porta de entrada para o atendimento dos pacientes com COVID, seja nas enfermarias, seja nas UTIs. Esses hospitais se reinventaram e se colocaram à disposição para atender a população brasileira na demanda da pandemia da COVID-19. Esses hospitais precisam deste texto, do texto aprovado no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 1.417, do nobre Senador Luis Carlos Heinze. São 2 bilhões de reais que precisam chegar, com a máxima urgência, a esse conjunto de hospitais, para que eles possam



fazer frente às suas despesas ainda do exercício de 2021.

Aprovar este requerimento de urgência apresentado por nós significa dar luz e dar esperança a esse conjunto de hospitais, que está aguardando esse auxílio para fazer frente às despesas que eles tiveram, sim, Presidente. O preço de uma simples máscara saiu de alguns centavos para até 5 reais em alguns momentos desta pandemia. Cito também o custo dos medicamentos e da contratação de mais profissionais.

Mas o que é importante é que eles não se curvaram nem recuaram no atendimento da nossa população.

Com a redução dos internamentos de pacientes de COVID, tanto de enfermaria quanto de UTI-COVID, esses hospitais retomaram a realização de procedimentos eletivos e de procedimentos tempo-sensíveis, que são as cirurgias oncológicas e os tratamentos com mais intensidade de pacientes que precisam de uma cirurgia de hérnia até uma cirurgia cardíaca.

Por isso, aprovarmos este requerimento de urgência, nobre Deputado Luiz Lima, que é atuante na nossa Comissão de Seguridade Social e Família, significa dar esperança, para que em breve possamos aprovar, depois o Presidente da República possa sancionar, e o Ministério da Saúde possa destinar esses recursos, para auxiliar esse conjunto de hospitais.

Sem sombra de dúvida, sem a rede filantrópica, sem as Santas Casas, o serviço público não daria conta de atender a nossa população brasileira. Porque, sim, são elas as responsáveis por 50% dos procedimentos de média complexidade do Sistema Único de Saúde e por 70% dos procedimentos de alta complexidade. Sem a rede filantrópica, nós não teríamos o SUS forte, o SUS reconhecido, como foi e como se mostrou forte, nesta pandemia, no atendimento à população.

Sr. Presidente, eu peço a todos, Deputados e Deputadas, independentemente de nossas posições político-partidárias, que socorramos, que ajudemos as Santas Casas com a aprovação deste requerimento no dia de hoje, e, já na semana que vem, com a votação do mérito.

Obrigada, Sr. Presidente.





Publ.: DCD - 18/11/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, acerca da prestação de auxílio financeiro emergencial pela União às Santas Casas de Misericórdia e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, participantes de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS no combate à Covid-19.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós somos a favor do projeto que cria um auxílio financeiro emergencial para os hospitais filantrópicos, especialmente para as Santas Casas.

Agora na pandemia, Sr. Presidente, quem segurou as pontas na média complexidade, realizando 50% desse atendimento em saúde, foram exatamente as Santas Casas e os hospitais filantrópicos. Na alta complexidade, 70% dos atendimentos foram realizados por Santas Casas e hospitais comunitários, filantrópicos.

Nós precisamos desse aporte de recurso. São 2 bilhões de reais. Então, é um recurso expressivo, a ser distribuído pelo Ministério da Saúde de maneira responsável, equilibrada, séria. Um dos projetos é inclusive do Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT. O PDT está comprometido com esse projeto, está engajado nessa luta, até porque esse projeto, Presidente, tem consistência.

Nós estamos vencendo o coronavírus por duas razões: pelos atendimentos hospitalares, especialmente das Santas Casas e dos hospitais comunitários, e pela vacina. Mas não podemos nos valer do serviço dos hospitais comunitários e das Santas Casas sem retribuir com o apoio de que eles precisam. Então, esse auxílio emergencial de 2 bilhões de reais é fundamental.

Por isso, o PDT é favorável.

---

Documento 73/116

138.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021-  
CD 16:48

Publ.: DCD - 18/11/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO



### **Sumário**

Superação, pelo Brasil, dos Estados Unidos da América na vacinação contra a Covid-19. Inconsistência da narrativa da CPI da Covid sobre a não aquisição de imunizantes pelo Presidente Jair Bolsonaro. Razões do posicionamento do orador contrário ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

---

**O SR. LUIZ LIMA** (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck. Fiquei surpreso e agradeço a lembrança. É uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

Gostaria de deixar aqui registrado que ontem o Brasil ultrapassou, em números percentuais de vacinados, os Estados Unidos da América, que hoje têm como Presidente o Biden, que é adorado pela Oposição aqui no Brasil, pela Esquerda, adorado pela mídia. O Governo Bolsonaro, com ações, e não com discursos - é verdade que o Presidente Bolsonaro não tomou a vacina -, dá ao Ministério da Saúde a técnica que o cargo exige, e hoje o Brasil, com 59% de brasileiros com as duas doses de vacina, supera os Estados Unidos, que se encontram com 57% de vacinados. Cai por terra a CPI da COVID, cai por terra a narrativa daqueles três Senadores que pensam que são deuses, que maltratam inclusive os Deputados desta Casa, que representa com a devida proporcionalidade o eleitor brasileiro. O Governo Bolsonaro é sério. O tempo é o senhor da verdade.

Presidente Eduardo Bismarck, eu também não consigo ficar calado. Quando eu estava no meu gabinete, eu vi vários Deputados da Oposição defenderem o ex-Presidente Lula. Eu torço, sinceramente, para que a Oposição no Brasil seja melhor, porque ela é muito ruim. Escolher novamente o Presidente Lula, que escolheu como sua sucessora Dilma Rousseff, que consegue ser pior ainda que o Presidente Lula, um corrupto...

O Presidente Lula, no dia 5 de maio de 2017, num evento partidário, disse a seguinte frase: *"Se eles não me prenderem logo, quem sabe um dia eu mando prendê-los pelas mentiras que eles contam"*. Ainda ameaça. O Presidente Lula, que, em viagem à Europa, em Paris, se enche de orgulho de mentir dizendo que há 30 milhões de crianças abandonadas no Brasil, é logo desmascarado pelo ex-Governador e ex-Prefeito Jaime Lerner, junto com o então ainda vivo Dr. Roberto Marinho. É o pai da mentira, vive à base de mentira. Palocci, em sua delação, falou em 300 milhões da Odebrecht na Europa. É sítio, é apartamento, são os Correios, são órgãos do setor elétrico, são bancos estatais, é Pedro Barusco, da PETROBRAS, com caixa dois de financiamento em eleições... Pedro Barusco, Presidente Eduardo Bismarck, devolveu 100 milhões de dólares aos cofres públicos. São

corruptos!

Sinceramente, espero que a Oposição no Brasil seja melhor, escolha um candidato não corrupto e não conte mentira para liderar uma Nação. Faça votos de que não lidere.

Muito obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

---

Documento 74/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 18/11/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2019, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificação da composição e do funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, e ampliação do âmbito de aplicação do seu regime tributário. Necessidade de ampliação da cobertura vacinal do povo brasileiro contra a Covid-19, tendo em vista à aproximação das festas de fim de ano e do carnaval.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha "sim" ao destaque.

Eu quero agora chamar atenção para algo muito importante para o Brasil. Nós ainda temos 16% de não vacinados com a primeira dose, ainda temos quase 40% de não vacinados com a segunda dose, ainda temos um programa não definido de reforço de terceira dose e temos uma não prática de controle de entrada de turistas no Brasil, seja pelos portos, seja pelos aeroportos, seja pelas estradas.

Isso significa que temos que tomar medidas imediatas de campanhas de vacinação, de controle de entrada de pessoas no Brasil, principalmente às vésperas de final de ano e do carnaval. Nós não podemos mais admitir medidas lentas, não definidas e sem planejamento.

Chamo atenção para essa situação e informo que já tomamos medidas na Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa.

O PCdoB vota "sim".

---

Documento 75/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	17:52
Publ.: DCD - 18/11/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Determinação à União, pelo Supremo Tribunal Federal, de informações detalhadas, no prazo de 5 dias, sobre a situação do povo Ianomâmi, no Estado de Roraima.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, somente para informar aos Parlamentares que ontem eu apresentei uma denúncia relacionada a duas terras indígenas, uma da Raposa Serra do Sol e outra do povo ianomâmi.

Aqui, eu gostaria de compartilhar que, na data de hoje, o Supremo Tribunal Federal, atendendo a uma solicitação da Rede Sustentabilidade, determinou que a União, no que se refere à população ianomâmi, informe, em detalhes, em prazo de 5 dias, o que está acontecendo em relação à situação nutricional, ao acesso à água potável e ao serviço de saúde, medicamentos adotados e às providências que se adotaram para atender a essas necessidades. Isso relacionado à denúncia que foi apresentada. Como determinado na ADPF 709, é prestar as informações do enfrentamento à COVID-19 para os povos indígenas com o qual o Governo se obrigou.

Isso é um avanço, uma vez que não há uma resposta e foi necessário levar essa questão à Justiça. Infelizmente, somente assim para conseguirmos uma manifestação em relação a esses crimes que constantemente aparecem na mídia no que se refere à situação de vulnerabilidade dos povos indígenas. Nada há resposta para combater essa violência. Infelizmente, tem que ser assim, mas não deveria ser, porque existe condição de fazer o enfrentamento dessa violência.

---

Documento 76/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	18:04
Publ.: DCD - 18/11/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2019, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificação da composição e do funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, e ampliação do âmbito de aplicação do seu regime tributário. Não aceitação, pelo povo brasileiro, do discurso negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à vacinação contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "sim", Sr. Presidente, e quer aproveitar este momento para cumprimentar todas as equipes de saúde do País.

O povo brasileiro, na sua ampla maioria, Deputado Helder Salomão e Deputada Erika Kokay, não aceitou o discurso negacionista de Bolsonaro contra as vacinas. Manchete como a que lemos hoje, a de que o Brasil, que ainda tem muita gente para vacinar, já tem mais vacinações completas do que os Estados Unidos, mostra a sabedoria da maioria do povo brasileiro, que jamais aceitou e jamais aceitará o discurso negacionista de Bolsonaro contra as vacinas. Foi Bolsonaro que dizia que a Coronavac não funcionava, foi Bolsonaro que não quis comprar a Coronavac, foi Bolsonaro que ameaçava que quem tomasse vacina poderia desenvolver AIDS. Todo esse negacionismo, felizmente, fica restrito a um grupo pequeno.

---

Documento 77/116

---

138.2021      Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021-  
CD      18:04

Publ.: DCD - 18/11/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS      DOS ORDENS DO DIA      PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2019, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificação da composição e do funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, e ampliação do âmbito de aplicação do seu regime tributário. Posicionamento do orador contrário à obrigatoriedade de vacinação

contra a Covid-19.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Grato, digníssimo Presidente Deputado Alexandre Leite.

O Governo orienta "não", e eu aproveito para dizer que eu já me vacinei duas vezes e que penso como o Presidente Bolsonaro. Eu sou favor da vacina, a vacina funciona, mas ninguém deve ser obrigado a se vacinar, até porque há vacinas que não têm comprovadas as suas eficácias. Mas, então, não confundam quem não quer que se vacinem por obrigação, com quem quer dar a liberdade, o que é nato de todo o cidadão. Nós temos que ter a liberdade de escolha, a de ir e vir. Sou a favor da vacina, assim como o Presidente Bolsonaro também é a favor da vacina. E felizmente - chorem, chorem! -, percentualmente, nós passamos o país número um do mundo, que são os Estados Unidos.

Em frente, Brasil!

---

Documento 78/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 18/11/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Fracasso da estratégia do Presidente Jair Bolsonaro de imunização de rebanho contra a epidemia de coronavírus. Sucesso da vacinação contra a Covid-19 no Brasil e no mundo. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2019, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificação da composição e do funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, e ampliação do âmbito de aplicação do seu regime tributário.

---

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se dependesse do Presidente Jair Bolsonaro, teríamos no Brasil a chamada imunização de rebanho. Alguns já esqueceram. Pregava o Presidente da República a não vacinação. Foi derrotado. Quando vemos o êxito da vacinação, chegamos à conclusão de que o Presidente Jair Bolsonaro está se considerando derrotado. Ele não só não apostou e não aposta na vacinação: ele próprio não se vacinou. Aliás, ele proclama isto. Eu até duvido. Imagino que, na moita, ele já se



vacinou, mas persevera no discurso.

A vacinação em massa é uma vitória do povo brasileiro e é uma derrota do Bolsonaro!

A Oposição vota "sim".

---

Documento 79/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 18/11/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Avanço da vacinação contra a Covid-19 no Brasil em face da rejeição, pelo povo brasileiro, do discurso negacionista do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu só queria dizer ao Deputado Bibó Nunes que, no Brasil, a vacinação avançou graças ao povo brasileiro. Se nós dependêssemos do Presidente da República, teríamos hoje um percentual bem menor. É exatamente porque a maioria do povo brasileiro não ouve o Presidente que estamos avançando na vacinação.

Portanto, viva o povo brasileiro! Pelo menos, viva a maioria do povo brasileiro, que não ouve o seu Presidente - que não tem crédito no mundo -, por isso a vacinação aumentou aqui! Se não fosse isso, estaríamos hoje, inclusive, com a economia fechada, porque o que está fazendo a economia brasileira voltar a funcionar é o aumento da vacinação.

Viva o povo brasileiro, que não ouve o Presidente negacionista!

---

Documento 80/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 18/11/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação ao discurso da Esquerda sobre o negacionismo do Presidente Jair

Bolsonaro no tocante à vacinação contra a Covid-19. Repúdio à atuação dos partidos opositores.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, eu quero dizer ao nobre colega, para que entenda: a vacina no Brasil foi paga integralmente pelo Governo Federal. Ou V.Exa. viu isso em algum Município ou Estado? Esta é a importância dada pelo Governo Federal e reconhecida pela população, porque, aonde vai o Presidente Bolsonaro, ele é ovacionado, enquanto o Presidente ex-presidiário Lula, aonde vai, é "ovacionado".

Então, por favor, vamos nos respeitar! A população está aí apoiando o Presidente. Estamos vendo os números: a cada dia, está morrendo menos pessoas. A esquerda está contra tudo e a favor de nada. Os famosos urubus de plantão, com olhos na nuca, já não têm mais argumentos. "*Negacionista!*" "*É contra a vacina!*" Esses argumentos estão dando em nada!

Faço aqui um apelo comovente à esquerda brasileira: por favor, atualizem-se, criem, sejam criativos. Eu não tenho mais nem como debater com vocês. Está faltando criatividade, está faltando o mínimo de razão na esquerda brasileira. Eu gosto do bom combate, estou aqui para discutir, para esclarecer o eleitor, mas vocês da esquerda não têm mais argumento algum! Piegas, pobres demais!

Por favor, reúnam-se na escolinha que vocês têm: "*Vamos lá criticar Bolsonaro, chamá-lo de negativista*", aquelas palavras tão superadas em que ninguém mais acredita. Então, criem! Criem! Eu já não tenho mais prazer de vir à tribuna, porque não vejo nível para debater com vocês.

Além de mentirem compulsivamente, como mitômanos que são e como a maioria da esquerda é - mitômano é aquele que mente compulsivamente e acredita na própria mentira -, vocês acreditam que o poste faz xixi no cachorro. O mundo de vocês é outro. O nosso mundo é um mundo de progresso, um mundo onde nós estamos vencendo a pandemia. E, depois de vencermos a pandemia, é muito progresso, é muito emprego, é muito desenvolvimento, é muita credibilidade internacional! O Brasil poderia estar muito melhor, se não fossem vocês, negacionistas de esquerda, pregando *lockdown*, que não deu certo em local algum do mundo.

Portanto, respeitem e sejam mais criativos, porque eu estou me sentindo muito... não tenho mais com quem debater nesta Casa. Criem! Procurem o mínimo de verdade, porque a verdade constrói e dá credibilidade. E isso Bibó Nunes tem de sobra! Chorem, que eu estou

aqui para defender e lutar pelo Brasil!

Grato, nobre Presidente.

---

Documento 81/116

---

138.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021-  
CD 18:12

Publ.: DCD - 18/11/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Sucesso da gestão do Consórcio Nordeste. Importância do Pacto Social pelo Nordeste; do Programa Nordeste Acolhe; do Sistema de Informação Regional da Agricultura Familiar e do Programa de Alimentos Saudáveis. Relevância das ações desenvolvidas pelo Consórcio Nordeste no combate à Covid-19.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a divulgação deste meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Quero agradecer ao Líder Bohn Gass por me ceder nesta sessão o tempo de Liderança.

Eu quero dialogar com as Deputadas, os Deputados e com o povo brasileiro sobre uma experiência política de gestão enormemente bem-sucedida, o Consórcio do Nordeste.

Fui Presidente da Frente Parlamentar Mista dos Consórcios Públicos. Fui antecedido pela agora Prefeita de Lauro de Freitas, uma companheira do meu partido, Moema Gramacho, e fui sucedido pelo Deputado Geninho Zuliani, do DEM de São Paulo. Deputado Henrique Fontana, essa Frente Parlamentar tem uma agenda de alta relevância para o Brasil: a defesa dos consórcios públicos.

A Lei nº 11.107, de 2005, abriu um novo período na história da Federação brasileira e da gestão pública. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 6.017, de 2017, que instituiu os parâmetros com que devem ser criados e devem funcionar os consórcios públicos. Posteriormente, a Lei nº 13.821, de 2019, restringiu ao CNPJ do consórcio a exigência de certidões para a execução de recursos da União e outras atividades por convênios, sem estender a exigência aos

entes federativos aos quais está vinculado.

Os consórcios são, portanto, estruturas inovadoras, sem nenhum artifício de retórica, que revolucionam a estrutura federativa brasileira.

Nós temos consórcios públicos intermunicipais, consórcios públicos interestaduais, consórcios públicos interfederativos, com Estados e Municípios, nós temos uma diversidade muito grande de consórcios. E é nessa realidade que está inserido o Consórcio do Nordeste.

Esse consórcio foi criado no primeiro semestre de 2019. Congrega nove Estados, que, somados, possuem 57 milhões de habitantes. Como todos os demais, na forma da lei, o Consórcio do Nordeste tem por objetivo superar a competição interestadual - inclusive, muitas vezes manifestada na guerra fiscal -, pela constituição de uma nova cultura, de uma experiência de gestão de cooperação interestadual, de planejamento compartilhado para a execução de políticas públicas com excelência na área do desenvolvimento econômico, da sustentabilidade ambiental, da prestação de serviços, não apenas na área das compras públicas.

O Consórcio do Nordeste tem uma estrutura aprovada nas Assembleias Legislativas. Tem a sua Assembleia-Geral como órgão máximo, mas possui 14 câmaras técnicas setoriais, em todas as áreas da gestão pública. E há inovações em todas essas áreas, inovações de alta relevância.

Quero saudar a Governadora do Rio Grande do Norte e os Governadores da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Maranhão e do Piauí.

O Consórcio do Nordeste desenvolveu um conjunto de programas, durante esse período de existência, de alta relevância. Merecem destaque o Pacto Social pelo Nordeste, que tem duas vertentes fundamentais. Uma vertente é de proteção social, com um atendimento pecuniário para a população mais carente, que mais precisa. E merece destaque o Programa Nordeste Acolhe, com um benefício de aproximadamente 500 reais por família carente. Esse programa foi inspirado no Auxílio Cuidar, instituído no Maranhão - quero registrar isto e fazer a saudação - pelo Governador Flávio Dino.

A experiência do Consórcio do Nordeste tem incorporado as contribuições - tanto no mandato do então Presidente e Governador Rui Costa, como agora, na experiência da gestão do Governador Wellington Dias -, as contribuições realizadas nos nove Estados que compõem o Consórcio.

Além do Pacto Social do Nordeste, merecem destaque o Sistema de

Informação Regional da Agricultura Familiar, o Programa de Alimentos Saudáveis, a política regional de segurança hídrica e um conjunto de ações de impacto de alta relevância econômica, como, por exemplo, os esforços na esfera internacional, com uma abertura de relações multilaterais que já atraiu para o Nordeste inúmeros investimentos, em particular da França, da Alemanha e que viabilizou investimentos na área através de contratação de empréstimos e de recursos não reembolsáveis da ordem de 1 bilhão de reais na segurança hídrica.

Na área da agricultura sustentável, na área ambiental em geral, merece destaque a busca da sustentabilidade para a produção agrícola - todos sabem que o Nordeste tem presença territorial muito expressiva no MATOPIBA -, com o enfrentamento do lixo no mar, a cooperação com o MAPBIOMAS, a resiliência às mudanças climáticas e uma pauta muito importante, com a plataforma de investimentos para estruturar projetos de investimento.

Concluindo, merece destaque a intervenção do consórcio do Nordeste no combate à COVID-19 durante este período da pandemia. Primeiro, trabalhou de forma coordenada para garantir o achatamento da curva de contágio através do distanciamento social. Posteriormente, trabalhou estruturando o SUS, hospitais de campanha, de emergência, constituiu o Comitê Científico, que teve papel muito relevante em diversas áreas, em particular no combate à pandemia, com base em dados científicos. Ele procurou diálogo inúmeras vezes com o Governo Central. Trabalhou para a aquisição de equipamentos, de medicamentos. Em 2019, uma única aquisição que seria de 166 milhões foi de 118 milhões, com 48 milhões de economia. E, durante a pandemia, houve um conjunto de importantes aquisições.

Neste momento, quero aqui registrar a solidariedade do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, à Governadora Fátima Bezerra, que tem sido alvo de ataques, ataques de toda natureza, criminosos. As ações de um consórcio público, na forma jurídica, são submetidas aos órgãos de controle.

O consórcio é uma estrutura jurídica similar a de uma autarquia.

Esse ataque político ao consórcio do Nordeste desmonta no imaginário uma possibilidade de gestão muito bem-sucedida.

Parabenizo, em nome do Governador Wellington Dias, todos os Governadores...

*(Desligamento automático do microfone.)*

138.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021-  
CD 18:56

Publ.: DCD - 18/11/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

### ***Sumário***

Papel exercido pelo Sistema Único de Saúde - SUS no processo de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Adesão dos Governadores, dos Prefeitos Municipais e da população brasileira à vacinação contra a doença viral, não obstante o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro. Implementação de medidas necessárias para o controle da epidemia de coronavírus. Desqualificação das vacinas contra a Covid-19 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Investigação da interferência do Presidente da República no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Conveniência de exoneração do Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, realizada em Glasgow, Escócia. Regozijo com a receptividade dispensada pelo Parlamento Europeu ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apelo à Casa de rejeição da Medida Provisória nº 1.061, de 2021, sobre a instituição do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu ontem não consegui me dirigir a este Plenário. Mas eu queria apenas fazer alguns registros que vimos acumulando durante esse período, e, portanto, manifestar algumas preocupações.

O primeiro registro tem a ver com um dos assuntos que foram tocados aqui hoje, em relação à vacinação no Brasil: o Brasil assume uma posição melhor do que a dos Estados Unidos em relação ao percentual de população vacinada. Eu quero dizer que isso se deve, primeiro, a um patrimônio que o Brasil tem, chamado Sistema Único de Saúde. O SUS já resistiu a muitos ataques. Houve tentativa de desconstitucionalizar o SUS; tentativa de asfixiá-lo financeiramente; tentativa de desestruturá-lo. E isso nós vivemos desde o final da década de 80. E parece incrível, porque a Constituição foi aprovada, foi promulgada em 1988. Quando foi eleito o Governo Collor, a primeira decisão foi a tentativa de desconstitucionalizar o SUS, naquele chamado "Emendão do Collor". E o SUS resiste desde lá. E vem sempre naquele movimento de resistência e avanço. E, apesar da propaganda permanente contra a vacina feita pelo Presidente da República, o povo brasileiro foi até a vacina.





Governadores e Prefeitos trabalharam para vacinar a população, apesar do Presidente da República. E a população brasileira aderiu à vacinação, como sempre fez em todos os Planos Nacionais de Imunização no Brasil. O povo não aderiu ao negacionismo, apesar de ainda haver uma parcela que se recusa. Não vamos tapar o sol com a peneira. Há uma parcela da população que não quis se vacinar, inclusive aqui dentro. Entre os Parlamentares, há os que não se vacinaram, acompanhando a negação da ciência.

E nós precisamos fazer grandes campanhas de vacinação. Nesta pandemia, o Ministério da Saúde não fez campanha de vacinação, o que ainda faz com que parte de algumas faixas etárias estejam não cobertas pela imunização. E eu disse aqui hoje: 16% da população ainda não tomaram a primeira dose. Quase 40% ainda não completaram a sua imunização. E a terceira dose ainda está em menos de 6%. Então, nós precisamos tomar medidas rápidas de campanhas de vacinação, para que completemos a imunização.

Precisamos manter os testes massivos da população para acompanhar a evolução epidemiológica. E precisamos ter controle de portos, aeroportos e todas as fronteiras para impedir a entrada no País de pessoas contaminadas de outros países, principalmente nesta fase de festas de final de ano e carnaval, para que não devolvamos ao Brasil a contaminação da pandemia. Essas medidas nós temos que tomar, e começamos a tomar providências para isso a partir da Comissão de Seguridade Social e Família da Casa.

Essas são preocupações que nós temos porque o Presidente da República continua desqualificando a vacina, vinculando a vacina com a AIDS, dizendo que não toma a vacina. Quem disser aqui que o Presidente apoia a vacina mente - mente! - para a população brasileira. Aliás, se eu não defendesse a política antimanicomial, eu diria que alguns aqui já deviam estar internados.

Eu quero levantar outra preocupação, o problema do ENEM. Esse é outro péssimo exemplo que o Brasil dá. Isso gera uma insegurança absurda na sociedade brasileira. Trinta e sete servidores saem de um órgão, denunciam interferência do Governo, possível fraude na prova, e Bolsonaro diz que quer a prova com a cara do seu Governo. Minha Nossa Senhora, o que será dessa prova?! Há uma brutal insegurança nesse tema. É preciso apurar o que houve. Se for necessária uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que se faça. Já há um pedido da Deputada Alice Portugal para se fazer uma diligência no INEP. O que é isso?!

Nós precisamos apurar o que está acontecendo. É muito grave em uma instituição como o INEP acontecer o que está acontecendo. É muito grave que o Ministro da Educação diga o que vem dizendo, não



apenas negando a história do Brasil, mas também agredindo a história do povo brasileiro. Esse Ministro não podia estar na cadeira de Ministro da Educação. Já era para ele ter saído de lá, pagado o seu boné e ido para casa. Isso não pode ser um Ministro da Educação do Brasil. Aliás, nós temos dado muito... Não vou usar a palavra "azar", porque essa é uma decisão de Governo, mas nós não conseguimos acertar até agora, Deputada Lídice, com nenhum Ministro da Educação neste Governo.

Por fim, uma terceira questão é a análise do que foi este Governo na COP 26. O que foi aquilo? Nós tivemos de fato uma delegação *fake*, naquela delegação formal do Governo, uma delegação que não conseguiu falar a verdade em momento nenhum nessa Conferência das Partes, que é como se chama a conferência sobre as mudanças climáticas.

Por outro lado, tivemos lá também uma delegação que de fato levou posições claras da sociedade civil, de coalizões de direitos negros, das populações indígenas, e Parlamentares daqui também estiveram lá. Essa foi uma delegação que de fato levou para lá preocupações reais, dados reais, propostas concretas, levando do Brasil para lá aquilo que de fato importa. O que foi dito lá pela delegação do Governo não foram dados verdadeiros.

Além disso, houve o vexame do Presidente da República, há poucos dias, ao dizer que a Amazônia é úmida e não pega fogo. Pelo amor de Deus! Não dá mais para sermos representados por esse tipo de discurso, que nos envergonha.

No contraponto, vimos o ex-Presidente Lula ser ovacionado como um estadista, no Parlamento europeu, rodando pela Europa e por outros lugares, falando deste País com a altivez de quem conhece o Brasil, o povo brasileiro e o Estado brasileiro.

Eu quero aqui expressar essas preocupações todas porque nós precisamos - ou precisávamos pelo menos - que este Parlamento reagisse a tudo isso. Infelizmente, este Parlamento muitas vezes aprova o que não deve, como foi com a PEC dos Precatórios e como deve ser com a MP que acabou com o Bolsa Família, que ainda não foi analisada. Nós deveríamos analisá-la criticamente e não permitir a aprovação dessa medida provisória que acabou com o Bolsa Família. Nós precisávamos reverter isto.

Este é um apelo que deixo aqui: essa medida provisória ainda vai à votação. Nós precisamos derrotá-la, porque ou este Parlamento reage ou ele será cúmplice na história do pior Governo que este Brasil já teve, um Governo que está destruindo as políticas públicas brasileiras.

Obrigada.

---

Documento 83/116

---

138.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/11/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 18/11/2021 - ANTONIO BRITO-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento à Casa pela aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, originário do Senado Federal, sobre a concessão, pela União, de auxílio financeiro emergencial às Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos; e do Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019, acerca da certificação das entidades beneficentes e regulação dos procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

---

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de agradecer a esta Casa e também ao Senado Federal duas importantes aprovações. A primeira é a do regime de urgência para o Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, que dá a esta Casa a possibilidade de destinar 2 bilhões de reais às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos para o combate a esta pandemia da COVID-19. Esse projeto, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, já passou no Senado. Agora ele chega a esta Casa por articulação da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, na pessoa do Sr. Mirocles Véras, e aqui também deve ser aprovado por indicação da Deputada Carmen Emília Bonfá Zanotto.

A segunda aprovação é a do Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019, que já saiu desta Casa para o Senado. Esse PLP trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social e foi aprovado ontem por unanimidade no Senado Federal, por 66 votos a zero, incluindo as comunidades terapêuticas. Esse PLP voltará a esta Casa na semana que vem para apreciação.

Este é o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

---

Documento 84/116

---

138.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 17/11/2021-19:20
----------	-------------------------------	-------------------------------

Publ.: DCD - JEFFERSON CAMPOS-PSB -SP  
18/11/2021 -

CÂMARA DOS DEPUTADOS      DOS ENCERRAMENTO      DISCURSO  
ENCAMINHADO  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Arbitrariedade da prisão do Pastor Artur Pawlowski, no Canadá.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a prisão do Pastor Artur Pawlowski no Canadá é motivo de grande preocupação para quem defende os princípios em que se funda o mundo ocidental. Por toda parte, observamos a imposição de pensamento único vilipendiando cotidianamente os direitos e garantias fundamentais de inúmeras repúblicas. Por isso, todos os que realmente se preocupam com valores como liberdade de expressão e direito de ir e vir precisam estar alertas e dispostos a defendê-los.

A ocorrência da prisão especificamente no Canadá é símbolo que não pode ser desprezado. As duas principais nações da América do Norte foram largamente fundadas por imigrantes que fugiam de perseguições religiosas. Esse, inclusive, é um dos motivos pelos quais se construíram como representantes da liberdade perante o resto do mundo.

No entanto, as mudanças geopolíticas têm sido muito claras nas ameaças que pesam contra importantes valores constitucionais. Grupos intolerantes expandem sua influência e agridem algumas das maiores conquistas do mundo civilizado. A prisão do Pastor Pawlowski caracteriza evidência desses ataques que enfrentamos.

Durante a pandemia, os poderes estatais foram empregados mundo afora para impedir o exercício de liberdades básicas. Não foram raras as duras repressões a protestos contra a imposição de estratégias específicas para combater a doença. Em particular, a compreensão de que o momento deve ser enfrentado com fortalecimento das comunidades espirituais esteve sujeita a muitas perseguições arbitrárias.

Apesar de admitidas aglomerações em transportes coletivos e outras

circunstâncias, os cultos religiosos, ainda que cercados de cuidados, foram rigidamente vedados. Com isso, muitos fiéis estiveram privados da orientação espiritual que traria o conforto esperado para estes tempos tão difíceis.

Ora, Sr. Presidente, era razoável que pudessem contar com esses expedientes, uma vez que são constitucionalmente protegidos. Infelizmente, porém, os ataques vieram justamente daqueles que deveriam zelar pelo respeito a esses valores.

Durante a prisão do Pastor Pawlowski, força policial foi empregada com excesso no cumprimento de decisão judicial que deveria amparar suas liberdades. Como mostra o vídeo divulgado pelo próprio pastor em seu canal no Youtube, ele foi algemado com truculência mesmo estando rendido e não manifestando qualquer resistência à prisão.

Esses excessos também ecoaram na imprensa, outra instituição que se caracteriza como pilar das sociedades contemporâneas. No entanto, a nobre missão de valorizar o debate e dar voz a todos os cidadãos foi traída de forma retumbante.

Quase em uníssono, a mídia ridiculariza o Pastor Pawlowski, retratando-o muito mais pelo que não é do que pelo que realmente representa. Ora, essa estratégia serve apenas ao massacre de reputação e ao impedimento da divulgação de suas mensagens.

É evidente, portanto, que esse autoritarismo precisa de um basta. O mundo sempre se enriquece com a pluralidade de opiniões, de modo que a construção artificial de visões hegemônicas precisa ser evitada. Afinal, a prisão do Pastor Pawlowski é símbolo da necessidade de lutar para que os deveres que assumimos no início de nossos mandatos sejam cumpridos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a gentileza de autorizar a divulgação deste pronunciamento pelos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 85/116

138.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 17/11/2021-19:20

Publ.: DCD  
18/11/2021 -

RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA

CÂMARA

DOSENCERRAMENTO

DISCURSO

---

### *Sumário*

Baixo índice de vacinação infantil no Brasil. Desestímulo à imunização do povo brasileiro pelo Presidente Jair Bolsonaro.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.**

Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

O Brasil, que já foi referência em vacinação, está chegando ao fim de 2021 com as piores coberturas de vacinas infantis dos últimos 25 anos. Apesar de toda estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), a vacinação contra poliomielite e a BCG, contra a tuberculose, despencaram.

Para se ter ideia, as imunizações contra poliomielite, BCG, hepatite B, rotavírus, meningite, hepatite A e tríplice viral alcançaram aproximadamente 70% da população. Em anos anteriores, algumas imunizações (como poliomielite e meningite) ultrapassaram 100% de cobertura do público alvo. Os dados são da agência de dados Fiquem Sabendo, que cruzou informações públicas do Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, desde 1994 até os dias atuais.

A pandemia de COVID-19 impactou este cenário de vacinação, mas as causas são anteriores à crise sanitária. Entre elas, a crescente onda de *fake news* e desinformação na Internet e a falta de campanhas informativas e de conscientização. Esses fatores têm ampliado o abismo entre a sociedade e a vacinação - não somente nas crianças, mas também em adolescentes e gestantes.

Recentemente, o Ministério do Trabalho publicou portaria que proíbe empresas de exigirem dos funcionários comprovantes de vacinação contra a COVID-19 e também de demiti-los, caso se recusem a vacinar. Contraditório, o Governo Federal determinou que a empresa que demitir o funcionário não vacinado deverá pagar salário em dobro. Como advogado, é importante argumentar que a saúde da coletividade



se sobrepõe ao direito individual de optar por tomar ou não a vacina. Portanto, Bolsonaro age conscientemente na contramão do enfrentamento.

Não há dúvidas que o Presidente Bolsonaro favorece e influencia este cenário catastrófico, afinal ele descredibiliza a vacinação. Viajou sem ser vacinado, comeu pizza em pé nas ruas de Nova York, aglomerou, realizou motociata, desprezou o uso de máscaras, não comprou vacinas, reduziu drasticamente os investimentos em educação e ciência e, vergonhosamente, se ausentou das negociações da Cúpula do Clima, em Glasgow (COP26). Não é à toa que a aprovação do Presidente brasileiro vai de mal a pior, dentro e fora do Brasil.

Mesmo sendo a maior autoridade do Brasil, Bolsonaro não dá exemplo, muito menos é um exemplo a ser seguido pelas crianças e jovens. As *fake news* do Presidente deixam a sociedade doente, e o Presidente do Brasil é responsável direto pela morte de 600 mil brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 86/116

---

139.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/11/2021-10:32
Publ.: DCD 19/11/2021 - 40	- GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Razão do apoio do orador ao Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.)** - Sras. e Srs. Parlamentares, na condição de Vice-Líder do Governo, eu preciso dizer que estamos muito firmes e muito fortes ao lado do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Eu digo sempre esta frase: "*O Presidente Bolsonaro não é o melhor adubo, mas é o melhor pesticida*". Infelizmente, as entidades e os órgãos deste País foram minados por uma força que parece até ser uma força do demônio. Há muitos conselhos atrapalhando este País. Há conselhos na saúde, no meio ambiente. Além disso, o Parlamento,

às vezes, não ajuda; o STF dá uma mãozinha para o "quanto pior, melhor"; e a oposição... Diga-se de passagem, a oposição é muito competente para fazer narrativas. É impressionante: se analisarmos as falas da oposição, veremos que 90% são *fake news*. Usam esse microfone para criar fatos, para construir narrativas.

Olhem só! O Brasil é o país que mais picou até agora. Não vou falar outra palavra, senão já me tiram do ar - e essa é outra coisa que acontece no País. Cadê os jornalistas defensores da liberdade de expressão? Se nós falarmos alguma coisa que não interessa à indústria farmacêutica nos meios de comunicação, ganhamos 1 semana de castigo, como se fosse no grão de milho. "*Você não vai mais falar aquilo.*" Não se pode falar algo diferente do que falam esses papagaios de pirata que estão 24 horas por dia mentindo para a população sobre algo que não está comprovado. Ainda dizem: "*Tudo isso é ciência.*" Ciência de quem? Cadê a comprovação dessa ciência que se usa tanto aqui? E ainda dizem que o Bolsonaro é contra a ciência. Não! O Bolsonaro é a favor do povo. O Bolsonaro é a favor da pesquisa. O Bolsonaro é a favor da ciência. É por isso que o Brasil vai dar uma guinada muito grande.

Cada vez mais, nós precisamos de liberdade. Falo de liberdade econômica, liberdade de ir e vir, liberdade que muitas pessoas não entendem, porque defendem a Venezuela, defendem Cuba e não sabem o que é liberdade. Em nome dessa liberdade, dizem assim: "*Mas é para o bem de todos.*". Desde quando esse povo aqui pensou no bem de todos? O bem de todos, aliás, era ficar fechado num apartamento enquanto o porteiro tinha que trabalhar - 50% das pessoas tinham que trabalhar. Se morresse o porteiro, qual seria o problema? Era só trocar o porteiro. E ele continuava ali com a geladeira cheia. Foi isso o que fizeram neste País. E agora reclamam da economia.

Por isso, nós somos Bolsonaro!

---

Documento 87/116

---

139.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/11/2021- CD	11:12
Publ.: DCD - 19/11/2021 - 54	GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem ao Município de Petrolina e à sua população, no Estado de Pernambuco. Vocações da municipalidade para o agronegócio e a fruticultura.

Apresentação pelo orador de projeto de interligação do Rio Tocantins com o Rio São Francisco.

---

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou tirar a máscara, porque já passei dos 40 anos e fui vacinado um bocado de vezes.

Antes do pronunciamento em que vou falar sobre Petrolina, o melhor Município brasileiro para o agronegócio, eu gostaria que V.Exa., Sr. Presidente, desse encaminhamento aos pronunciamentos que trago aqui. Um é sobre o anúncio do Governo de Pernambuco da destinação de 3 milhões de reais para o turismo. Outro é sobre uma parceria que Pernambuco firma em favor da preservação. O terceiro é sobre o fato de que os homicídios em Pernambuco caíram 20%. O quarto é sobre o fato de que mais de 90% das vítimas da COVID-19 em Pernambuco não eram vacinadas.

Neste pronunciamento, Sr. Presidente, quero falar sobre Petrolina, cidade que me recebeu há mais de 40 anos. Petrolina, na época, nos anos 70, tinha 40 mil habitantes. Eu lembro que se criou em Petrolina um projeto de irrigação, e alguns ficavam perguntando: "*Como esse Projeto Bebedouro, em Petrolina, vai tirar água do Rio São Francisco e irrigar aquelas terras?*". Hoje, Petrolina, a capital da fruticultura brasileira, está classificada como a melhor cidade do Brasil para negócios.

Lá em Petrolina nem parece que tivemos essa crise, em que pesem as muitas pessoas que morreram, as muitas pessoas que se contaminaram com a COVID-19. A crise que vemos no País hoje passa longe de Petrolina. Agradecemos ao povo de Petrolina por ter recebido o povo de outros Municípios pernambucanos e de Municípios da Bahia, do Piauí e de outros Estados, um povo ordeiro, bem politizado e bom.

Ficamos felizes em saber que uma cidade nordestina que se cria ao lado do Rio São Francisco... Esse rio vem por debaixo de Minas Gerais, sobe lá para Sergipe e Alagoas e atende com água potável e boa os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, sem falar em Pernambuco, isso do lado esquerdo; do lado direito, na Bahia, temos Juazeiro, cidade maravilhosa, vizinha de Petrolina.

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de ver este pronunciamento que fazemos, até longo - acho que tem mais de 40 páginas -, transcrito nos Anais da Câmara dos Deputados, para que se veja que, onde há interesse, onde há parceria, onde deixamos o palanque para lá, depois das eleições, e nos juntamos para trabalhar...

Eu lembro que, em 1982, me elegi pela primeira vez Deputado,



juntamente com o Fernando Bezerra Coelho, que hoje é Líder do Governo no Congresso Nacional. Passadas as eleições de 1982, nós nos juntamos para trabalhar por Pernambuco, trabalhar pelo Brasil, mas olhando principalmente para Petrolina, Lagoa Grande, Afrânio, Dormentes e tantos outros Municípios próximos de Petrolina. Tivemos outras eleições. Na Assembleia Nacional Constituinte, quando apresentei a proposta para a aposentadoria de homens e mulheres do campo, recebi apoio de vários Parlamentares de outros partidos. Naquele tempo, éramos do MDB, e, do outro lado, havia a ARENA. Estou há mais de 30 anos no PSB, fazendo este trabalho.

Queremos parabenizar o povo de Petrolina, esse povo politizado, esse povo ordeiro, esse povo que é muito exigente e que conquista, obviamente, seus direitos, porque exige que as autoridades de todos os setores os respeitem.

Povo de Petrolina, parabéns! Parabéns principalmente a quem sai do Norte, do Deputado Capi, a quem sai do Sul, do Deputado Cherini, que vai lá para Petrolina plantar aquela uva maravilhosa, enfim, a quem sai de outros Estados e vira petrolinense: petrolinense para produzir, petrolinense para trabalhar, petrolinense para exportar.

Para terminar, Sr. Presidente, eu quero dizer do meu projeto de interligação do Rio Tocantins com o Rio São Francisco. Não temos para onde correr; precisamos dessa interligação, até porque o Rio Tocantins tem 10 mil metros cúbicos de água por segundo, ao passo que o Rio São Francisco tem mil metros cúbicos de água por segundo, mas vive em 500 metros cúbicos, 400 metros cúbicos, 300 metros cúbicos de água por segundo, às vezes. Precisamos dessa água, precisamos que o Rio Tocantins, com 100 metros cúbicos de água por segundo, possa alimentar o maior lago artificial do planeta, que é a barragem de Sobradinho. Precisamos controlar essa água do Rio São Francisco, não apenas para os projetos de fruticultura em suas margens, mas também para atender outros Estados que carecem dessa água do Rio São Francisco, a exemplo do que falei aqui, tanto do lado da Bahia quanto do lado de Pernambuco.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que dê total divulgação aos pronunciamentos citados anteriormente e, principalmente, a este *ranking* de 2021 da revista *Exame*, que mostra que Petrolina é a melhor cidade do Brasil para fazer negócios.

Obrigado, Presidente.

---

### *Sumário*

Elevado contingente de favelados e desemprego como legado do governo petista. Promoção, pelo Ministro Tarcísio Gomes de Freitas, de revolução na infraestrutura brasileira. Competência da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Elogio ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Liderança do Brasil no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19. Indignação com o tratamento dispensado pela classe médica aos contaminados pelo coronavírus.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, seguidamente eu escuto aqui, da Oposição, a seguinte pergunta: "*O que o Presidente Bolsonaro está fazendo no Brasil?*".

Dão a entender que resolveram todos os problemas do Brasil, dão a entender que, quando saíram do Governo, por um *impeachment*, o Brasil não estava com 12 milhões de desempregados, com 40% da população morando em favelas. Esse foi o Brasil que eles deixaram, essa foi a herança que o Presidente Bolsonaro recebeu quando assumiu o Governo.

Aí perguntam assim: "*Mas o que estão fazendo?*". Primeiro, levando liberdade, libertação para o povo brasileiro. Segundo, se hoje falarmos em Tarcísio Gomes de Freitas, o Ministro da Infraestrutura - e quem o acompanha nas redes sociais sabe disto -, teremos que dizer que ele está fazendo uma verdadeira revolução na infraestrutura brasileira: em ferrovias, cujo projeto estava morto; em hidrovias; em aeroportos, com concessão. Lá no meu Rio Grande do Sul, quando entramos no aeroporto, parece-nos que estamos na Europa - uma concessão pública. Então, Tarcísio Gomes de Freitas está sendo um grande Ministro no Governo.

Aí vamos falar sobre a Ministra da Agricultura, a Tereza Cristina. De cada cinco pratos de comida servidos no mundo, um é o Brasil que está fornecendo. Por que será? É um acaso? Caiu do céu? Não. Nós temos um Ministério da Agricultura que tem competência para levar um agronegócio e uma agricultura familiar à altura do povo brasileiro - aliás, só com 7% de área agrícola no Brasil. Imaginem se pudessemos aumentar essa área ou aumentar a produtividade, o que o Brasil poderia produzir.

O Ministro Marcelo Queiroga entrou com a sua simplicidade paraibana.



Aliás, daqui a uns dias vão fazer condenações desta tribuna, porque está sobrando vacina. Está sobrando vacina! Ninguém fala disso aqui. O Brasil é o país que mais vacinou no mundo - o país que mais vacinou no mundo -, e ninguém mais fala sobre isso desta tribuna.

Aliás, nós precisamos buscar, afinal, quem são os verdadeiros culpados pelas mortes no Brasil. Começa pelo vírus: onde ele nasceu? Ninguém mais lembra que ele veio da China. Parece que foi o Bolsonaro que inventou o vírus. Aí os médicos mandaram pacientes embora, deram dipirona e não acolheram os pacientes, que morreram por falta de tratamento. Barbaridade! Vergonha! Infelizmente, a classe médica brasileira fez este papel, o de não acolher o paciente na hora em que ele mais precisava.

Por isso nós estamos no Governo Bolsonaro com muito orgulho.

Brasil livre!

---

Documento 89/116

141.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/11/2021-14:08
Publ.: DCD 24/11/2021 - 36	GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vinculação entre a decretação de lockdown e a retomada dos índices inflacionários. Vinculação entre a desestruturação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS pelos governos petistas, e a elevação dos preços de combustíveis. Acerto da escolha do Sr. Paulo Guedes para Ministro da Economia. Repúdio à gestão da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte. Desvio, pela gestora estadual, na aplicação de recursos federais destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO** (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, todos os que nos assistem na rede nacional, boa tarde.

Sr. Presidente, gostaria de pedir que as nossas palavras fossem divulgadas no programa *A Voz do Brasil*. Sei que vão sair só amanhã e que haverá apenas uma citação, mas eu queria dividir muito bem essa citação minha em duas partes.



Na primeira delas, quero lamentar o "*Vamos, fiquem em casa. Fiquem em casa! A economia nós vemos depois*". Está aí; o resultado é este: inflação.

Em relação ao preço do combustível, por favor, desculpem-me, mas a PETROBRAS foi assaltada, foi vilipendiada pelos Governos do PT. É uma pena que o pessoal sofra de amnésia e esqueça o que fez com a nossa PETROBRAS.

Muito bem. Essa é a verdade.

Em relação ao Ministro Paulo Guedes, eu quero dizer o seguinte: o Brasil é felizado por ter uma pessoa que deixou os seus afazeres pessoais para vir se dedicar a tentar consertar toda essa gama de roubalheira que foi feita no nosso País e que é lamentável.

Bem, a segunda parte do meu pronunciamento é para falar do nosso Rio Grande do Norte.

O nosso Rio Grande do Norte está enfrentando um caos em todas as áreas: saúde, educação, segurança, infraestrutura, tudo. Contra o desgoverno implantado lá, só rezando. Só rezando para poder passar logo o tempo! Além de tudo, estão respondendo lá à CPI da COVID, e essa resposta não está chegando, porque todas pessoas que têm as respostas dos desvios ocorridos estão chegando lá e ficando em silêncio.

Então, nós precisamos fortalecer o Brasil para endireitar o Rio Grande do Norte. Chega de ficar do lado esquerdo. Nós temos que endireitar o nosso Estado.

A Governadora, infelizmente, é ingrata e não reconheceu os benefícios vindos do Governo Federal para pagar salário e para pagar um bocado de coisas.

Há incompetência na gestão da saúde tanto para com o povo quanto para com os profissionais. Há incompetência e descaso com os alunos - uma Governadora que é professora não organizou as escolas para que as aulas fossem retomadas agora.

Deputada, é um absurdo isso!

Há mau uso dos recursos públicos na pandemia. Do total de 1 bilhão e 300 milhões de reais recebidos, ninguém sabe para onde foram esses recursos. Há falta de oportunidade para o primeiro emprego para os jovens - ela não tem propostas de Governo. Houve rebaixamento no *ranking* de competitividade entre os Governadores do Brasil; é o pior Governo do Nordeste. É um absurdo isso aí! Ela fala, fala, mas

atrapalha, atrapalha mesmo.

Pagamento de salários em dia, Governadora, é obrigação, não é favor, não. A senhora não pode colocar isso como sendo um aspecto positivo do seu Governo. E, por favor, admita que esse pagamento de salários foi com recursos federais que chegaram ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, recursos esses que a senhora colocou na Fonte 100 para pagar os salários dos servidores.

Para concluir, eu queria mais uma vez dizer obrigado ao Presidente Bolsonaro por ter escolhido o Ministro Paulo Guedes. E também quero dizer obrigado ao Ministro Paulo Guedes por ter se oferecido para ajudar o Brasil a sair desse atoleiro. É um atoleiro sem fim, e nós vamos melhorar o nosso Brasil.

Obrigado, Deputado.

---

Documento 90/116

---

141.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/11/2021- CD	20:44
Publ.: DCD - 24/11/2021 - 148	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 6.537, de 2019, sobre a criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Ocorrência de chacina no Complexo do Salgueiro, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Aumento do número de homicídios praticados pelo 7º Batalhão da Polícia Militar, no Rio de Janeiro. Solidariedade aos familiares do Sargento da Polícia Militar, Leandro da Silva, assassinado na região de São Gonçalo. Mensagem do Instituto Sou da Paz a respeito da vingança, por policiais, do assassinato de membros da corporação. Proibição, pelo Supremo Tribunal Federal, da realização de operações policiais em regiões periféricas durante a epidemia de coronavírus. Pedido à Casa, pela bancada do PSOL, de criação de Comissão Externa para acompanhamento das investigações da chacina ocorrida no Complexo do Salgueiro. Encaminhamento, pelo partido, de expedientes ao Governador do Rio de Janeiro e ao Ministério Público a respeito do assunto. Indignação da oradora com chacinas ocorridas no Estado do Rio de Janeiro.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da**

oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nós orientamos "sim", nesta matéria.

Contudo, o tema que eu quero trazer à tribuna é um tema de muita relevância para o meu Estado e para o País - Presidente, eu peço que agregue ao meu tempo de Líder o meu tempo de 1 minuto de orientação. Nós deveríamos nos pronunciar sempre que a vida fosse vítima de atentados, e o Rio de Janeiro, lamentavelmente, no último final de semana, foi palco de mais uma chacina. Esse é o nome do que aconteceu no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, uma das maiores cidades do meu Estado, o Rio de Janeiro.

Infelizmente, só neste ano já foram 58 chacinas, com mais de 240 pessoas mortas pelo braço do Estado. Isso não pode ser razoável! Não pode ser razoável mais uma chacina no Salgueiro, onde já houve uma chacina anterior, cujas investigações foram arquivadas. A Juíza Patrícia Acioli foi assassinada nesse Município, em 2011, justamente por investigar policiais que forjavam os chamados autos de resistência. Ela foi assassinada, e desde então há um crescente número de homicídios cometidos pelas forças policiais daquele batalhão, do 7º Batalhão. Depois da morte da Juíza Patrícia Acioli, é o batalhão que hoje concentra o maior número de letalidades - é como chamam hoje - por intervenção policial.

Eu queria lamentar aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a morte de Carlos Eduardo, de David, de Douglas, de Élio, de Ítalo, de Jhonatan, de Kauã, de uma pessoa, um homem sem identificação. Todos eles foram retirados de um mangue no Complexo do Salgueiro por pais, irmãos, parentes, moradores, desesperados com o braço do Estado armado que mata sistematicamente favelados das periferias do Rio de Janeiro, das comunidades do Rio de Janeiro, Sr. Presidente. Não dá mais para aceitar mães e pais chorando a morte dos seus filhos.

Queria também lamentar, Sr. Presidente, a morte do Sargento da PM Leandro da Silva, ocorrida naquela região. Ficam os meus sentimentos também à família do policial, em especial à sua esposa e aos seus dois filhos.

Nenhum trabalhador da segurança pública deveria conviver com essa realidade.

É preciso apontar os responsáveis pela necropolítica em curso. Não dá para aceitar mortes como essas, tanto a do policial quanto a dos moradores do Complexo do Salgueiro, que são fruto de um modelo de segurança falido, sustentado por um Estado que enxuga sangue todos os dias, que chega com seu braço armado às comunidades, favelas e

periferias, mas não chega com geração de emprego e renda, não chega com um plano de cargos e carreiras para esses agentes da segurança pública.

Sr. Presidente, quando lideranças políticas - como um Governador, como o Presidente da República - verbalizam que a política de segurança pública deve tolerar a morte, que violência é um meio para lidar com problemas do cotidiano e problemas sociais, essas lideranças legitimam que as forças de segurança ajam como bem entendem, com desvios e abusos. Isso destrói lares, isso adocece os profissionais de segurança pública, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço aqui mais um minutinho, por gentileza, para ler o que apontou o Instituto Sou da Paz:

*As mortes de agentes do Estado são graves e devem ser investigadas e responsabilizadas prontamente - é o que achamos, obviamente -, mas não ao arrepio da lei. A sociedade deseja e precisa de uma polícia profissional e legalista, e não pode conviver com a lógica de vinganças conduzidas por servidores públicos, que não apresentam suspeitos aos tribunais, mas aplicam a pena capital em mangues e outras regiões vulneráveis das cidades.*

Não dá para aceitar a lógica da vingança dominando o que é a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, não é possível, não é possível!

Eu já estou caminhando para o término da minha fala, Sr. Presidente, e peço um pouco de tolerância.

Inclusive, há uma determinação do Supremo, na ADPF 635, que proíbe operações policiais em tempos de pandemia, porque entende que aquelas regiões já estão vivendo uma série de vulnerabilidades, Sr. Presidente. Por isso, a bancada do PSOL quer uma Comissão Externa nesta Casa para investigar mais essa chacina. Vai oficializar ao Governador do Estado e ao Ministério Público e vai reunir-se com o Ministério Público e com a sociedade civil.

Além disso, há PLs que tramitam aqui e tratam da redução de letalidades, da redução de homicídios de jovens. Inclusive, Sr. Presidente, isso foi proposto pela CPI do Assassinato de Jovens e já foi aprovado no Senado Federal. Há PLs, inclusive da nossa bancada, que tratam da saúde mental de profissionais da segurança pública.

O que não dá para aceitar é chacinas como a do Jacarezinho, como as diferentes chacinas no Complexo do Salgueiro, como as 58 chacinas do Rio de Janeiro cometidas pelo Estado. Nós tínhamos que estar aqui controlando armas e munições, Sr. Presidente. Não, há mais de 30

atos normativos do Presidente da República para liberar armas!

Sr. Presidente, vou concluir nos próximos 30 segundos. Muito obrigada pela tolerância.

Nós tínhamos que estar aqui defendendo a vida. E defender a vida é interromper esse ciclo de violência que possibilita o crescimento de milícias, que não incide sobre o domínio armado do território, que, na lógica da vingança, mata todo dia filhos de mães pretas das favelas do Rio de Janeiro.

Inclusive os policiais assassinados são majoritariamente negros, Sr. Presidente. Não é possível que não enfrentemos essa lógica!

Não é possível que a circunstância de pessoas tirando corpos do mangue não mobilize este Parlamento! Não é possível que a desumanização imposta a essas pessoas, que têm sonho, história, família, irmão, filho, tio, nome e endereço, não nos tire do nosso lugar! Isso não é normal, não pode ser normal.

Por isso, esta fala e o sonho de mudarmos essa história, Sr. Presidente.

---

Documento 91/116

---

141.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -23/11/2021- CD 21:56
Publ.: DCD - 24/11/2021 -172	-PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE - BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos Parlamentares e ao povo do Estado da Bahia, pelas mensagens de solidariedade encaminhadas ao orador em face do falecimento de seu filho. Luta da Câmara dos Deputados pela concessão do auxílio emergencial de 600 e 1200 reais, e pela redução dos preços do gás de cozinha. Ampliação do prazo de vigência do Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal. Congratulações à Deputada Tia Eron, Relatora do Projeto de Lei nº 301, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal); do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal); e da Lei nº 11.340, de 2006, para proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

---

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras.**

Deputadas, subo a esta tribuna para, em primeiro lugar, agradecer a Deus, ao povo baiano e a V.Exas. o carinho e o consolo que tenho recebido por ter dado de presente o meu filho ao Deus que é soberano, que é poderoso, ao Deus de Jó, que deu e tomou. Bendito seja o nome do Senhor!

Subo à tribuna também muito alegre para parabenizar esta Casa, que tem demonstrado à sociedade brasileira que, ao contrário do que dizem sobre os Parlamentares, homens e mulheres do Senado e da Câmara, eles têm utilidade ímpar. Ai do povo brasileiro se não fossem os bons homens e mulheres desta Casa! Eu também, antes de conhecer o Parlamento, tinha sobre ele um conceito pejorativo. Eu ofendia os Deputados, até vir a conhecer a utilidade do Parlamento. Gente ruim tem em tudo quanto é lugar! Onde você imaginar tem gente que presta e gente que não presta.

Faço justiça. Quando o Governo queria estabelecer o valor do auxílio emergencial da pandemia em 200 reais, esta Casa não se curvou e determinou que o valor fosse pelo menos de 600 reais e 1.200 reais. Foi este Parlamento, esta Casa que lutou o tempo todo na questão dos aumentos de preço do gás de cozinha, que chegou a custar 115 reais - ainda está assim. Graças a Deus, pela união e esforço desses homens e mulheres, o preço do gás de cozinha baixará. O Presidente vai sancionar agora a legislação que vai baratear o gás de cozinha para as famílias carentes, pelo menos para aqueles do Bolsa Família, que se chama agora Auxílio Brasil. E, mais uma vez, o Parlamento não aceitou o período do programa de apenas 1 ano, e em ano eleitoral. Agora, graças a Deus, o Auxílio Brasil vai se estender por um período maior.

Quero parabenizar a Deputada Tia Eron, Relatora de um projeto de justiça em favor das nossas mulheres, as quais originam todos nós homens. Sem a mulher não estaríamos aqui.

Num país em que quem mata um macaco-prego, uma tartaruga, um cachorro ou um gato é punido, e não poderia ser diferente, matam-se mulheres toda hora. Nós propomos a pena de prisão perpétua para esses monstros que matam mulheres. Não podemos manter mais o feminicídio nesta Nação. Virou festa matar mulher!

Então, parabéns, Deputada Tia Eron! Parabéns pela defesa que V.Exa. faz às mulheres e parabéns também pela sua lida com as comunidades terapêuticas, pelas quais nós estamos lutando nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Por favor, coloque o nosso pronunciamento na rede de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Deputada Tia Eron! Deus a abençoe!



141.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 23/11/2021-22:16
Publ.: DCD 24/11/2021 - 181	JEFFERSON CAMPOS-PSB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

### ***Sumário***

Protesto contra o corte de recursos orçamentários destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, e Inovações. Benefícios gerados pelos investimentos em pesquisa, inovação, ciência e tecnologia. Apoio ao Programa Bolsa de Iniciação Científica Júnior, lançado pelo Governo Federal. Congratulações ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes.

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho percorrido o Estado de São Paulo e visto a indignação dos profissionais que trabalham em favor da ciência em nosso País.

Presenciamos, nesta Casa, a interferência do Ministério da Economia no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil. Um corte descabido, sem esclarecimentos, de mais de R\$ 600 milhões do orçamento do futuro do nosso País.

Todos aqui sabemos como é importante investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nenhum país se desenvolve se não houver investimentos pesados na área da educação e da ciência. As grandes economias do mundo são exemplo disso, os países que mais investem em P&D - pesquisa e desenvolvimento - são os que mais enriquecem a médio e longo prazo. Um exemplo disso é Israel, país que já teve a oportunidade de conhecer e ver de perto o quanto leva a sério investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Com apenas 8,5 milhões de habitantes, Israel é considerado um dos países mais inovadores do mundo. É impressionante a quantidade de empresas que surgiram em Israel e estão entre as maiores do mundo. Eles possuem o maior número de empresas inovadoras *per capita*.

Presidente, Israel só fica atrás dos Estados Unidos e da China, em investimento em pesquisa e desenvolvimento. Aquele território, espremido entre países extremistas, tem o maior número de cientistas, engenheiros, patentes médicas e profissionais em tecnologia em termos *per capita*. Um território pequeno que só é maior do que o Estado de Sergipe, de vegetação predominantemente desértica, sem fontes de água suficientes para a sua população e envolvido em contínuos conflitos territoriais com vizinhos.

Aqui fica uma pergunta: qual o segredo desse país tão inovador?

A resposta é simples e de conhecimento de todos nós: eles investem pesado em pesquisa e inovação.

Meus caros colegas Deputados, este Parlamento não pode aceitar esse tipo de ação que vimos aqui nos últimos dias, quando se corta um orçamento que já estava praticamente empenhado para investimentos na ciência. Todos sabemos que investir em ciência traz imensos benefícios econômicos e sociais ao País. Os benefícios que a ciência oferece a toda população são transformadores! E os investimentos em ciência também são revertidos em renda a toda a população brasileira.

Nós tivemos agora o exemplo da importância do investimento em ciência, pesquisa e tecnologia, quando enfrentamos inesperadamente uma pandemia que levou a vida de mais de 600 mil brasileiros. Se nós tivéssemos investimentos significativos em pesquisa, certamente teríamos mais eficácia nesse enfrentamento. Da última conversa que tive no Ministério de Ciência e Tecnologia, saí animado em saber que para 2022 já teremos uma vacina nacional e um trabalho que prepara o Brasil para futuras pandemias.

Quero aproveitar e registrar também meus sinceros elogios ao Governo, quando acerta. Por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações teremos dentro do novo Auxílio Brasil o programa Bolsa de Iniciação Científica Júnior, iniciativa que visa valorizar jovens que se destacam em competições científicas.

Isso é valorizar a ciência, é ensinar o jovem a pescar, é fazer com que as pessoas que recebem esse auxílio tenham a oportunidade de se desenvolver, ter a sua independência financeira e não depender da ajuda do Governo para sobreviver.

O jovem que se destacar nas Olimpíadas Científicas receberá uma bolsa de auxílio, um benefício mensal de R\$ 100 no período de 12 meses. Além do benefício mensal, a família recebe uma cota única de R\$ 1.000.

Enfim, Presidente, a nossa ciência faz muito diante dos investimentos

que temos, o que mostra que a ciência brasileira é resiliente, mas está em estado grave.

Como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, quero me solidarizar e me colocar à disposição do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, dos institutos de pesquisas e todo ecossistema de ciência espalhados em nosso País

Parabéns ao Ministro Astronauta Marcos Pontes, por ser valente, administrar um Ministério tão desvalorizado e conseguir entregar resultados que ajudam a ciência do nosso País ainda sobreviver.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 93/116

---

141.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 23/11/2021-22:16
Publ.: DCD 24/11/2021 - 183	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Possibilidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.061, de 2021, sobre a instituição do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil. Indignação do orador com a exclusão, pelo Programa Auxílio Brasil, de populações carentes do Estado do Maranhão e do País. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com as camadas menos favorecidas. Atuação desastrosa do Presidente da República no enfrentamento à epidemia de coronavírus.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento

Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A Câmara dos Deputados pode votar ainda hoje a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que criou o Auxílio Brasil. Na prática, o Governo trocou o nome do Programa Bolsa Família para Auxílio Brasil. Além de piorar os critérios de recebimento dos recursos, Bolsonaro deixou de incentivar as condicionantes importantes, como frequência escolar e vacinação.

O Auxílio Brasil começou a ser pago neste mês de novembro com valor médio de R\$217,18. O Presidente Bolsonaro prometeu o valor de R\$400,00 para o ano 2022, mas esse pagamento depende da aprovação da PEC dos Precatórios no Senado Federal, que promove risco de calote nos profissionais da educação.

Dados do Ministério da Cidadania revelam que mais de meio milhão de famílias maranhenses foram excluídas do Auxílio Brasil. O número, à época, do Bolsa Família alcançava mais de 1,5 milhão de famílias! Essa drástica redução é absurda! Só reforça o descaso do Presidente do Brasil com todo povo brasileiro.

Para se ter ideia, em São Luís, cerca de 170 mil famílias foram excluídas do Auxílio Brasil. Em Timon, interior do Estado do Maranhão, mais de 22 mil famílias ficaram de fora do novo programa. Este Governo claramente odeia pobre! Enquanto o povo brasileiro sofre, o Ministro da Economia, bolsonarista, administra sua *offshore* em paraíso fiscal.

Observem que o Auxílio Brasil é muito menor que o auxílio emergencial. O ideal é que fosse utilizada, por pelo menos mais 1 ano, a mesma base de cálculo do auxílio emergencial no pagamento do Auxílio Brasil.

Eu acredito que todas as famílias que estão sofrendo os impactos da pandemia de COVID-19 precisam receber os recursos do novo programa. O Brasil ultrapassou 613 mil mortes por coronavírus. Muitas vidas poderiam ter sido salvas, não fosse o descaso, o desdém e a má gestão intencional do Presidente Bolsonaro no enfrentamento da pandemia.

Não podemos deixar mais ninguém para trás.

Era o que tinha a dizer.

---

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2021-14:04
Publ.: DCD 25/11/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Transcurso do 448º aniversário de fundação do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Excelência da gestão do Prefeito Axel Graef. Inauguração das estátuas do ator Paulo Gustavo na municipalidade. Pedido aos Senadores de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, a respeito do apoio financeiro da União aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, para garantia de ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Classificação do Município de Niterói no ranking de gestão fiscal da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui fazer uma homenagem ao registrar com muita alegria os 448 anos do querido Município de Niterói. Faço isso com muita alegria, pois sei que o Prefeito Axel Graef tem feito um belíssimo trabalho na cidade, dando continuidade a trabalhos anteriores.

Por conta da pandemia, há 2 anos não se festeja essa data. Nesta semana, o aniversário de Niterói contou com grandes homenagens, e eu não poderia deixar de fazer esse registro.

Fez-se uma agenda cultural riquíssima, repleta de *shows* e de peças teatrais.

Nós tivemos a felicidade de ver ali também - por isso, mais uma vez, parablenizo a administração local - a população emocionada pela homenagem ao ator Paulo Gustavo. Ele foi homenageado, na última segunda-feira, ganhando duas estátuas: uma no Campo de São Bento e a outra no bairro de Icaraí. E o interessante é que a primeira estátua retrata o ator, e a outra, o seu grande personagem, conhecido por todos e todas, que é aquela personagem marcante, a Dona Hermínia.

Eu quero também aproveitar este momento - e parablenizo a cidade de Niterói - e esta oportunidade para lembrar que o Senado deve votar hoje, quarta-feira, o Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, que libera 3,8 bilhões de reais para atenuar o impacto econômico-social da

pandemia do coronavírus sobre o setor cultural. Então, nós pedimos que, por favor, em nome da cultura, votem "sim".

Além disso, Sr. Presidente, eu quero destacar que, de acordo com o *ranking* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, o Município de Niterói lidera a gestão fiscal no Estado e ocupa, atualmente, o 64º lugar na lista nacional. Este resultado reflete a arrecadação com os *royalties* do petróleo e também a plausível administração municipal nesses últimos anos.

Finalizo este registro dizendo: Parabéns, moradores e moradoras de Niterói!

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu peço a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 95/116

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2021-14:32
Publ.: DCD 25/11/2021 -	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem à memória do líder comunista Luís Carlos Prestes. Papel determinante da Intentona Comunista de 1935 na construção da história democrática brasileira. Caráter excludente e eleicoeiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Presidente da República. Contrariedade à concessão, pela Câmara dos Deputados, da Medalha do Mérito Legislativo ao Presidente Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero dar um grande "*Salve!*" à memória de Luís Carlos Prestes e à sua família, que mantém viva esta história do Partido Comunista do Brasil, o meu partido, desde 1978.

Quero dizer, também, que a luta pela reforma agrária, contra os castigos dos quartéis, pela garantia efetiva de liberdades democráticas, foi uma luta que valeu a pena. Apesar de seus erros táticos, sem dúvida alguma o Movimento de 1935 teve um papel determinante na



construção da história pela democracia. Não foi à toa que Prestes, ao sair dos quartéis e depois aderir ao movimento operário internacional, transformou-se num grande líder, reverenciado posteriormente, ainda em vida, como um homem de grande valor para a construção democrática no Brasil.

Em segundo lugar, quero dizer que a extrema-direita está desesperada para tentar manter no poder Bolsonaro, um fascista desqualificado. Compartilhou conosco este plenário, sem uma proposição, aliás, sem um bom-dia à maioria de nós, apenas com o seu tom belicoso, agressivo. Infelizmente, é uma personalidade sombria para a história do País.

E hoje se apresenta o tal Auxílio Brasil, acabando-se o Bolsa Família. É algo lamentável, porque era um programa de natureza permanente, com cruzamento com matrícula na escola, com vacina, com uma série de outros programas. A ex-Ministra Tereza Campello, cuja atuação foi de grande qualidade, diz que 29 milhões de pessoas estão fora do chamado Auxílio Brasil.

Eu tive a curiosidade de acessar a tabela, não em relação ao Bolsa Família, mas em relação aos que foram beneficiados pelo auxílio que a Oposição garantiu no ano da pandemia, de 600 reais - o Governo não queria dar nada, depois apareceu com a proposta de 200 reais, e fomos nós que garantimos aqui, no braço, os 600 reais. No meu Estado da Bahia, por exemplo, 5 milhões, 824 mil e 724 pessoas receberam o benefício em 2020. Agora, esse número passará para 1 milhão, 853 mil e 767 pessoas. É uma queda vertiginosa, e vem no momento em que a fome aumenta!

É uma queda vertiginosa de um programa que deveria ser de distribuição de renda em momentos de desemprego, de pandemia, de crise sanitária, de morte de mais de 600 mil pessoas, e eles diminuem dessa forma.

Por exemplo, no Estado de Santa Catarina, onde nasceu a minha mãe, 1 milhão e 738 mil pessoas receberam o nosso auxílio de 600 reais. Agora vem para 138 mil e 148 pessoas.

Os pobres diminuiram no País, Bolsonaro? Ele hoje recebeu uma medalha que infelicita o prêmio do Mérito Legislativo. O meu aplauso a quem pôde chegar a tempo de levantar os cartazes qualificando-o com aquilo que ele merece ouvir: Genocida!

Infelizmente, é triste dizer que o Brasil chegou a esse ponto.

O Auxílio Brasil precisa chegar às mãos das pessoas, mas muito

poucos receberão esse Auxílio que acabará ao fim do ano eleitoral.

Muito obrigada.

---

Documento 96/116

---

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2021-14:48
Publ.: 25/11/2021 -	DCD IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a favor do despejo de famílias sem-terra do Acampamento Marielle Vive, no Município de Valinhos, não obstante à proibição, pelo Supremo Tribunal Federal, da execução de ações de despejos durante a epidemia de coronavírus.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna manifestar o repúdio à decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que pediu o despejo de 450 famílias na cidade de Valinhos, trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que estão há 3 anos e meios acampados. Incrível!

O Tribunal de Justiça de São Paulo desobedece a decisão do Supremo Tribunal Federal que impede despejos durante a pandemia até dezembro, pelo menos. Atropelaram a decisão do Supremo Tribunal Federal. A fazenda Eldorado, na cidade de Valinhos, era mantida para especulação, era improdutiva. Hoje produz alimentos, distribui sementes e alimentos em solidariedade na região, e o Tribunal de Justiça resolve dar vazão a especuladores da terra.

Eu queria lembrar inclusive, Deputado Vicentinho, V.Exa. deve ter estado lá também, que um trabalhador sem-terra, numa manifestação que exigia água no acampamento e distribuía sementes, foi atropelado por uma Hilux 200 e morreu. O Sr. Luiz Ferreira da Costa, o Seu Luiz, um cidadão de 72 anos, foi assassinado! O troglodita que o assassinou, impaciente para atropelar a manifestação, foi preso no mesmo dia.

Por isso, o PSOL, o MTST e os movimentos da Campanha Despejo Zero estão entrando com ação no Supremo Tribunal Federal para

prorrogar inclusive a questão do não despejo, porque a pandemia continua.

Queremos nos solidarizar com todos os trabalhadores sem-terra do Acampamento Marielle Vive, na cidade de Valinhos. E quero dizer que essa lei protegeu mais de 14 mil famílias. Outras 23 mil foram despejadas e 123 mil estão em risco, porque não há sensibilidade nem durante a pandemia, ou seja, prevalece o interesse do lucro, da especulação, da não produção. O acampamento trabalha com agroecologia, produz, educa para a agricultura familiar, garante alimentos e garante também produção artesanal.

Queremos dizer que o que está acontecendo lá é um crime. A decisão do TJ é criminosa e precisa ser revertida. É preciso que seja respeitada a decisão do Supremo Tribunal Federal. Espero que o Supremo prorrogue essa questão dos despejos.

Viva a reforma agrária!

Vivam os trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Valinhos!

---

Documento 97/116

---

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2021-14:56
Publ.: DCD 25/11/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Senadores de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, relativo à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está para acontecer algo de grande importância hoje no Senado Federal. O Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que altera a Lei nº 7.498, de 1986, será avaliado pelo Plenário do Senado. Esta emenda assegurará o piso salarial para as categorias de técnico de enfermagem e enfermeiro.

Deixe-me pegar aqui o valor certinho, para não falharmos.

Sr. Presidente, perdoe-me porque agora eu me atrapalhei um pouquinho aqui.

O piso salarial é de 4.750 reais, sendo que 70% serão para o técnico de enfermagem com base em jornada de trabalho de 30 horas semanais, e 50% para o auxiliar de enfermagem e para a parteira, com base em jornada de trabalho de 30 horas semanais, com valor proporcional se a jornada for maior.

Por que eu considero importante essa luta? Além da redução da jornada para 30 horas, essa luta do piso é uma luta que já dura mais de 10 anos, e nós temos lutado por isso.

A notícia que me vem agora, em reunião com o meu companheiro Mizito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Privada na Região do ABC, é que está ocorrendo um entendimento entre todos os partidos para aprovar esse piso nacional.

Lembro que piso é piso. O piso é o mínimo, e as pessoas poderão negociar mais nas suas respectivas categorias, como sempre foi.

Faço um apelo ao Senado:

Por favor, Srs. Senadores, que têm demonstrado muita coerência na CPI, no caso da COVID, em várias propostas que esta Câmara aprova, que Bolsonaro veta e que V.Exas. ajudam a derrubar, por favor, vamos votar!

É um apelo que nós fazemos tanto para o Senado como para os colegas Deputados, porque essa emenda virá aqui para a Câmara dos Deputados.

Esse é um compromisso que nós temos com essa categoria, que sofre, e sofre muito, a dor dos outros. Essa categoria tem vários problemas - aliás, há um projeto de minha autoria que cuida especialmente das pessoas que sofrem sequelas em função do pós-COVID. Entre esse grupo de profissionais, estão lá os enfermeiros, técnicos e auxiliares que estão doentes, com vários problemas.

Sr. Presidente, peço apenas 30 segundos para reforçar a importância do apoio a esses heróis e a essas heroínas, que merecem o nosso mais profundo respeito. Desde a época em que eu era Líder da bancada, coloquei aqui o debate sobre as 30 horas semanais.

Esse piso é altamente importante. Por isso, colegas, além do apelo ao Senado, já alerto os nossos colegas Deputados para que também votem efetivamente nesse piso apresentado ao Senado.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 98/116

---

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2021-16:08
Publ.: DCD 25/11/2021 -	- JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Aprovação, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, do Projeto de Lei nº 944, de 2021, sobre a suspensão da cobrança de parcelas das operações de crédito rural, vinculadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, durante a epidemia de coronavírus. Expectativa de aprovação da proposição pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus caros colegas, todos que estão nos assistindo, em particular todos os agricultores e agricultoras do nosso Estado do Ceará e do restante Brasil, nós tivemos uma conquista importante: a aprovação do nosso Projeto de Lei nº 944, de 2021. Ele foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento desta Casa, onde teve como Relator o Deputado Vilson da Fetaemg. Reconheceu-se a importância desse projeto, que foi aprovado adiando para 2022 e 2023 as parcelas do PRONAF que venceram em 2020 e 2021. Ficaram também prorrogados, de forma automática, os contratos, impedindo-se, assim, a cobrança de duas parcelas simultâneas no mesmo mês.

A proposta ainda amplia a possibilidade de repactuação para todas as dívidas de agricultores e agricultoras do PRONAF, que, durante o período da COVID, tiveram imensa dificuldade. Portanto, esse é um projeto que tem um alcance muito importante para o setor produtivo da agricultura, sobretudo para a agricultura familiar, para esses trabalhadores e trabalhadoras que são o sustentáculo do setor produtivo, da nossa alimentação.

Esse projeto, que foi aprovado na Comissão de Agricultura, vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. E eu espero que nós possamos aprová-lo aqui no plenário desta Casa, porque ele é uma das medidas que eu considero mais justas e mais importantes para os agricultores e as agricultoras do Brasil,

particularmente para os do Nordeste, especialmente para os do nosso Ceará.

Em função dos problemas que nós tivemos, das dificuldades econômicas criadas pela pandemia, esperamos que esse projeto possa, de fato, Sr. Presidente, ser aprovado por esta Casa. Todos sabemos que esse projeto vai ter grande alcance social, beneficiando todos esses trabalhadores e trabalhadoras, que estão impossibilitados de honrar os seus compromissos junto às instituições financeiras, sobretudo junto ao Banco do Nordeste.

Espero que nós possamos, aqui nesta Casa, fazer justiça.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

---

Documento 99/116

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	24/11/2021-16:32
Publ.: DCD 25/11/2021 -	BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização, pela Comissão de Turismo, de audiência pública para debate da realização do carnaval em 2022. Protesto contra a interferência do Supremo Tribunal Federal na realização do evento.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Fico grato, digníssimo Sr. Presidente Charles Fernandes. Nobres colegas, é uma honra estar nesta tribuna.

Nós estávamos na Comissão de Turismo discutindo sobre o carnaval deste ano. O turismo foi um dos setores mais prejudicados por causa da pandemia, o último a se recuperar economicamente.

Nós estamos vivendo na Europa a quarta onda desta malfadada pandemia. E aí? Como fica o turismo? Foi convocada uma audiência pública para tratar sobre o carnaval. Nós temos que cuidar, acima de tudo, da saúde da população. Como todos sabem, a pandemia está em queda total. Nós chegamos, em vários dias, a menos de 70 mortos. Não quero dizer que estejam morrendo poucas pessoas, mas que estamos vencendo a pandemia. Para o carnaval, ainda faltam cem dias. Nós temos alguns dias ainda de novembro, dezembro, janeiro e



fevereiro, meses inteiros. Temos um bom tempo ainda.

Este é um momento para cautela, para bom senso, porque o STF também orientou as cidades no sentido de que tivessem mais poder de definição. O que tem o STF a ver com o carnaval no Brasil? Até no carnaval o STF se intromete! Poder moderador? Não. Semipresidencialismo? Não. Mais uma vez, sou obrigado a refutar a atuação do STF, que quer intervir no carnaval.

Está certo que os Municípios têm suas competências. Em Ilhéus, Município da Bahia, por exemplo, é permitido, mas em Salvador, não! Com isso, a população vai para o carnaval em Ilhéus, e vice-versa, e a confusão estará formada.

O carnaval é a maior festa do povo brasileiro - é a festa do povão. Não podemos privar a população, tampouco a economia, já que vários Estados e várias capitais recebem muito com o turismo. Além disso, nós temos que preservar a saúde do povo brasileiro porque, quando começou a pandemia, o carnaval foi alvo de muitas culpas. Que não venham a culpar o carnaval novamente!

Vamos chamar o máximo de bom senso, para definirmos, da melhor forma, o carnaval!

Grato, digníssimo Presidente Charles Fernandes.

---

Documento 100/116

---

143.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/11/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 25/11/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo ao Prefeito Municipal do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de reexame da realização do carnaval de 2022, em face da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar este minuto para fazer um apelo ao Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que soube tão bem conduzir a cidade neste período de pandemia, apesar de ter recebido algumas críticas - todos os gestores sofreram críticas.

Nós estamos na antevéspera do período de carnaval, e o Prefeito do Rio de Janeiro, que gosta de carnaval, como a maioria dos nossos

cariocas, está propondo 40 dias de Carnaval direto. Entretanto, a Europa está voltando com a crise sanitária decorrente da pandemia, e pode se repetir o erro que cometemos em 2020. Por isso, é importante que o Prefeito repense esse momento da cidade do Rio de Janeiro.

---

Documento 101/116

---

143.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/11/2021-  
CD 19:12

Publ.: DCD - 25/11/2021 - AROLDO MARTINS-REPUBLICANOS -PR

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Não predominância da ideologia de gênero no âmbito das comunidades terapêuticas. Documento elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social, a respeito das ações do Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento à epidemia de coronavírus e seus efeitos.

---

**O SR. AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.**

Eu gostaria de chamar a atenção dos pares para seguinte: a questão da universalidade dos atendimentos que está em questão agora não se refere à questão de gênero. Gênero é uma coisa interior, é algo que a pessoa escolheu por razões que a ela competem. E ela pode ter uma ideia diferente, fora da raiz daquilo que nós conhecemos.

O fato de que não haverá discriminação não quer dizer que nós vamos permitir que pessoas que tenham uma ideia diferente dos demais acerca do gênero ou do grupo de que fazem parte procurem encontrar, dentro de uma comunidade terapêutica, uma maneira, uma forma de se encaixar. Não há como isso acontecer. Isso seria a mesma coisa que, dentro de uma prisão do sistema prisional, por razão de gênero, alguém participar da cela ou da prisão do sexo oposto. A questão não pode ser tratada assim porque criaria um problema social pior dentro do sistema prisional por questão de gênero.

Nas comunidades terapêuticas, lugares onde a aceitação é muito grande, a universalidade já existe, porque o conceito das comunidades terapêuticas é em cima da aceitação exatamente. Pelo fato de o Estado não ter competência, na área espiritual e da psicologia, de prestar o trabalho necessário a dependentes químicos, toda pessoa é aceita de bom grado em todas as comunidades dentro da raiz da fé, seja ela católica, seja ela espírita, seja ela evangélica.



No entanto, a questão da ideologia de gênero vai criar conflitos. Eu compreendo muito bem a questão da universalidade da coisa, e ninguém está negando isso. Mas, quando se age em cima da ideologia de gênero, criam-se dentro de comunidades terapêuticas choques, devido à possibilidade de uma pessoa pensar de forma diferente na sua maneira de se identificar com um gênero, pensar algo contrário àquilo que os demais do grupo, em sua maioria, confessam.

Então, não há discriminação. Há uma forma de o grupo dentro de uma comunidade poder viver melhor, de uma maneira mais harmônica.

Eu creio que aqueles partidos que votaram pelo "sim" fizeram sua opção fora do conceito daquilo que realmente é a universalidade de atendimento, da qual a ideologia de gênero não deve ser parte predominante. Isso foi tirado de contexto e foi mal entendido.

Sr. Presidente, eu quero trazer para vocês algo que não tem sido muito falado nesta tribuna. No pior momento da pandemia recente que nós estamos vivendo, o Governo Federal levou alimento à mesa de mais de 68 milhões de pessoas por meio do auxílio emergencial. No ano de 2021, esse benefício alcançou 39,4 milhões de pessoas, segundo documento elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social, ligada ao Ministério das Comunicações.

No âmbito do enfrentamento à COVID-19, entre as medidas utilizadas, houve distribuição de 363 milhões de equipamentos de proteção individual, como máscaras, aventais, óculos e protetores. Além disso, somente neste ano, vale ressaltar, foram habilitados mais de 23 mil leitos de UTI, no momento mais difícil, no ápice da pandemia, que nós vivemos neste ano e que, graças a Deus, já superamos.

Na vacinação, vale lembrar, já foram distribuídas mais de 270 milhões de doses. Dessas, 250 milhões de doses já foram aplicadas nos braços dos brasileiros, fazendo com que mais da metade da população já esteja devidamente imunizada.

A lista de realizações destacadas pelo Governo inclui ainda 1 milhão de cestas básicas entregues, desde o início da pandemia, a mais de 200 mil famílias indígenas.

É muito relevante trazermos assuntos como este agora, quando nós estamos vendo a folga que os números de contaminações e mortes da pandemia têm nos trazido.

Na área do meio ambiente, o documento ressalta a antecipação, de 2060 para 2050, do compromisso do Brasil feito durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima. E, diante das tintas carregadas em cima do desmatamento na Amazônia, os números demonstram exatamente o

contrário daquilo que até mesmo a COP 26 trouxe.

Isso deixa claro que, nos 2 últimos anos, os piores anos da humanidade moderna, o Governo demonstrou, de uma forma sábia, como reagir perante as adversidades, mesmo que o Presidente Bolsonaro seja grandemente criticado pela sua maneira direta de falar.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 102/116

---

144.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/11/2021-09:04
Publ.: DCD 26/11/2021 -	-LAFAYETTE DE MG	ANDRADA-REPUBLICANOS -
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a não responsabilização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos seus agentes públicos, pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Carta Magna.

---

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG.** Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a minha palavra aqui é no sentido de fazer um apelo à Presidência da Câmara, ao Sr. Presidente Arthur Lira, a fim de que ponha para andar a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, que isenta os prefeitos da responsabilidade de não terem gasto o mínimo constitucional com educação durante o período da pandemia.

Nesse período, as escolas não abriram, não havia transporte escolar, não havia merenda escolar. Os prefeitos não conseguiram gastar o mínimo que a Constituição exige para a educação e agora estão sendo ameaçados de serem punidos pelos Tribunais de Contas Estaduais ou mesmo pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, o apelo que nós fazemos é no sentido de que essa PEC ande. Essa PEC é importante. Essa PEC é necessária. Essa PEC é justa com os prefeitos e com os administradores municipais de todo o Brasil.

Peço a V.Exa. que coloque a nossa fala no programa *A Voz do Brasil*,

por favor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

---

Documento 103/116

---

144.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/11/2021-09:16
Publ.: DCD 26/11/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Defesa de aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados. Apoio da Oposição à Medida Provisória nº 1.061, de 2021, a respeito da instituição do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil. Apoio à transformação do Auxílio Brasil em benefício de caráter permanente.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente Deputada Rosangela Gomes, caros colegas Parlamentares, quero falar novamente de um assunto que eu abordei aqui ontem: o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, aprovado ontem no Senado por unanimidade.

Ele virá para esta Casa. É fundamental que os Deputados e as Deputadas que compõem a Câmara dos Deputados façam o mesmo que o Senado fez: aprovem este projeto muito importante para valorizarmos os profissionais da saúde, em especial os enfermeiros e as enfermeiras. O projeto prevê a criação de um piso nacional para valorizar esses profissionais, essa categoria que, durante a pandemia, mostrou ainda mais a sua importância.

Então, terá todo o nosso apoio nesta Casa o projeto aprovado ontem no Senado Federal para estabelecer um novo piso nacional para enfermeiros e enfermeiras, esses bravos e bravas profissionais da saúde.

Também quero informar que a nossa bancada dialogou muito com outras bancadas desta Casa e com outros Líderes sobre o Auxílio Brasil. Nós sabemos que a proposta inicial do Auxílio Brasil é uma proposta insuficiente e absurda, até porque põe fim ao Bolsa Família, um programa estruturado, de 18 anos, reconhecido mundialmente

como um dos melhores programas de transferência de renda. Com esse diálogo, nós conseguimos avançar.

A caracterização de extrema pobreza alcançava as pessoas que tivessem renda de até 89 reais, e as negociações elevaram esse valor para 105 reais. Nós acreditamos que isso vai permitir a inclusão de pelo menos mais 5 milhões de brasileiros nos requisitos para receberem esse auxílio.

Nós queríamos também um auxílio de 600 reais, mas nesse ponto nós não conseguimos avançar.

É importante frisar que, em razão das negociações, aquele Auxílio Brasil que o Governo queria que fosse temporário, transitório, vai ser votado agora como um auxílio permanente. Ele não vai acabar, como o Governo Bolsonaro queria, em dezembro do ano que vem, porque isso caracterizaria o interesse eleitoreiro do Governo. Nós estamos negociando para que esse auxílio seja permanente e não seja interrompido após o processo eleitoral.

Por essa razão, embora sabendo que se trata de um programa de transferência de renda insuficiente - até o mês passado, cerca de 40 milhões de brasileiros recebiam auxílio -, nós vamos votar a favor. É a Oposição nesta Casa que consegue olhar para aqueles que mais precisam, porque, se depender do Governo, não haverá auxílio emergencial, não haverá reajuste do salário mínimo e não haverá políticas públicas para o povo brasileiro. Somos nós que estamos aqui com vários partidos defendendo os interesses da nossa população, que se vê abandonada por este Governo, que não providencia vacina, que não gera emprego e que tira o auxílio das famílias mais pobres.

Portanto, o nosso voto será a favor, mesmo sabendo que está muito longe de ser um auxílio digno do povo brasileiro.

---

Documento 104/116

---

144.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/11/2021-09:28
Publ.: DCD 26/11/2021 -	PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da



parteira. Recebimento, pela Procuradoria Jurídica do Tribunal Penal Internacional de Haia, de denúncia da CPI da Covid sobre a prática de crime contra a humanidade pelo Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente, eu comemoro a disposição de 68 Senadores que votaram ontem o piso dos profissionais da saúde - enfermeiras, enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares -, valorizando esses profissionais como categoria fundamental para garantir o direito à saúde e o fortalecimento do SUS em época de pandemia, esta tragédia humana produzida aqui no Brasil.

Falando em pandemia, a Procuradoria Jurídica do Tribunal Penal Internacional de Haia, acolheu a solicitação para receber a denúncia de crime contra a humanidade do Presidente Jair Bolsonaro referente à pandemia e à crise sanitária no País, produzida com provas e documentos pela CPI da COVID. Sim, a Associação Nacional Vida e Justiça também vai protocolar uma denúncia junto ao Tribunal Penal Internacional de Haia contra o Presidente, pelo que ele fez neste País.

Nosso País tem 2,7% da população do planeta e quase 13% dos mortos de COVID do planeta - amigos nossos, familiares nossos, conhecidos nossos, parentes nossos. Todos os brasileiros conhecem alguém, o amor de alguém ou o membro de alguma família que perdeu a vida por causa de uma decisão racional e política de Bolsonaro, que continua negando a ciência e deixando de proteger a vida do povo brasileiro. Trata-se de um Presidente que não cuidou da pandemia, fazendo proliferar-se o vírus que levou à morte mais de 600 mil brasileiros e brasileiras. O mesmo Presidente demorou a agir, não enfrentou a profunda desigualdade social e a crise econômica. A política econômica do Governo aumenta a miséria, a fome e a desigualdade social no País e a política sanitária aumenta a morte de brasileiros e brasileiras.

Que o Tribunal Penal Internacional de Haia não só acolha a denúncia, mas condene este Presidente, para que, na história do Brasil, esse genocídio, que juridicamente é um crime contra a humanidade, seja reparado e seja feita justiça às famílias de milhares e milhares de brasileiros que perderam a vida. Segundo cientistas, 483 mil brasileiros poderiam estar vivos, se Bolsonaro não tivesse adotado a política da teoria da imunidade de rebanho como forma de deixar que o vírus se proliferasse e tivesse buscado a imunização.

Fora, Bolsonaro!

144.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/11/2021-  
CD 10:52

Publ.: DCD - 26/11/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Transcurso do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Realização da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Elevado índice de violência contra a mulher no País em tempos de pandemia. Classificação do Brasil em 5º lugar no Mapa da Violência - Homicídios de Mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO.

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria ressaltar que hoje é o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, uma data instituída pela ONU. Começam também os 16 dias de ativismo em defesa das mulheres e contra a violência que as atinge.

No Amazonas, uma lei estadual de minha autoria instituiu 16 dias de ativismo para enfrentarmos a violência que atinge as mulheres.

Durante a pandemia, segundo relatório da ONU, 2 a cada 3 mulheres relataram sofrer ou conhecer alguém que sofreu algum tipo de violência. Aqui no Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos revela que houve mais de 100 mil casos de violência contra a mulher, desde o início da pandemia.

Infelizmente, o Brasil, dentre 83 nações com o maior número de crimes contra mulheres, está em 5º lugar, segundo o *Mapa da Violência* da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

144.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/11/2021-  
CD 13:04

Publ.: DCD - 26/11/2021 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Incapacidade do Governo Jair Bolsonaro de retomada do crescimento econômico brasileiro com geração de emprego e renda. Insensibilidade do

Presidente da República diante do cenário de fome reinante no Brasil. Caráter excludente do Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal. Defesa de fixação do valor do novo benefício em 600 reais. Luta da Oposição pela criação de renda mínima para as camadas menos favorecidas.

---

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a votação deste auxílio para os mais pobres do Brasil é uma evidência de que Jair Bolsonaro é indigno de ser Presidente da República, porque ele apresentou a este Parlamento uma proposta indigna, revoltante, que ignora os desempregados, os desalentados, perto de 40 milhões de brasileiros que vivem um drama, em função da crise da economia e da incompetência do Governo, que é incapaz de garantir a retomada do crescimento econômico e a retomada do emprego.

O Presidente da República é insensível à fome que atinge milhões e milhões de famílias. Quantos de nós, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não ficamos indignados ao ver pessoas catando restos de comida e carcaças em açougues para alimentarem as suas famílias? E o que o Presidente da República propôs a este Parlamento? Ele propôs excluir do rol de beneficiários deste novo auxílio 25 milhões de brasileiros que já receberam algum auxílio durante a crise agravada com a pandemia. É muita insensibilidade! É muita indiferença diante da dor do povo!

Devo dizer que o Deputado Marcelo Aro e a Câmara dos Deputados, uma vez mais, atentos à necessidade do povo, mexeram no texto para ampliar a parcela da população que vai receber o benefício, para garantir que tenhamos permanentemente uma renda básica para a nossa população. E a Oposição vai disputar no plenário a definição do valor desse benefício.

Nós defendemos que todos aqueles que receberam auxílio emergencial, se não têm emprego, recebam os 600 reais.

E o auxílio emergencial foi de 600 reais graças ao Congresso Nacional! O Sr. Paulo Guedes queria que fosse de 150 reais; depois de ser apertado, o Governo propôs 200 reais. A Câmara e o Senado é que garantiram 600 reais para as famílias que necessitavam de auxílio durante a pandemia.

A nossa posição continuará sendo esta: o auxílio tem que ser uma renda mínima que garanta dignidade para as nossas famílias, para as famílias mais pobres.

Eu cumprimento o Relator, que elevou as linhas da extrema pobreza e da pobreza, porque isso permitirá que mais pessoas possam receber o

benefício. Mas milhões e milhões de famílias estarão fora, caso nós não alteremos a regra que está sendo apresentada neste momento.

A Oposição segue firme, defendendo a renda mínima para a população. A Oposição segue firme, denunciando Bolsonaro, que acabou com o Bolsa Família e tenta aprovar uma proposta eleitoral, para fazer uso dela na disputa da eleição presidencial. Desmascarar Bolsonaro é a nossa missão.

Eu estou seguro de que o povo brasileiro, em 2022, vai dar a devida resposta a esse cidadão indigno de ser Presidente da República, que desrespeita o povo brasileiro, que ignora a dor, a fome e o desemprego que está no cotidiano da nossa gente.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 107/116

---

27.2021.N Sessão Não Deliberativa Solene - CD 25/11/2021-11:56  
Publ.: DCN - 26/11/2021 REGINA CÉLIA ALMEIDA SILVA BARBOSA---

-

---

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM

HOMENAGEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Saudações às Parlamentares presentes na sessão solene. Transcurso do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

---

### **A SRA. REGINA CÉLIA ALMEIDA SILVA BARBOSA - Olá!**

Bom dia a todas e a todos.

Agradeço o convite à Senadora Leila Barros.

Quero cumprimentar a Deputada Tereza Nelma, a Dra. Josefina Serra, a Deputada Carmen Zanotto, a Dra. Ester.

Um recadinho para a Dra. Ester: meu filho faz biomedicina e é apaixonado pela senhora. Eu tenho acompanhado e não poderia perder esta oportunidade de manifestar esse recado que ele mandou por mim. O nome dele é Elias.

Cumprimento também a Senadora Simone Tebet.

Eu estou neste momento em São Paulo, mas sou de Recife, Pernambuco, e sou Cofundadora e Vice-Presidente do Instituto Maria

da Penha.

Como sou mulher preta, vou me identificar para quem está nos assistindo: sou mulher preta, uso óculos, estou usando um par de brincos preto e branco, *blazer* marrom e blusa preta. Estou num quarto de hotel. Atrás de mim há uns quadros, em que aparece apenas parte das ilustrações dos prédios aqui de São Paulo.

A sede do Instituto Maria da Penha fica na cidade de Fortaleza, e a unidade executiva fica em Recife, de onde eu o coordeno. E coordeno não atrás de um birô, coordeno nas comunidades, com as mulheres pretas, brancas, ruivas, periféricas, não periféricas, PCD - mulheres deficientes -, meninas com gravidez precoce, mulheres com AIDS ou soropositivas, mulheres evangélicas e não evangélicas, estudantes, universitárias. Nós fazemos um trabalho com as mulheres catadoras de lixo. Então, é um trabalho grande o que fazemos no enfrentamento às violências contra meninas e mulheres.

Neste dia, quero citar uma frase de Minerva Mirabal: "*Se me matam, levantarei os braços do túmulo e serei mais forte*". Essa foi a frase dita por Minerva Mirabal pouco antes de ser morta pelo regime trujillista. Em novembro de 1960, seu corpo e o de suas irmãs Patria e Maria Teresa foram encontrados no fundo de um barranco, dentro de um jipe. Os corpos apresentavam sinais de tortura. Esse crime político, ocorrido no dia 25 de novembro de 1960, na República Dominicana, durante o período militar, sob o comando do General Rafael Leónidas Trujillo, marca o calendário do ativismo feminista global, que nós chamamos de 16 Dias de Ativismo Internacional pela não Violência Contra a Mulher. A data é reconhecida pela Organização das Nações Unidas - ONU desde 1999, mas, em nossa realidade, sabemos que a nossa luta inicia-se bem antes, com o Dia da Consciência Negra, em razão das mais diversas e cruéis violências praticadas contra o povo negro, em especial contra mulheres e crianças pretas.

Eu quero abrir parêntese aqui para dizer que nós precisamos colocar mais em evidência o documento da ONU intitulado *Década Internacional Afrodescendentes 2015-2024*, um documento riquíssimo, no qual há três diretrizes fundamentais: reconhecimento, justiça e desenvolvimento para todo o povo afrodescendente de ex-colônias de Portugal e que tem um legado de mais de 400 de escravidão, de subutilização e de subocupação em toda a nossa realidade brasileira.

Eu tenho consciência também de que a data não se refere especificamente à violência doméstica contra a mulher, como o que aconteceu com Maria da Penha, mas ao crime de violência contra a mulher com motivações políticas, o qual, de qualquer forma, refere-se a uma oposição do patriarcado ao protagonismo feminino, principalmente quando esse protagonismo expressa a certeza de que deve assumir o



seu direito de ser livre, a luta pela equidade de gênero e defende toda e qualquer forma de não violência contra a mulher, pelo fato de sermos mulheres.

Em agosto deste ano, no mês de comemoração dos 15 anos da Lei nº 11.340, de 2006, que leva o nome da Maria da Penha, foi sancionada também a Lei nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais em número proporcional ao de candidatas às eleições. Qualquer movimento contrário a essas normas constitui violência política contra a mulher. Na lei, em seu art. 3º, considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher, direitos estes que deverão ser garantidos em toda a sua amplitude, sendo vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas.

Quis chamar a atenção, em todo este discurso, para o fato de que precisamos usufruir dos direitos garantidos de participação política da mulher em toda a sua amplitude. Priorizar a nossa participação assídua, pontual e exaustiva é necessário nestes tempos sombrios, em que estamos vivenciando as mais diversas e explícitas formas de violência contra a mulher no sentido mais amplo de inequívoco processo de banalização da vida do feminino em todos os aspectos. As violações cometidas contra os direitos de meninas e mulheres têm alcançado níveis e proporções extremas. O ponto de partida é a violência doméstica e a sua continuidade, a consolidação da violência institucionalizada pelos organismos das políticas públicas, que, muitas vezes, são políticas de um Executivo frágil, negligente, lento, desumano e sem compromisso com o maior bem do Estado Democrático de Direito, que é a proteção e o fortalecimento da dignidade humana no nosso contexto feminino.

Importunação sexual, estupro de vulnerável, violação dos direitos no ambiente de trabalho, objetificação dos corpos femininos, desproporcionalidade agressiva dos rendimentos no mercado de trabalho, racismo estrutural, os mais diversos tipos de violência nas redes sociais, violência obstétrica, banalização e consequente naturalização das violências cometidas contra mulheres em todos os níveis e segmentos, assassinatos de mulheres Parlamentares e crescimento contínuo do número de órfãos do feminicídio têm sido, entre outros contextos, a permanente condição das mulheres em todo o território nacional.

Não estamos cansadas de ouvir as mesmas ideias e opiniões sobre o





cenário sombrio em que nós mulheres fomos enquadradas nesse modelo de opressão e negação dos nossos direitos? Será que não estamos cansadas de ver, ouvir e silenciar quando nossas irmãs tombam, vítimas de violência doméstica ou institucional, nas casas, nas ruas, nos hospitais, nas delegacias, nas igrejas ou diante da mídia?

Não devemos nos questionar sobre o que estamos fazendo diante da dor das mães que têm os seus filhos assassinados pela polícia ou envolvidos com o mundo do crime? E o que estamos fazendo quando há cada vez mais crianças grávidas a partir dos 9, 10 ou 11 anos?

Como demonstramos nosso incômodo com a situação das mulheres que agora, neste período pandêmico, tiveram detectado um câncer de mama e estão enfrentando o desafio de conseguir o cumprimento das leis de 30 e 60 dias, com a doença se agravando em razão da falta de eficiência na prestação do serviço público de saúde?

Em todo o processo de desenvolvimento da humanidade, o desequilíbrio de forças e poder político entre homens e mulheres sempre colocou cada uma de nós no lugar da desvalorização, do silenciamento e da violência, seja nos nossos corpos, seja nas nossas mentes. A participação política, a representatividade e o exercício da cidadania nos são urgentes como compromissos e atitudes que devemos ter pela sobrevivência em nosso gênero. Não é mais possível nos manter afastadas do lugar de representatividade política. Não é mais possível ficar longe das tribunas e permitir que homens sigam com conduta de total desprezo, desrespeito e violência em relação às mulheres.

Em 1868, a sufragista norte-americana Elizabeth Stanton, em seu discurso de luta pelos direitos das mulheres, afirmou:

*(...) a mulher conhece o custo da vida melhor que o homem e, com o seu consentimento, nem mais uma gota de sangue seria derramada, nem mais uma vida sacrificada em vão.*

Após 153 anos desse discurso de Elizabeth Stanton, venho hoje a este lugar para, em lembrança das vidas de Patria, Minerva e Maria Teresa, as irmãs Mirabal, que foram abatidas pelo governo da República Dominicana em 25 de novembro de 1960, afirmar convictamente, como mulher sobrevivente no dia a dia das violências, que precisamos urgentemente, com dignidade, compromisso, honra, justiça e verdade, ocupar as tribunas de todas as instâncias de representação política do nosso País.

A minha sugestão não se aproxima em nada da ideia de fazer movimentos partidários com ideologias fundamentalistas de qualquer ordem, superficiais ou até mesmo vazias. Na verdade, eu rogo a cada

uma de nós que adote a democracia como o seu maior princípio, o Estado Democrático de Direito como a sua maior garantia e a vida de todas as mulheres e crianças como o seu maior bem, compromisso e motivo para continuar lutando em defesa da nossa dignidade.

Quero agradecer esta oportunidade e me colocar à disposição, como representante do Instituto Maria da Penha e também do Instituto Avon.

Muito obrigada.

---

Documento 108/116

---

146.2021	Sessão Comissão Geral	30/11/2021-09:40
Publ.: DCD - 01/12/2021 -	DENICE SANTIAGO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate da desigualdade e da violência contra a mulher negra no Brasil.  
Agradecimento pelo convite de participação na Comissão Geral.

---

#### **A SRA. DENICE SANTIAGO - Bom dia.**

Tudo bem com todas e com todos os que nos acompanham? Espero que sim.

Quero muito agradecer o convite desta Casa, em especial da minha querida amiga, ícone da minha terra, a Deputada Federal Tia Eron, para quem eu trago um abraço do meu Governador Rui Costa e do nosso Secretário de Segurança Pública, Ricardo Mandarino.

Quero também agradecer o privilégio de estar do lado de pessoas incríveis, tanto presencial quanto virtualmente, como o Ministro Benedito, o Secretário Paulo, meu grande Prof. Edvaldo de Brito, a quem eu peço a bênção, e a nossa querida Anielle, que quero muito ouvir - por favor, que tudo se organize.

Bom, Tia Eron me ensinou um dia que o machismo é um vírus, um vírus que insiste em sobreviver, ainda que tenhamos diversas vacinas, ainda que esta Casa tenha nos trazido diversas vacinas, como a Lei do Feminicídio, a Lei Maria da Penha - que é uma das três melhores leis do mundo para o enfrentamento da violência contra a mulher - e a Lei de Importunação Sexual, além de tantos outros remédios para esse vírus. Mas esse vírus não pode tomar conta de todos e de todas nós do jeito que tem feito.



O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na terceira edição da sua pesquisa *Visível e Invisível*, sinalizou que, neste processo de pandemia - e aqui já me solidarizo com todas as famílias que, infelizmente, perderam entes queridos para esse vírus -, a cada 8 minutos uma mulher sofreu violência em nosso País. Dessas mulheres que a cada 8 minutos sofreram violência no nosso País, 52,9% eram mulheres negras. Um dos motivos que elas sinalizam para essa violência está calcado na autonomia. Nós mulheres negras também somos as pessoas que estão na base da pirâmide na perspectiva de salário, na perspectiva de empregabilidade, na perspectiva de educação no nosso Estado.

Para que possamos combater as violências sofridas pelas mulheres negras, nós precisamos pautar políticas públicas que de fato melhorem a vida de todos e todas nós. Precisamos de educação, precisamos de diversas afirmações, precisamos de diversas, de diversas ações, que esta Casa pode produzir, mas que cada um de nós, dentro da sua vivência e convivência, também pode fazer.

Nas minhas andanças com a Ronda Maria da Penha, sempre me perguntavam, Tia Eron, qual era o perfil da mulher que sofre violência. Infelizmente, esse é um problema social, e não existe perfil de agressor ou de vítima. Ela está culturalmente enraizada em todas as nossas relações. Mas nós não podemos perder de vista uma questão, que é a interseccionalidade. Nós mulheres negras sofremos violências acumuladas, porque nos falta autonomia financeira; porque vivemos a solidão da mulher negra que enfrenta diariamente a criação dos filhos, que por vezes deixamos em casa para cuidar dos filhos de outras pessoas; porque não temos condição financeira suficiente para seguir um processo, para acompanhar um processo penal, para que aquele agressor de fato seja condenado e a justiça seja feita. Nós sofremos uma violência de forma mais acintosa.

Então, minha Deputada, a senhora tem muita razão quando fala na união. Eu lhe digo mais: para além da união, é preciso educação, é preciso respeito, é preciso responsabilidade social por parte de quem pode mais, de quem faz mais, de quem constrói mais. Isso fazemos com políticas públicas, isso fazemos com identidade. Que bom que a senhora está nesta Casa, que bom que a senhora, como mulher negra, está pautando nesta Comissão esta temática e faz com que entendamos que somos nós que vamos fazer as transformações de que precisamos.

Na Bahia, na Ronda Maria da Penha, nós de fato alcançávamos um maior número de mulheres negras para proteger, porque talvez fossem essas as mulheres que, por força de uma cultura, pediam mais socorro. Mas, para todos e todas nós, irmãos e irmãs que nos acompanham e assistem, essa é uma violência perversa, cultural. Para que ela seja

transformada, para que ela seja erradicada das nossas relações, nós precisamos fazer isso juntos. Então, eu invoco de cada um e de todos solidariedade, eu invoco de cada um e de todos a ideia de que, quando uma mulher sofre violência, não é só aquela mulher, somos todas nós mulheres que sofremos a violência.

Por isso, quando os senhores escutarem dentro de sua casa ou nos espaços que frequentam uma mulher pedir socorro, porque está em situação de violência, entendam que o que ela está pedindo é sua solidariedade, seu respeito, seu carinho, sua humanidade e seu afeto. Esqueçam os estigmas culturais que diziam que em briga de marido e mulher... Não preciso completar a frase, porque na verdade temos de salvar a mulher, proteger a mulher, cuidar da mulher. Cuidar de todos e de todas é um dever de todos e de todas nós, é uma construção de todos e de todas nós.

Por isso, nós precisamos aqui nesta Casa, nesta Comissão, na minha vida pessoal, na Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, por meio da Superintendência de Prevenção à Violência, diariamente fomentar essa pauta e cuidar de todas nós. Para mim, nós mulheres somos um mosaico, somos feitas de pedacinhos umas das outras. Se eu cuido de mim, cuido de todas as outras mulheres que estão ao meu lado; e, se eu cuido das mulheres que estão ao meu lado, também estou cuidando de mim. Portanto, cuidemos do pedacinho de cada mulher que vive dentro de nós, porque assim com certeza estaremos unidas e fortes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

---

Documento 109/116

---

146.2021	Sessão Comissão Geral	30/11/2021-10:00
Publ.: DCD - 01/12/2021 -	SORAIA DA ROSA MENDES---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate da desigualdade e da violência contra a mulher negra no Brasil.

---

**A SRA. SORAIA DA ROSA MENDES** - Sra. Presidente, muito obrigada. Agradeço-lhe por este convite e, na sua pessoa, agradeço a esta Casa por esta oportunidade. E aqui, dentre as que posso visualizar, vejo Anielle Franco, por intermédio de quem saúdo todas as demais pessoas que me acompanham nesta Mesa.

Eu, obviamente, pelo tempo que nos foi dado, serei telegráfica, mas

começo dizendo que o Brasil é o país que ocupa o vergonhoso 5º lugar em número de mortes de mulheres por feminicídio. E é fato que 60% dessas mortes são de mulheres negras.

Mas é bom que se diga que nós estamos tratando tão somente da ponta de um *iceberg*, porque estamos falando de um terço das mortes de mulheres neste País, quando falamos dos feminicídios decorrentes da violência doméstica e familiar, como se isso fosse pouco. Não é pouco. Já é trágico!

Mas será muito mais trágico se nós levarmos em consideração aqui e trouxermos a memória de Luana Barbosa, mulher lésbica, periférica, negra. O segundo caso mencionado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como caso de racismo institucional. Uma mulher negra, morta em 2016 por três policiais militares, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. O processo ainda se encontra em trâmite na Justiça brasileira, perpetuando pelo tempo a impunidade dos agressores, daqueles que são os acusados pelo homicídio, pelo lesbocídio de Luana.

Também é importante mencionar outros feminicídios. A Organização Mundial da Saúde define a morte materna como aquela que decorre de problemas ligados à gravidez, à gestação, até 42 dias após o parto. Pois bem, durante o período de 2020 a 2021, até maio de 2021, houve 233% de aumento do número de mortes de mulheres, de mortes maternas. Dados apontam que 70% são de mulheres negras. Contudo, esse dado não é suficiente se a ele não for agregado o fato de que as mortes decorrentes das complicações da gestação foram decorrentes também da COVID-19, mas, muito especialmente, dos abortamentos inseguros aos quais ainda são submetidas as mulheres brasileiras.

Portanto, falar de racismo, falar de mortes de mulheres é falar também de aborto inseguro. Espero que esta Casa se debruce sobre esse tema, a partir da perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Digo também que falar a respeito de outros feminicídios, falar de desigualdade, falar de morte, falar de violência contra as mulheres é falar de uma ADPF que tramitou no Supremo Tribunal Federal, chamada ADPF das Favelas, a ADPF 635, descumprida, pois impedia que ocorressem operações policiais que causassem mortes nas comunidades brasileiras, muito especialmente nas do Rio de Janeiro.

Pois bem, falar de desigualdade e de violência contra as mulheres negras é falar das mães que estavam retirando seus filhos com os braços, de dentro do mangue, na chacina de Salgueiro.

E falar, portanto, por último, no minuto que me resta, a respeito de



violência e desigualdade contra as mulheres negras é falar da necessidade de que esta Casa se debruce sobre uma política séria em relação às drogas neste País.

Por fim, como eu disse, pretendo falar sobre outro feminicídio, o feminicídio de Estado. As mulheres negras neste País foram, durante o período da pandemia de COVID-19, um dos grupos mais afetados pelo coronavírus, por uma deliberada política de não atenção às comunidades específicas, tais como as comunidades quilombolas. Nós vivenciamos neste País, nos últimos tempos, um verdadeiro feminicídio de Estado. Nesse sentido, não podemos deixar de requerer a esta Casa, assim como o Senado Federal fez, que tome providências efetivas em relação aos seus responsáveis e ao seu responsável maior.

Para não deixar de dizer que estamos também diante de outros feminicídios e daquele que nos é ensinado por Sueli Carneiro como epistemicídio, nesses últimos dias, no Estado da Bahia, foi decretada também a censura a um livro de Conceição Evaristo.

Agradeço a oportunidade de falar aqui sobre políticas contra as drogas, sobre mortalidade materna, sobre aborto inseguro. E falemos, com isso, a respeito das mortes também de mulheres que são colocadas nas periferias, mulheres negras, que têm sim sentido na pele a dor de uma política de desigualdade que se perpetua neste País, há muitos séculos.

Grata, Deputada.

---

Documento 110/116

---

148.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 30/11/2021-15:08
Publ.: DCD 01/12/2021 -	ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Prefeito Dr. Carlos Chinchilla do Município de Santa Isabel, Estado de São Paulo, pelo cancelamento do carnaval de 2022 em face da epidemia de coronavírus. Necessidade de atendimento, pelo Governo Federal, da recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA de monitoramento e fechamento de fronteiras brasileiras como medida de prevenção da Covid-19. Suspensão das festas de fim de ano em municipalidades brasileiras. Defesa de vacinação em massa da população





brasileira contra o coronavírus.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (PODE - SP. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentá-los nesta oportunidade e saudar o Dr. Carlos Chinchilla, Prefeito da minha querida cidade de Santa Isabel, minha cidade natal, paraíso da Grande São Paulo. Foi de sua iniciativa, com apoio total da Câmara Municipal, que o Município de Santa Isabel tenha cancelado o carnaval de 2022. A exemplo de Santa Isabel, dezenas de Municípios no Estado de São Paulo estão tomando a mesma iniciativa, o que demonstra responsabilidade, bom senso e cuidado com a população.

Sr. Presidente, nós estamos ainda enfrentando uma pandemia, que tem se arrastado. E agora temos a manifestação de uma nova cepa. O mundo está se fechando em copas, está preocupado com os seus desdobramentos. Nós temos poucas informações a respeito dessa nova cepa. Entendo que a solicitação da ANVISA ao Governo Federal precisa ser atendida no tocante ao melhor monitoramento nas nossas fronteiras, ao fechamento de fronteiras para aqueles países onde já se verifica um aumento significativo dos contágios dessa nova cepa.

Nós precisamos nos lembrar de que estamos nos aproximando do Natal e do *réveillon*. Alguns Municípios já começaram a suspender as suas festividades de *réveillon*, porque nós não finalizamos, não encerramos, não superamos totalmente essa guerra que ceifou a vida de mais de 600 mil brasileiros.

Por isso, precisamos insistir no monitoramento e no programa de vacinação em massa. Nós vacinamos - em 1 minuto, se me permite, Sr. Presidente, eu concluo o meu raciocínio -, nós vacinamos até o momento 64% da nossa população. Precisamos continuar avançando. Precisamos chegar, pelo menos, a 80% da população vacinada. Precisamos continuar incentivando o uso de máscaras e os demais cuidados, para que nós possamos superar essa pandemia, proteger o nosso povo, evitar mais mortes no nosso País, para finalmente podermos comemorar a superação dessa guerra com esses números tremendos.

Eu, portanto, agradeço a V.Exa. e deixo aqui registrados os meus cumprimentos à Santa Isabel e aos Municípios que cancelaram o Carnaval de 2022. Isso não deveria ser iniciativa dos Municípios; deveria ser, Sr. Presidente, uma iniciativa nacional. Nós precisamos, enquanto Congresso Nacional, discutir isso. Deveria ser uma iniciativa nacional. Devemos, inclusive, repensar o nosso *réveillon*, em nome do nosso cuidado e do nosso zelo com a população brasileira.

Muito obrigado.

---

Documento 111/116

---

148.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/11/2021-15:24
Publ.: DCD 01/12/2021 -	- HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### *Sumário*

Responsabilidade da política econômica do Governo Jair Bolsonaro pelo recrudescimento da fome e da insegurança alimentar no País. Boicote do Presidente da República às medidas de combate à Covid-19, especialmente quanto à aquisição de vacinas. Apoio do Governo Luiz Inácio Lula da Silva ao arcabouço de leis contra a corrupção.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Charles Fernandes, nosso Vice-Presidente Marcelo Ramos, eu subo à tribuna para tratar de um assunto que o Brasil não queria voltar mais a tratar, Deputado Renildo Calheiros, que é a fome dos brasileiros.

E hoje cito uma coluna de jornalista, Leonardo Sakamoto, do Uol, porque achei muito consistente a argumentação. Ele intitula a sua coluna da seguinte forma: *"Bolsonaro queria o Brasil como era 50 anos atrás"*. Com a fome, ele conseguiu este intento. E a primeira frase do artigo é frase de uma entrevista de uma cidadã brasileira que mora em Fortaleza, que diz: *"O pão de cada dia quem me dá é o lixo. Todo dia, meus filhos e eu vamos para o lixo para comer. Quando o caminhão chega, a gente tem que ser muito ligeira para pegar"*. Este é o Brasil de Bolsonaro. Este é o Brasil desta política econômica absolutamente desumana, uma política econômica que não olha para as necessidades básicas do povo brasileiro. O Brasil tem hoje 19 milhões de pessoas famintas e 117 milhões de pessoas que vivem em insegurança alimentar.

E por que isso tudo aconteceu? Não acreditem no que diz Bolsonaro e seus e apoiadores: *"Ah, foi culpa da COVID"*. Não, a COVID agrava a situação do País, e agravou ainda mais, Deputado Charles Fernandes, porque nós temos um Presidente irresponsável também no enfrentamento à COVID-19: um Presidente que não providenciou as vacinas no tempo certo, um Presidente que boicotou as medidas sanitárias para superar mais rapidamente a pandemia de coronavírus

e, com isso, agravou e muito a situação econômica.

Deputado Renildo Calheiros, a questão é que também explodiu o valor do dólar, é que a gasolina está 7 reais, é que o feijão, o arroz e a carne explodiram de preço. E por isso, Deputada Lídice da Mata, falta comida no prato dos brasileiros, porque há essa política econômica absolutamente atrasada, superada, a qual o Brasil precisa deixar para trás - eu peço 30 segundos para concluir, Presidente.

E então ouço o filho do Presidente - o líder da relação com as milícias, o líder das rachadinhas, aquele que tinha loja de chocolate para servir de biombo para lavar dinheiro - falando em corrupção. Desta tribuna, eu represento a candidatura do Presidente Lula, que vamos construindo numa frente cada vez mais ampla. Aquele foi um Governo que deixou muitas marcas na estrutura institucional do País, para combater a corrupção. Foi naquele Governo, Deputado Paulo Ramos, que a Polícia Federal foi respeitada. Naquele Governo, não se afastavam delegados quando iniciavam uma investigação contra a corrupção. Naquele Governo, apoiaram-se todas as leis, o arcabouço das leis que permitem o combate à corrupção de forma institucional. O problema foi que Moro e alguns poucos usaram estas leis para perseguição política.

Mas nós vamos mudar os rumos do Brasil!

---

Documento 112/116

---

148.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/11/2021- CD 17:44	
Publ.: DCD - 01/12/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio ao Projeto de Lei nº 1.749, de 2015, referente à alteração da Lei nº 7.716, de 1989, com vista à tipificação da conduta de injúria racial em locais públicos ou privados. Prática de violência contra a comunidade negra no Complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Efeitos devastadores provocados pela epidemia de coronavírus em comunidades pobres e periféricas. Baixa cobertura vacinal do povo africano contra a Covid-19. Doação de 1 bilhão de doses de vacinas à África, pelo governo da República Popular da China. Empenho da Comissão de Seguridade Social e Família na participação do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e de representantes de outros órgãos do setor em audiência pública para debate da adoção de medidas emergenciais diante do crescimento exponencial, na Europa, do número de contaminados e de óbitos decorrentes da Covid-19. Eclosão de surto de gripe no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Importância de cumprimento das medidas de combate à Covid-19, especialmente quanto à vacina, no contexto mundial. Adoção no País de campanhas de vacinação do povo brasileiro contra a doença viral.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e colegas, inicialmente quero parabenizar a autora do projeto, a Deputada Tia Eron, o autor, o Deputado Bebeto, e o Relator, o Deputado Antonio Brito, que tiveram a percepção do que ocorre na sociedade. Nós não conseguimos mudar determinadas posições que ainda prevalecem na Justiça brasileira e que transformam o crime de racismo em injúria racial.

Escala-se nesse momento a possibilidade de que a injúria racial em ambiente coletivo ou privado de acesso ao público possa se equiparar ao crime de racismo, elevando, inclusive, a pena de reclusão. Dessa forma, conseguiríamos fazer com que a sociedade compreenda o significado do preconceito, do crime e da injúria por cor, etnia, origem e raça num Brasil de maioria negra e de muitos migrantes.

Precisamos ter a capacidade de acolher, de viver com a diferença e valorizá-la, para que a cultura da paz se estabeleça, e as pessoas tenham igualdade de direitos, de acesso aos bens e serviços, possibilidades de convivência e acesso ao conhecimento e ao saber.

Por isso, Deputado Antonio Brito, quero elogiar o seu relatório favorável ao projeto. Nesse sentido, vamos nos colocar favoráveis ao relatório, que neste momento faz uma escala importante no combate ao racismo no Brasil.

Obviamente, todo esse debate feito por nós é para enfrentar esse largo tema do racismo estrutural e que invade também com cor e gênero o tema da violência no Brasil.

Aliás, amanhã nós receberemos aqui representantes dos moradores do Complexo do Salgueiro, do Rio de Janeiro. Obviamente, ali predominam moradores e moradoras negras desse Estado, que sofrem diuturnamente com a violência de todos os lados, inclusive dos agentes do Estado e do crime organizado.

Ao me colocar favoravelmente a esse projeto, quero trazer de volta o tema da pandemia. Parece que isso não tem nada a ver, mas tem muito a ver. A pandemia, que entrou pelos aeroportos, atingiu com muita força as comunidades periféricas e pobres do nosso País.

Neste momento, o tema é a África, tema esse que vem se colocando na mídia brasileira e mundial. E a resposta tem sido o isolamento da África, mas um isolamento sem solidariedade do resto do mundo. Essa

é uma região que tem apenas 6% de cobertura vacinal.

São quase 2 anos de pandemia. E a resposta tem sido concentrar a vacina nos países ricos, nos países desenvolvidos, nos países que conseguiram de alguma forma adquirir as vacinas comprando-as. Mesmo na África, os países que têm uma cobertura de maior de vacinação estão em regiões pequenas, em ilhas, com dinheiro.

A África, naquela região pobre, populosa, negra, tem apenas 6% de cobertura de vacinas. E a resposta do conjunto do mundo tem sido: "Isola". Só, apenas isso.

Ontem, nós vimos uma grande atitude, e não é a primeira vez que faz em relação à África, do Governo chinês. Não é a primeira vez que faz doação de vacinas à África. Mas ontem sai na frente e doa 1 bilhão de doses de vacinas à África: 600 milhões diretamente e 400 milhões em produção conjunta. Essa é uma decisão solidária de um estado solidário, de um governo que sai na frente na tecnologia, na ciência, na produção, e que tem uma posição solidária com outros países.

O resto do mundo ainda discute o que fazer com a África. Aqui no Brasil, nós temos tentado na Comissão de Seguridade Social trazer imediatamente o Ministro da Saúde, que ainda não respondeu, a ANVISA, o CONASS e o CONASEMS, para discutir medidas emergenciais, diante do crescimento exponencial na Europa do número de pessoas contaminadas por COVID e do aumento do número de mortes.

Ali, ninguém discute bloquear os voos da Europa. Agora, nós queremos discutir o que fazer diante da situação da África também. Mas o nosso problema não é bloquear os voos; é bloquear os contaminados, os que não estão vacinados, os que se recusaram a se vacinar na Europa, os que se recusaram a cumprir as medidas fundamentais na Europa, na Oceania, na Ásia ou onde quer que seja.

Aqui, nós precisamos ter medidas de controle, com testes, com exame negativo e com certificado de vacinação. O passaporte vacinal para entrar no País tem que ser para qualquer um, da Austrália, de Paris, da Espanha ou da África, seja lá de onde vier. E nós temos que imediatamente tomar medidas urgentes em relação a isso. Estamos chegando ao fim do ano. Estão chegando as festa de fim de ano. Está chegando o carnaval. E o Brasil tem que debater o que fazer em relação a essas datas. Vejo medidas diferenciadas no País; Prefeitos e Governadores que decidem manter as festas, outros que decidem suspender. E essa decisão precisa ser responsável.

Aumentou o surto de gripe no Rio de Janeiro, porque a vacina da gripe não foi compreendida pela população como algo necessário a ser feito.



Máscaras foram tiradas do rosto. E a contaminação da gripe aumentou, inclusive de H1N1. Então, é necessário que tomemos medidas urgentes no Brasil. Mas não é correto isolar a África sem solidariedade, como se estivesse configurado que a variante é de lá e como se não fosse necessário tomar medidas para ajudar o povo africano, aquela população negra e pobre, como há população negra e pobre na periferia do Brasil, como há população negra e pobre na periferia de muitos países.

Então, é necessário que olhemos o mundo e o Brasil com as medidas de prevenção, com a vacina, e com as medidas necessárias para salvar o conjunto da humanidade.

E aqui no Brasil é acelerar a vacinação de primeira dose, é acelerar a vacinação de segunda dose, é acelerar a dose de reforço, é fazer o controle de portos, aeroportos e estradas com testes, com passaporte vacinal. É isso o que nós temos que fazer, venha a pessoa de onde vier, não apenas da África. São as pessoas que precisam ser controladas no seu trânsito de entrada ao Brasil.

Nós precisamos fazer campanhas aqui para acelerar a complementação. São quase 60 milhões de brasileiros que ainda não têm cobertura vacinal completa no Brasil. Por isso, é importante que nós tomemos medidas urgentes para garantir que o Brasil se proteja e proteja a sua população.

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 113/116

---

148.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -30/11/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 01/12/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.401, de 2008, acerca do disciplinamento do procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica. Contrariedade à realização do carnaval de 2022, em face da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos orienta "sim" e aproveita este minuto para dizer que não é momento de pensar em



organizar carnaval ainda e nem grandes aglomerações.

Nós sacrificamos o comércio, as igrejas, as escolas para tentar conter a pandemia. Fizemos um esforço na vacinação, mas o momento ainda é de muita preocupação. Não podemos colocar em risco todo o sacrifício que fizemos.

Em relação à vacina, se há Estados como o Paraná, que já vacinou 70% da sua população, há muitos outros Estados que não chegaram ainda a 50% da população vacinada. Então, os possíveis benefícios de um carnaval não compensam os riscos de nós voltarmos a contaminar nossa população.

Estamos acompanhando em outros países o surgimento de novas variantes.

Dessa forma, me manifesto contrário...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Perdão, quem estava orientando?

**O SR. LUIZÃO GOULART** (REPUBLICANOS - PR) - Para concluir, Sr. Presidente, eu digo que temos que continuar o combate firme à pandemia. Nós temos que incentivar a continuidade da vacinação e tomar os cuidados com esta nova variante, a ômicron.

Em São Paulo, já foram constatados os dois primeiros casos. Provavelmente, em outros Estados também haverá novos casos. O momento é de preocupação, é de seriedade, é de não flexibilização. Não ao carnaval! Não às grandes aglomerações!

A orientação é "sim", Sr. Presidente.

---

Documento 114/116

---

148.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-30/11/2021-
	CD	18:44
Publ.: DCD - 01/12/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime

de urgência do Projeto de Lei nº 3.401, de 2008, acerca do disciplinamento do procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica. Contrariedade a realização do carnaval de 2022, em face da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, solicito depois a palavra para uma comunicação de Líder.

O PDT vota "sim", Presidente.

Mas eu quero deixar aqui a minha preocupação e advertência àqueles que querem fazer o carnaval. O Brasil aguenta mais um ano sem carnaval, mas não vai aguentar a terceira onda da pandemia. A COVID-19 não espera, o carnaval pode esperar.

Alemanha, Inglaterra, Espanha e outros países já estão fechando exatamente por conta da nova variante do coronavírus. Nós não podemos correr esse risco. Nós temos que alertar, advertir o Brasil, as autoridades e a população brasileira: o carnaval não é imprescindível; o imprescindível é a saúde, a vida!

Por isso, não ao carnaval!

Desse jeito, não dá para aceitar.

---

Documento 115/116

---

148.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-30/11/2021-
	CD	19:08
Publ.: DCD - 01/12/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Regozijo com a filiação do Presidente Jair Bolsonaro aos quadros do PL. Importância do sistema de livre comércio. Apoio do povo do Estado do Rio Grande do Sul e do País ao Presidente da República. Enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos pelo Chefe da Nação. Apoio do Governo Federal à agricultura brasileira. Candidatura do Ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo PL. Repúdio às narrativas da Oposição contra o Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da liberdade de imprensa pelo Presidente da República.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do

orador.) - Sra. Presidente Rosangela Gomes, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é um dia muito especial aqui em Brasília. Hoje, dia 30 de novembro, tivemos o privilégio de receber em nosso partido o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

E o que significa isso para nós e para o Brasil? Primeiro, que ser liberal é também ser conservador, é defender a vida desde a sua concepção, defender a família, defender o livre mercado. Aliás, a única forma de fazer com que as pessoas cooperem voluntariamente é através do livre mercado. Significa um País que renova suas esperanças.

Eu dizia que em 2022 o número seria 22, e foi esse o número que o Presidente Bolsonaro escolheu. Quero agradecer-lhe pela oportunidade que nos dá de andar pelo meu Rio Grande do Sul defendendo essa bandeira. Hoje o povo gaúcho, voluntariamente, o povo brasileiro, coloca bandeiras do Brasil em todas as partes. Em todas as propriedades em que há uma bandeira do Brasil está lá o Presidente Jair Bolsonaro.

O Presidente enfrentou uma pandemia com muita coragem, não ficou chorando pelos cantos nem se fez de vítima, como muitos neste plenário fazem. Aliás, aqui, o Plenário da Oposição é o Plenário do obituário, do obituário. O Presidente não fez isso, não. O que ele fez foi levar coragem à população porque dizia que a saúde e a economia têm que andar juntas, porque a economia mata, como mata a doença. Por isso, nós acreditamos que o Presidente agiu de forma correta. Ele mandou dinheiro para os Estados, mandou vacina para os Estados e para os Municípios. Ninguém fez mais para o povo brasileiro na pandemia do que o Presidente Bolsonaro. Na economia, mandou o PRONAMPE para as empresas. Mesmo contrariado com o time do "fecha tudo", procurou resolver o problema da economia repassando 600 reais para cada cidadão brasileiro - foram mais de 60 bilhões - e agora lançou o maior programa social da história do Brasil, com benefícios de 400 reais, o Auxílio Brasil.

Cito uma coisa muito importante sobre o nosso Ministro Onyx Lorenzoni: quase 3 milhões de empregos foram gerados - vejam bem: neste ano -, enquanto o Governo Dilma botou na rua 2 milhões e meio de empregados. O Brasil vivia a burocracia, o Brasil vivia o empreguismo, o Brasil vivia a corrupção, o Brasil vivia a pobreza e a miséria. Nós tivemos um contratempo no meio, mesmo assim o Brasil cresceu.

Ser liberal é na verdade querer que as pessoas tenham emprego e façam do suor do seu rosto a sua renda, para sustentar a família. Nós não queremos ser a Venezuela. O que a Venezuela fez? Estatizou as empresas, não teve tecnologia, não teve capacidade, não teve gestão. Então, não havia quem pagasse impostos, não havia quem

sustentasse bolsa disso e daquilo, que eles inventaram, e o país quebrou.

Não é isso o que nós queremos. O Governo Bolsonaro valoriza o empresário e promove a desburocratização para quem quer montar a sua empresa, para quem quer ser um empreendedor, para quem quer estar no livre mercado permanentemente.

O Governo Bolsonaro conseguiu fazer com que a agricultura brasileira ficasse num patamar inigualável. Mesmo com aqueles que diziam "*fecha tudo*", o agricultor não fechou, continuou trabalhando. A agricultura respondeu, o agronegócio respondeu. Aliás, muita gente fala mal do agronegócio aqui, neste plenário. Não sei o que eles comem, porque tudo vem do agronegócio, tudo vem da agricultura familiar, tudo vem do agro.

Nós estamos hoje comemorando. O Rio Grande do Sul terá quatro Deputados Federais e seis Deputados Estaduais no Partido Liberal e um candidato a Governador do Estado, que se chama Onyx Lorenzoni, homem que já ocupou cinco Ministérios deste Governo. Ele será o nosso candidato a Governador do Estado, esse mesmo que agora anunciou a criação de quase 3 milhões de empregos no Brasil.

Vejam bem: se não fosse a pandemia, imaginem como o Brasil estaria. O Bolsonaro é um homem corajoso. Ele enfrenta a mídia, que passa 24 horas batendo, batendo, batendo nele. Cansam de bater. O Bolsonaro é como pão: quanto mais batem, melhor fica; ou talvez como vinho: quanto mais velho, com mais experiência, melhor fica.

A Oposição passa o dia inteiro fazendo narrativas aqui. Aliás, a Oposição é apaixonada pelo Bolsonaro, porque não sabe falar de outra coisa, só sabe falar e desprezar. Bolsonaro nunca entrou na Justiça, nenhuma vez, para atacar ou para se defender dos que utilizam palavrões aqui. Sabem por quê? Porque ele defende a liberdade de imprensa, não só da grande imprensa, mas também da Internet. Sempre defendeu isso. Outros defendem que temos que tirar tudo, que tudo vira *fake news* e não sei o quê. Tudo aquilo que não interessa a eles é *fake news*. Inventaram essa história de *fake news*. Infelizmente, as redes sociais estão a serviço deles. Mesmo assim, Bolsonaro resiste. Nós vamos resistir. Nós queremos a liberdade da Internet, nós queremos a liberdade de imprensa, porque foi isso o que sempre defendemos. Aliás, "liberdade" é a grande palavra do nosso Governo: a liberdade da família, a liberdade do ir e vir, a liberdade dos negócios, a liberdade dos empresários, a liberdade das pessoas de pensarem e falarem aquilo que acharem que é o correto. Esse é o Brasil que eu quero, não é o Brasil que proíbe as pessoas de caminharem, não é o Brasil que obriga as pessoas a fazerem aquilo que elas não querem. Isso acontece lá na Venezuela, em Cuba, na China. Aqui, não! Aqui há

liberdade religiosa, há liberdade para trabalhar, há liberdade para falar, aqui há liberdade, liberdade, liberdade.

Viva a vinda do Presidente Bolsonaro para o Partido Liberal - 22! No ano que vem, nós vamos dar a resposta nas urnas àqueles que não aceitam o Presidente Bolsonaro. Ele está mudando o Brasil e vai continuar essa grande mudança. Democracia não é votar aqui e pedir bexiga ao STF. Isso não é democracia, isso é querer administrar o País pela minoria. Tem que ser respeitada a urna, tem que ser respeitada a eleição. Bolsonaro é o Presidente do Brasil e tem que ser respeitado.

Muito obrigado.

---

Documento 116/116

148.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/11/2021-19:36
Publ.: DCD 01/12/2021 -	RONALDO CARLETTO-PP -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### *Sumário*

Importância de retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro e de combate à inflação no País.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RONALDO CARLETTO.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a saúde, a política e as relações pessoais ainda têm um caminho a atravessar até nos vemos livres da pandemia. Além desse desafio, é também preciso olhar para a economia de forma prospectiva e proativa.

Os agentes econômicos clamam para que se reinstaure a confiança que começava a se consolidar junto ao mercado e aos empreendedores antes que, em março de 2020, o cataclismo da COVID-19 chegasse ao País. As consequências, todos sabemos, aí estão: medo e incerteza, permeados de uma indesejável, abominável dicotomia do pensamento, que se foi instalando à medida que os casos

de contaminação e morte avançavam.

De tudo, ficou um caldo de intolerância a ser superado pouco a pouco. Enquanto isso, precisamos voltar ao clima de otimismo, a fim de que a roda da economia volte a girar, valendo-se de demandas naturalmente reprimidas, em muitas situações, dentro de novos perfis de negócios. Há urgência em fazer crescer o nível do emprego, melhorar a renda do trabalhador e, assim, começar a trazer de volta as conquistas que ele vinha celebrando ao longo de todo o ano de 2019.

A primeira metade de 2021 foi considerada surpreendentemente positiva. Para o segundo semestre, a expectativa é de continuidade da recuperação com a expectativa de aceleração da vacinação, ao lado da recuperação da economia internacional.

"No meio do caminho, tem uma pedra", como diria o poeta Drummond.

A pedra se chama inflação.

As gerações mais velhas não esqueceram por completo o que a alta dos preços historicamente representou. Pois bem, Sr. Presidente, o fantasma dá sinais de que quer voltar, num contexto de queda da produção causada pela pandemia.

Combatê-lo implica medidas da autoridade monetária, via aumento da taxa de juros, com repercussão na atividade produtiva e com impacto sobre o crescimento.

A atual crise energética, ocasionada pela falta de chuvas, representa outra ameaça de caráter inflacionário.

No Brasil, a energia hidráulica representa quase 60% da matriz elétrica. Ou seja, mais da metade da capacidade instalada vem da água. A escassez hídrica continuada pela qual passamos impõe o acionamento de usinas termelétricas a custos operacionais mais elevados, o que, por óbvio, reflete-se na conta do consumidor.

Em face da estiagem, o patamar 2 da bandeira tarifária vermelha, o mais crítico, foi mantido neste mês de agosto pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com custo de R\$9,492 para cada 100kWh consumidos. O Operador Nacional do Sistema Elétrico já sinalizou que, a perdurar a situação, a capacidade de geração de energia poderá ser levada ao seu limite em novembro.

Não bastasse essa pressão sobre os preços, o frio intenso e as geadas registradas durante a última semana de julho nas Regiões Sul e Sudeste podem acrescentar 0,1 ponto percentual à inflação em 2021.





No setor de alimentos, os repasses ao consumidor costumam ser rápidos. Caso essa projeção se confirme, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA pode ultrapassar 7% no ano. As previsões mais animadoras falam em fechar 2021 em torno de 6,5%.

Por sua vez, a alta do valor do barril de petróleo no mercado internacional responde pelo aumento do preço do botijão de gás e da gasolina.

Segundo resultado divulgado em 23 de julho último, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 12 meses, a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 - IPCA-15 se distanciou ainda mais do teto da meta para 2021, de 5,25%, ao avançar de 8,13% para 8,59%.

O resultado provocou revisões nas projeções para o IPCA fechado de julho, que pode subir perto de 1%, e novamente colocou viés de alta nas previsões para a inflação anual. Em agosto, o IPCA deve atingir um pico ao redor dos 9% e, só a partir daí, pode perder ímpeto.

Ao analisar a qualidade do Índice, observamos que os preços dos serviços aceleraram com mais força, enquanto no caso dos produtos industrializados estão sendo repassados custos não tanto mais pela influência do dólar alto, senão, agora, principalmente por estoques baixos e pela falta de insumos, atingindo em especial o setor automobilístico.

Os mais otimistas apostam na normalização das atividades na indústria a partir do segundo semestre; os menos otimistas entendem que, em face dos preços ora praticados, talvez a reação demore um pouco mais.

Nesse ponto, Sr. Presidente, voltamos ao fantasma ressurgido. Temos de afugentá-lo enquanto podemos.

De qualquer maneira e acima de tudo, Sr. Presidente, urge continuar trabalhando e acreditando no Brasil.

Muito obrigado.